

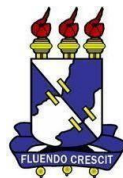


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**A OFERTA DO ENSINO DOMÉSTICO ATRAVÉS DOS ANÚNCIOS DE  
JORNAIS (1930 – 1960): DA SOMBRA PARA A HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO.**

**MARIA JOSÉ TORRES LIMA**

**São Cristóvão (SE)  
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**A OFERTA DO ENSINO DOMÉSTICO ATRAVÉS DOS ANÚNCIOS DE  
JORNAIS (1930 – 1960): DA SOMBRA PARA A HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO.**

**MARIA JOSÉ TORRES LIMA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal de Sergipe  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutora em Educação.

**Orientadora:** Professora Dr<sup>a</sup>. Silvana Aparecida  
Bretas

**São Cristóvão (SE)  
2023**

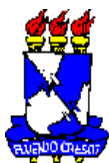
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732o Lima, Maria José Torres.  
A oferta do ensino doméstico através dos anúncios de jornais (1930-1960) : da sombra para a História da Educação de Sergipe / Maria José Torres Lima ; orientadora Silvana Aparecida Bretas. – São Cristóvão, SE, 2023.  
185 f.: il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Educação – Sergipe - História. 2. Ensino domiciliar. 3. Educação e Estado. 4. Testes e medidas educacionais. 5. anúncios - Jornais. I. Bretas, Silvana Aparecida, orient. II. Título.

CDU 37.018.1(813.7)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**MARIA JOSÉ TORRES LIMA**

**“A oferta do ensino doméstico através dos anúncios de jornais (1930 – 1960): da sombra para a História da Educação de Sergipe”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

**Aprovada em 28.02.2023**

---

Prof.ª Dr.ª Silvana Aparecida Bretas (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

---

Prof.ª Dr.ª Marizete Lucini  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

---

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

---

Prof.ª Dr.ª Maria Edna Santos  
Secretaria de Educação da Bahia / See – BA

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro  
Universidade Federal da Paraíba / UFPB

## **RESUMO**

O objeto de estudo desta tese é a oferta da educação doméstica em Sergipe no período de 1930 a 1960. A pesquisa buscou identificar nos anúncios em jornais sergipanos, a prática de instrução das primeiras letras ou de aulas particulares que atendia alunos no domicílio do contratante ou do contratado, mediante pagamento e horário previamente acordados pelas partes envolvidas. Os nossos objetivos foram os seguintes: 1) investigar a oferta da educação doméstica em Sergipe, no período de 1930 a 1960, publicada em periódicos locais por professoras/es que anunciavam suas disciplinas e suas qualificações; 2) Analisar em tais anúncios jornalísticos o modo pelo qual as/os docentes buscavam angariar a credibilidade entre as famílias e estudantes que pudessem requerer seus serviços; 3) Compreender o modo pelo qual se constitui a legitimação desta prática de ensino frente à escola pública revelando as contínuas fragilidades dos sistemas educativos que foram coniventes para a sua perpetuação. Entendemos que o movimento das reformas realizadas no âmbito educacional institucionalizado, permitiram aos professores adaptarem a sua oferta conforme as alterações legais, institucionais e pedagógicas da educação escolar oficial, avançando para as séries mais elevadas e diversificando as disciplinas conforme as exigências curriculares vigentes. Os referenciais teóricos mais importantes que orientam as análises desse trabalho são os estudos desenvolvidos por: Marta Maria Chagas de Carvalho (1989), Ângela de Castro Gomes (2002), Mark Bray (2014) e (2021), Laísa Dias Santos (2016) e Maria Celi Vasconcelos (2004) e (2005). O levantamento dos dados foi realizado no período de 2019 a 2022 no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Os resultados indicam que as fragilidades educacionais no estado de Sergipe, fora a razão pela qual a educação doméstica conseguira sobreviver à sombra dos sistemas oficiais de ensino, durante muito tempo. Nesta tecitura, as conjunturas historiograficamente estabelecidas na Segunda República sublinharam a atividade da educação doméstica enquanto parte dos procedimentos universais de escolarização e da vida cotidiana da sociedade sergipana.

**Palavras-chave:** Educação doméstica. Sociedade. Ensino.

## RESUMEN

El objeto de estudio de esta tesis es la oferta de la educación doméstica en Sergipe en el período de 1930 a 1960. La investigación buscó identificar en los anuncios en periódicos sergipanos, la práctica de instrucción de las primeras letras o de clases particulares que atendía alumnos en el domicilio del contratante o del contratado, mediante pago y horario previamente acordados por las partes involucradas. Nuestros objetivos fueron los siguientes: 1) investigar la oferta de la educación doméstica en Sergipe, en el período de 1930 a 1960, publicada en revistas locales por profesoras/es que anunciaban sus disciplinas y sus calificaciones; 2) analizar en tales anuncios periodísticos el modo en que las/los docentes buscaban ganar credibilidad entre las familias y estudiantes que pudieran solicitar sus servicios; 3) Comprender el modo en que se constituye la legitimación de esta práctica de enseñanza frente a la escuela pública revelando las continuas fragilidades de los sistemas educativos que fueron cómplices para su perpetuación. Entendemos que el movimiento de las reformas realizadas en el ámbito educativo institucionalizado, permitieron a los profesores adaptar su oferta conforme a los cambios legales, institucionales y pedagógicos de la educación escolar oficial, avanzando hacia las series más elevadas y diversificando las disciplinas conforme a las exigencias curriculares vigentes. Los referenciais teóricos más importantes que orientan los análisis de ese trabajo son los estudios desarrollados por: Marta Maria Chagas de Carvalho (1989), Ângela de Castro Gomes (2002), Mark Bray (2014) y (2021), Laísa Días Santos (2016) y Maria Celi Vasconcelos (2004) y (2005). La recogida de datos se llevó a cabo en el período 2019-2022 en el Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe (IHGSE) y Archivo Público del Estado de Sergipe (APES). Los resultados indican que las fragilidades educativas en el estado de Sergipe, fuera la razón por la cual la educación doméstica lograra sobrevivir a la sombra de los sistemas oficiales de enseñanza, durante mucho tiempo. En esta tectura, las coyunturas históricamente establecidas en la Segunda República subyaron la actividad de la educación doméstica como parte de los procedimientos universales de escolarización y de la vida cotidiana de la sociedad sergipana.

**Palabras clave:** Educación doméstica. Sociedad. Enseñanza.

## **ABSTRACT**

The object of study of this thesis is the offer of domestic education in Sergipe from 1930 to 1960. The research sought to identify in the ads in Sergipe newspapers, the practice of instruction of the first letters or private classes that served students at the home of the contractor or contractor, upon payment and time previously agreed by the parties involved. Our objectives were: 1) to investigate the offer of domestic education in Sergipe, from 1930 to 1960, published in local journals by teachers/es who announced their disciplines and qualifications; 2) analyse in such newspaper advertisements how teachers/teachers sought to gain credibility among families and students who might require their services; 3) To understand the way in which the legitimization of this teaching practice before the public school is constituted, revealing the continuous weaknesses of the educational systems that were conniving for its perpetuation. We understand that the movement of reforms carried out in the institutionalized educational field, allowed teachers to adapt their offer according to the legal, institutional and pedagogical changes of official school education, advancing to the highest grades and diversifying the disciplines according to the current curriculum requirements. The most important theoretical references that guide the analysis of this work are the studies developed by: Marta Maria Chagas de Carvalho (1989), Ângela de Castro Gomes (2002), Mark Bray (2014) and (2021), Laísa Dias Santos (2016) and Maria Celi Vasconcelos (2004) and (2005). The data collection was carried out from 2019 to 2022 at the Historical and Geographic Institute of Sergipe (IHGSE) and Public Archive of the State of Sergipe (APES). The results indicate that the educational weaknesses in the state of Sergipe, was the reason why domestic education had managed to survive in the shadow of the official education systems, for a for a long time. In this way, the historiographically established conjunctures in the Second Republic underlined the activity of domestic education as part of the universal schooling procedures and the daily life of Sergipe society.

**Keywords:** Domestic education. Society. Teaching

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                |      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| <b>Tabela 1</b> - Colégios de nível secundário de Sergipe na década de 1930.....               | 23   |
| <b>Tabela 2</b> - Seleção de jornais utilizados (1930 – 1959) .....                            | 37   |
| <b>Tabela 3</b> - Quantitativo de anúncios por década .....                                    | 38   |
| <b>Tabela 4</b> – Número de anúncios segundo o gênero.....                                     | 38   |
| <b>Tabela 5</b> – Categorização das ofertas de acordo com o conteúdo.....                      | 38   |
| <b>Tabela 6</b> – Distribuição de documentos referentes a educação sergipana.....              | 118  |
| <b>Tabela 7</b> - Diretores da Instrução Pública (1930 – 1960).....                            | 119. |
| <b>Tabela 8</b> – Número de matrícula segundo grau de ensino (1930).....                       | 122  |
| <b>Tabela 9</b> - Matrícula Geral do Ensino Primário em Sergipe (1948).....                    | 125  |
| <b>Tabela 10</b> - A instrução das pessoas com 5 anos ou mais em Sergipe, segundo o sexo ..... | 132  |
| <b>Tabela 11</b> – Matrícula da instrução primária em Sergipe (1956).....                      | 133  |
| <b>Tabela 12</b> – Número de pessoas com curso completo em Sergipe (1950) .....                | 134  |
| <b>Tabela 13</b> - Estabelecimentos de Ensino Secundário em Sergipe (Década de 1950 ...        | 135  |



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                        |     |
|--------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 01</b> – Vitória Política .....              | 47  |
| <b>Figura 02</b> – Casa da Criança.....                | 49  |
| <b>Figura 03</b> - Comunismo.....                      | 51  |
| <b>Figura 04</b> – A Nova República .....              | 54  |
| <b>Figura 05</b> – Interventoria .....                 | 56  |
| <b>Figura 06</b> - A boa nova.....                     | 59  |
| <b>Figura 07</b> - Amigo .....                         | 60  |
| <b>Figura 08</b> – General Dutra.....                  | 60  |
| <b>Figura 09</b> - Resultado .....                     | 62  |
| <b>Figura 10</b> – O Governador.....                   | 66  |
| <b>Figura 11</b> – Ideia Nova .....                    | 69  |
| <b>Figura 12</b> – Reforma.....                        | 71  |
| <b>Figura 13</b> – Estudar é para ricos .....          | 72  |
| <b>Figura 14</b> - Cursos .....                        | 75  |
| <b>Figura 15</b> – Cursos particulares .....           | 77  |
| <b>Figura 16</b> – A quem interessar.....              | 78  |
| <b>Figura 17</b> – Curso Primário .....                | 79  |
| <b>Figura 18</b> – Idalice do Prado .....              | 80  |
| <b>Figura 19</b> – Rocha Lima .....                    | 81  |
| <b>Figura 20</b> - Diretor.....                        | 82  |
| <b>Figura 21</b> – Curso Particular I .....            | 83  |
| <b>Figura 22</b> – Tennyson Ribeiro .....              | 84  |
| <b>Figura 23</b> – Prof. Adalberto Ribas.....          | 86  |
| <b>Figura 24</b> – Curso Particular II.....            | 87  |
| <b>Figura 25</b> – Professora Penelope Magalhães ..... | 88  |
| <b>Figura 26</b> - Admissão .....                      | 90  |
| <b>Figura 27</b> – Colombo Felisola .....              | 91  |
| <b>Figura 28</b> – Curso Particular III.....           | 92  |
| <b>Figura 29</b> – Cecílio Cunha.....                  | 96  |
| <b>Figura 30</b> – Dulce Barros .....                  | 98  |
| <b>Figura 31</b> - Inglês .....                        | 99  |
| <b>Figura 32</b> – Carlos Oliveira .....               | 101 |
| <b>Figura 33</b> – Aprender Inglês.....                | 102 |

|                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------|------------|
| <b>Figura 34 – Inglês Prático .....</b>                   | <b>103</b> |
| <b>Figura 35 - Francisco Portugal .....</b>               | <b>104</b> |
| <b>Figura 36 - Regina Helena .....</b>                    | <b>105</b> |
| <b>Figura 37 - Matemática .....</b>                       | <b>109</b> |
| <b>Figura 38 – Misael Viana .....</b>                     | <b>110</b> |
| <b>Figura 39 – Renilson Chagas.....</b>                   | <b>111</b> |
| <b>Figura 40 – Orientação e responsabilidade .....</b>    | <b>113</b> |
| <b>Figura 41 - Aviso II.....</b>                          | <b>114</b> |
| <b>Figura 42 - Ensino .....</b>                           | <b>115</b> |
| <b>Figura 43 – O povo quer saber .....</b>                | <b>121</b> |
| <b>Figura 44 – Visita .....</b>                           | <b>126</b> |
| <b>Figura 45 – Professores particulares .....</b>         | <b>127</b> |
| <b>Figura 46 – Colégio Tobias Barreto .....</b>           | <b>130</b> |
| <b>Figura 47 – Fora da escola .....</b>                   | <b>136</b> |
| <b>Figura 48 - Descaso.....</b>                           | <b>137</b> |
| <b>Figura 49 – Direito primordial da família .....</b>    | <b>146</b> |
| <b>Figura 50 – Escola livre .....</b>                     | <b>148</b> |
| <b>Figura 51 – Pela liberdade do ensino .....</b>         | <b>150</b> |
| <b>Figura 52 - Convicção .....</b>                        | <b>152</b> |
| <b>Figura 53 – Alunos pobres versus alunos ricos.....</b> | <b>154</b> |
| <b>Figura 54 – Intervenção.....</b>                       | <b>155</b> |
| <b>Figura 55 – Sistema escolar católico.....</b>          | <b>157</b> |
| <b>Figura 56 – Visitante ilustre .....</b>                | <b>164</b> |
| <b>Figura 57 – Professor José Augusto.....</b>            | <b>165</b> |
| <b>Figura 58 – Curso de férias .....</b>                  | <b>168</b> |
| <b>Figura 59– Ensinar.....</b>                            | <b>169</b> |
| <b>Figura 60 - Professoras diplomadas.....</b>            | <b>172</b> |

## LISTA DE SIGLAS

|       |                                                             |
|-------|-------------------------------------------------------------|
| APES  | Arquivo Público do Estado de Sergipe                        |
| ABE   | Associação Brasileira de Educação                           |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| IBGE  | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística             |
| IHGSE | Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe                 |
| INEP  | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais      |
| LDB   | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional              |
| MES   | Ministério da Educação e Saúde                              |
| PCB   | Partido Comunista do Brasil                                 |
| PSDB  | Partido Socialista Brasileiro                               |
| SE    | Sergipe                                                     |
| UDN   | União Democrática Nacional                                  |
| UFS   | Universidade Federal de Sergipe                             |

## SUMÁRIO

|                                                                                                    |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                         | <b>11</b>  |
| <b>2. A POLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA .....</b>                            | <b>44</b>  |
| <b>3. A OFERTA DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA CASA DO MESTRE E DA FAMÍLIA .....</b>                      | <b>68</b>  |
| 3.1. A cultura dos exames de admissão ao secundário e a oferta da educação doméstica em 1940 ..... | 92         |
| 3.2. Os anúncios na década de 1950 e a industrialização .....                                      | 106        |
| <b>4. A SOBREVIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA FRENTE ÀS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS.....</b>           | <b>116</b> |
| <b>5. ENSAIOS PARA A ELABORAÇÃO DA LDB: ENTRE A LIBERDADE DO ENSINO E O ESTADO .....</b>           | <b>140</b> |
| <b>6. PROFESSORES PARTICULARES: ENTRE MÉTODOS E VICISSITUDES .....</b>                             | <b>160</b> |
| <b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                | <b>173</b> |
| <b>8. REFERENCIAS .....</b>                                                                        | <b>175</b> |

## 8.1. INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objeto de estudo a oferta da educação doméstica em Sergipe no período de 1930 a 1960, publicada em periódicos locais por professoras/es que anunciavam suas disciplinas e, não raras vezes, suas qualificações afim de angariar a credibilidade entre as famílias e estudantes que pudessem requerer seus serviços. Neste sentido nosso estudo se insere nos fundamentos da História da Educação.

Ao começar a pesquisa para a dissertação de mestrado há 6 anos atrás<sup>1</sup>, nós nos deparamos com uma grande lacuna no campo da História da Educação sergipana. Percebemos que paralelo ao sistema oficial de ensino e fora da institucionalidade escolar havia uma prática educativa amplamente ofertada e, em certa medida, legalmente amparada pelo poder público estatal.

Esta atividade de educação pouco ou quase nada havia chamado a atenção dos pesquisadores locais, pois, parecia tão comum, tão naturalizado e cotidianamente popularizado, que passou despercebido pelos historiadores da educação em Sergipe, até que minha orientadora me chamou atenção a este objeto de estudo que, como ela dizia, muito interessante e, fora das problemáticas das pesquisas em História da Educação, mas que, contraditoriamente, tão presente em na formação das/os cidadãs/ãos sergipanas/os.

É difícil demarcar com exatidão o tempo, mas é possível registrar a existência já assimilada pela sociedade sergipana, do fenômeno muito comum na capital e nas cidades interioranas, a tradição de casas privadas ostentarem em suas faixadas os dizeres: “ensina-se banca”, seguido do meio para contato e, por vezes, do turno ou horário da aula ofertada. Eis que por trás da exposição do serviço educacional oferecido, uma parte significativa da História da Educação em Sergipe carecia de investigação e, como um/a pesquisador/a precisa apenas de uma questão associada ao passado para dar voz aos seus autores e analisar transformações de uma sociedade em determinada época, o “ensina-se banca” apresentou-se como um tema de estudo fundamental para a compreensão da constituição histórica da educação de grande parte da população sergipana que já remonta ao século XIX até os dias atuais, passando por transformações correspondentes a diferentes períodos desta história, especialmente da história da

---

<sup>1</sup> Nosso objeto de estudo foi a oferta da educação doméstica na casa do mestre e da família (1880 – 1930).

educação em Sergipe. Vale lembrar que, talvez, a informalidade<sup>2</sup> como essa prática educativa era vista, não permitiu que fosse tratada como objeto de investigação. Mas, não só isso! Passado o mestrado e o doutorado debruçadas sobre as fontes e os estudos que pudessem, de alguma forma, trazer esse fenômeno à luz, observamos o quanto é um objeto de estudo que escapa à conceituações simples e a definições consolidadas na História da Educação como, por exemplo, aulas régias, escolas isoladas, exames admissionais e etc. Por outro lado, as fontes que podem apresentar os vestígios da oferta de educação doméstica, apesar de serem comprobatórias, lhe faltam complementaridades. Como um grande quebra cabeça que não está com todas as suas peças. Neste sentido, foi necessário um esforço muito grande para reuni-las e buscar outras fontes que pudessem nos ajudar a compreender as transformações ocorridas na oferta da educação doméstica em Sergipe. Portanto, para expor de modo mais límpido possível, é necessário traçar nosso percurso de estudo, dizer o que a oferta de educação doméstica não é, para então, oferecer um contorno plausível do que é e como se transforma a oferta de educação doméstica em relação à educação escolarizada institucionalizada pelo Estado brasileiro.

Foi, então, que inquietações começaram a brotar em nós. Como algo corriqueiro para a população sergipana, havia estabelecido seu espaço e se tornado uma estratégia de ensino muito recorrida para o ensino das primeiras letras para crianças sem escolas e, mais tarde, como recurso de apoio e tábua de salvação para os exames de admissão que foram instituídos a partir de política pública de educação em 1930? Outro fator a se atentar é a longevidade da oferta de educação doméstica em Sergipe que nos inquiri a questionar o porquê dessa longevidade.

Pois, bem! Já que a historiografia de Sergipe, ousava ignorar esta parte de sua identidade, determinamo-nos a chamar à nossa responsabilidade o desafio de buscar indícios do exercício desta prática que, por ficar muito tempo à sombra dos estudos das instituições formais de ensino, pouco se tinha registro. Assim, nos perguntávamos: que pistas seguir?

Eis que nos demos conta de que em pesquisas anteriores<sup>3</sup>, ao entrar em contato com impressos jornalísticos nas primeiras décadas da República, havíamos nos

---

<sup>2</sup> Atualmente, essa prática é regida pela informalidade. Contudo, nossos estudos constataram que a educação doméstica do Império e início da República no Brasil, estava sob a égide do poder estatal, ou seja, estava presente nas leis que organizavam a educação em Sergipe.

<sup>3</sup> Nos anos de 2009 e 2010, fizemos parte de uma pesquisa financiada pelo CNPQ, acerca do processo de federalização da Universidade Federal de Sergipe e, entre outros instrumentos de pesquisa, nos utilizamos de jornais sergipanos.

deparado com anúncios de professores ofertando seus serviços de ensino das primeiras letras em suas residências ou nas da família que o contratasse, a quem interessar-se, ou ainda, exaltando suas habilidades profissionais, na tentativa de angariar alunos dispostos a frequentar aulas de disciplinas específicas.

A autora Maria Celi Vasconcelos (2005), afirma que essa era uma prática existente em todo o mundo desde muito tempo, consideradas em algumas épocas da história como a única solução para que crianças e jovens tivessem o mínimo de instrução e, em outras circunstâncias e períodos, era a ferramenta principal para a educação da elite dominante de uma sociedade. (VASCONCELOS, 2005).

Essa forma de educação, havia sido amplamente praticada durante o Império brasileiro, sobretudo, na segunda metade do século XIX, como demonstrado por Vasconcelos, que definiu esse ensino na obra “A casa e seus mestres” (2005), como “as práticas educativas realizadas no âmbito do espaço doméstico ou da ‘Casa’, que antecederam e se desenvolveram paralelamente à construção, aceitação e afirmação da escola formal” (VASCONCELOS, 2005).

Nessa obra é exposta a presença do ensino na casa na então capital do Império nos oitocentos através dos anúncios publicados nas páginas dos jornais que circulavam à época. Os mestres, como assim se intitulavam os professores que ofertavam seus serviços de instrução das primeiras letras ou de aulas particulares, atendiam seus alunos na própria residência ou no domicílio do contratante, mediante pagamento e horário previamente acordados pelas partes envolvidas.

Em Sergipe, de acordo com Santos (2016), a educação doméstica caracterizava-se por ser um ensino de “iniciativa particular, sem qualquer vínculo com o poder público e que usava como mobiliário e espaço escolar os móveis e a casa da professora.” (p. 53). Segundo a autora, essa forma de escolarização, também tinha o “papel de reforçar os assuntos apreendidos na escola primária oficial, onde o aluno estudava em turno contrário”. (p.53).

Para nós, a natureza da educação doméstica difere da instrução pública no sentido em que esta última consiste no ensino oferecido nas escolas organizadas pelo Estado ou, no caso do período oitocentista, nas casas de educação subsidiadas pelo poder público. Há também o ensino privado, o qual é ofertado nos colégios particulares, mantidos geralmente por uma congregação religiosa. Já a educação doméstica acontecia na casa do aluno ou na residência do mestre, sendo particular na medida em que os pais contratavam, por livre escolha, os docentes, os conteúdos e as habilidades a serem lecionadas a seus filhos, em

qualquer tempo e disposição exclusiva, previamente acordados pelas partes envolvidas.

Na dissertação defendida no ano de 2018, fora possível perceber que a educação que incidia em casas de particulares, não era subsidiada pela Província porque o mestre que lecionava não era financeiramente amparado pelo Estado, ainda que, conforme constatamos, esse ensino estava previsto na legislação provincial e sujeita à inspeção da Instrução Pública<sup>4</sup> e do Governo (LIMA, 2018).

Vejamos um trecho da lei que confirma essa afirmação:

Art. 331. Enquanto não for obrigatória a frequência das escolas públicas, é livre a todo brasileiro ou estrangeiro ensinar particularmente quaisquer matérias independente de provas de habilitação (SERGIPE, 1853).

Em outras palavras, o ensino particular em âmbito domiciliar seria permitido, especialmente, nas localidades em que não houvesse uma escola gratuita amparada pelo poder público, pois, nos Art. 332 a 335 da mesma legislação, consta que, o professor deve demonstrar que possui habilitação nas disciplinas que pretende lecionar e estará sujeito à inspeção da Diretoria Geral de Ensino do estado devendo informar dados referentes à sua Casa de Educação, métodos de ensino, mapas de frequência e aprovação dos alunos, bem como condições boas de higiene e moralidade. Caso se recusasse a obedecer a essas disposições, o docente poderia ser multado pelo Governo do Estado, ter seu estabelecimento de ensino fechado e responder a um processo disciplinar perante o Conselho da Instrução.

Tais evidências nos indicou que estávamos tomando o rumo mais provável para descortinar o fenômeno da oferta de educação doméstica em Sergipe, tão naturalizada entre a população e, ao mesmo tempo, tão desconhecida em suas condições históricas.

Após uma busca na bibliografia existente acerca desse assunto e, contando com o auxílio dos estudos dos poucos autores que referenciam a educação doméstica, conceituamos essa prática como o ensino realizado no interior da casa do aluno ou do professor, admitida em lei diante da recusa do Estado em ofertar educação universalizada e, portanto, uma vez, admitida a sua existência, prometia a supervisão através da Inspeção da Instrução sustentada pelo Estado.

Ressaltamos que no Império, era comum um professor utilizar-se de seu domicílio para dar aulas, porém, muitos eram contratados pelo poder público para tal função, recebendo proventos para tal, ainda que estes não fossem suficientes nessa tarefa. Esse

---

<sup>4</sup> Sobre as inspeções, ver os mapas de aulas particulares na dissertação: A oferta de ensino através dos anúncios de jornais sergipanos: a educação doméstica na casa do mestre e da família (1880-1930), 2018.



costume distingue do ensino na casa proposto neste estudo, justamente pelo primeiro era amparado financeiramente pelo governo, algo que não ocorre com o segundo, onde mestre e família fazem os certames de como se darão as aulas.

A educação doméstica enquanto objeto de estudo, permitiu-nos compreender o quanto o campo historiográfico da educação brasileira tem dedicado seus esforços em pesquisas acerca da oferta de instituições formais de ensino, fato este que terminou por invisibilizar a legitimidade das práticas de educação que, por um longo período de tempo foram a base de sustentação de leitura e letramento no país, como é possível observar na constatação de Faria Filho (2000):

no entanto, não podemos considerar que apenas aqueles, ou aquelas, que frequentavam uma escola tinha acesso às primeiras letras. Pelo contrário, tem-se indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia um número de pessoas bem superior à rede pública estatal. Essas escolas, às vezes chamadas de particulares, outras vezes de domésticas, ao que tudo indica, superavam em número, até bem avançado o século XIX, àquelas escolas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado (p. 21).

Portanto, ignorar a existência dessas práticas ou, deixá-las deliberadamente em uma categoria menos importante, acaba por apresentá-las numa visão microestrutural e particularizada, fora da integração com os fenômenos histórico-sociais da sociedade em que está inserida (CASTANHO, 2010).

Acreditamos que a escassez de pesquisas realizadas com a temática deste objeto se deve a dificuldade em conseguir evidenciar/abordar as práticas e sujeitos que existiram à margem do sistema de escolas subsidiado pelo Estado. Em alguns casos, os trabalhos encontrados apenas se aproximavam, ou tratavam de problemáticas parecidas, mas com destaque para o período oitocentista do século XIX. Além disso, as análises de pesquisadores/historiadores acerca da educação a partir da década de 1930, discorrem menos ainda sobre o ensino da casa.

Assim, tratar da educação doméstica, de seus atores, de suas especificidades e, sobretudo da configuração político-social que fazia com que ela existisse, constitui-se tarefa significativa para a História da Educação no Brasil e, em Sergipe, visto que a carência de respostas para várias questões permanece em aberto.

Neste sentido, a grande dificuldade em arriscar dados precisos acerca das práticas educativas no Império ou nas primeiras décadas da República, reside na grande

disparidade do ensino brasileiro nesse período. De um lado a escola pública contava com a imprecisão de uma política de investimentos e de diretrizes ordenadas para a educação e, de outro lado, a existência das aulas domésticas particulares, preceptoria e colégios particulares, ambientes de instrução pouco ou nada passíveis de fiscalização, com características próprias e subsidiadas pela sociedade civil.

No Brasil do século XIX, vários termos foram utilizados pelo poder público para se referir às diversas instituições, públicas ou particulares, ligadas ao ensino. As regulamentações do governo imperial brasileiro no seu primeiro século como nação independente, estabeleciam normas relativas às casas de instrução, casas de educação, escola, colégio. (GASPARELLO, 2011, p. 6).

Por esta razão, construir esta trajetória historiográfica inicia-se com a constatação de que a defesa de um caminho metodológico coeso e coerente com a história da educação, se dá por toda a configuração social em que o objeto está inserido, suas relações e sua dialogicidade com os fenômenos que acontecem a sua volta.

Neste aspecto, concordamos com a afirmação de Nosella e Buffa (2005), que dizem:

De forma aproximativa e sintética, o método dialético supõe a investigação da conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a escola que cria. O fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados *a posteriori*, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa condição (p. 362).

Para Vidal e Faria Filho (2005), a história da educação enquanto disciplina, priorizava os debates em torno da formação de professores, possuindo uma relação intrínseca com a filosofia da educação. Assim, a história da educação passou a conceber em suas práticas teóricas guias de conduta para o exercício do ensino popular. Como consequência, os fenômenos históricos, como as práticas educativas, acabaram por ficar à sombra das discussões no campo da Pedagogia.

Ainda de acordo com os autores:

A criação do curso de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939, e a lei Orgânica para o Ensino Normal, de 1946, unificando as matérias do segundo ciclo do curso para todo Brasil, incluindo história e filosofia da educação como uma única disciplina, ministrada na terceira série, vieram consagrar o modelo. Essa integração reforçou o afastamento da escrita da história da educação da prática dos arquivos, estimulando as interpretações que pretendiam conferir-lhe uma importância moral. Tida como disciplina escolar, em geral em proximidade com a filosofia da educação, impregnada de uma postura salvacionista e tribuna de defesa de um ideal de educação popular, à

história da educação foi delegado o lugar de ciência auxiliar da pedagogia (p. 96).

Essa função “auxiliar” ao qual Vidal e Faria Filho (2005) se referem, não aborda a multiplicidade cultural do cotidiano de uma sociedade, por essa razão, as pesquisas educacionais necessitam encontrar meios de relacionar a conjuntura político-econômica e social aos temas do ramo da história afim de romper com o legado adquirido ao longo do tempo e permitindo que haja discussões acerca dos “tempos, espaços, sujeitos, materiais e conhecimentos envolvidos naquilo que alguns têm chamado de processo de escolarização da sociedade (p. 13).

[...] o que podemos observar é que a historiografia educacional brasileira privilegiou o estudo das instituições formais de educação. Lacunares no que diz respeito ao tema, os manuais de História da Educação, atestam o desinteresse dos estudiosos pela educação doméstica. Em parte, essas lacunas podem remeter a outra questão: apesar da constatação e reconhecimento como prática instituída, a educação realizada na esfera privada foi alijada dos registros oficiais, deixando poucos vestígios em arquivos públicos (ALBUQUERQUE, 2013, p. 12).

Nas pesquisas realizadas na elaboração desta tese, encontramos alguns trabalhos no ramo da História da Educação que tratam da escrita e letramento das sociedades coloniais, imperiais e republicanas. Contudo, apenas 6 delas traziam em seu escopo a educação doméstica e destas, quatro tratavam metodologicamente da educação doméstica a partir da oferta anunciada em jornais.

O trabalho principal e o que forneceu substância à nossa pesquisa foi o da autora Maria Celi Vasconcelos, com o livro intitulado - **A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos** (2005). Fruto de sua tese de doutorado, a obra define a origem, conceitua e discorre acerca da prática do ensino da casa no século XVIII, tornando-se a referência principal sobre essa temática.

Encontramos também a monografia de conclusão de curso de graduação de Aldenize da Silva Ladislau, intitulada - **Educação doméstica na Parahyba do Norte: o ensino no espaço da casa (1880-1889)**. No referido trabalho a autora expõe como funcionavam as aulas realizadas por professores particulares nas casas dos alunos na Parahyba do Norte no período de 1880 a 1889.

A próxima obra é uma dissertação de mestrado realizada por Alexandre Pereira Mérida, orientando de Celi Vasconcelos, que realizou suas análises dando continuidade à pesquisa de sua orientadora. O trabalho recebeu o seguinte título - **Quando a casa é a**

**escola:** a educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX. O autor analisou a educação doméstica na cidade de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), nas últimas décadas do século XIX, constatando sua existência, suas configurações, seus sujeitos e suas práticas.

A dissertação de Bruno Tamancoldi Muniz, denominada - **A educação visitada pelo Imperador D. Pedro II: casas e escolas públicas/privadas na Petrópolis do século XIX**. A pesquisa do autor consistiu em verificar as práticas educativas na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro) no século XIX. Abrangendo a instrução pública, o ensino privado e a educação doméstica presente no referido município carioca. Utilizando-se de documentos oficiais, documentos pessoais e artigos de jornais, as análises do autor aproximam-se com as obras anteriores, sendo que, Muniz também foi orientado por Celi Vasconcelos na escrita deste trabalho.

Na tese de Samuel Barros de Medeiros Albuquerque – **Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XIX**, é evidenciada a prática da preceptoria entre as famílias brasileiras do Império. O autor traça o percurso da presença das europeias no cotidiano das famílias de classe abastada, utilizando como fonte cartas, textos e autobiografias.

Destacamos a tese de Simone Silveira Amorim, intitulada - **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. Nesta obra, a autora analisa a organização da Instrução Primária sergipana no século XIX, com enfoque na profissão docente e, utiliza como fonte legislação e recortes jornalísticos de oferta de mestres domésticos, professores privados e públicos.

Na dissertação de Laísa Dias Santos - **Por uma história vista de baixo: as escolas primárias dos territórios centro e sul do Estado de Sergipe (1930-1960)**, pudemos elencar não somente as escolas primárias presentes no interior de Sergipe, como também há a comprovação da existência da educação doméstica, que, segundo as ex-professoras entrevistadas pela autora, são chamadas de bancas escolares. Além de conceituar o ensino da casa que acontecia no centro sul do estado, as 30 narrativas de mulheres com idade entre 70 e 103 anos, abordaram suas experiências como professora de banca, ou de uma instituição municipal e, os desdobramentos políticos, sociais e culturais que definiram a educação em Sergipe.

Pois bem, em um período de dois anos (tempo do mestrado), buscamos aglutinar, segurar, conduzir, elucidar, enfim, dar forma a um tema tão “escorregadio”, quanto à prática da educação na casa.

Percebemos ao longo do trabalho realizado, que apesar de algumas lacunas terem sido preenchidas por nossas pesquisas, muitas outras surgiram ou permaneceram ao longo do percurso, sendo assim, mantemos o objeto de estudo nesta tese, a saber, a oferta da educação doméstica em Sergipe, no período posterior ao analisado no mestrado, delimitado entre os anos de 1930 a 1960.

Visando uma melhor compreensão de como se pautava a educação doméstica a partir da Segunda República perante o cenário em que o Brasil estava inserido, se faz necessário problematizar esta prerrogativa: qual a razão da longevidade do ensino doméstico e, especialmente, sua naturalização no cotidiano da população sergipana, apesar de a expansão do sistema educacional a partir de 1930? Tendo em vista que ampliação da escolarização fora fruto da pressão de vários setores da sociedade civil e, esteve intrinsecamente relacionada a eminência do avanço do capitalismo industrial que exige o avanço da escolaridade dos trabalhadores, busca-se a partir deste questionamento, expor o funcionamento dessa prática, à sombra do sistema formal de educação e, face à conjuntura político-econômica de Sergipe e do restante do país.

Na história brasileira, a década de 1930, é marcada pela instauração de um novo sistema político. A expansão do capitalismo nos países da Europa e nos Estados Unidos, se estende às terras periféricas, muitas tardiamente livres do título de colônia promovendo, a ambição de concorrer a posições importantes na economia que adentrava à era industrial. Conforme Fenelon (1986), os fatos ocorridos após a Revolução de 1930 e aos anos subsequentes a esse marco desencadearam um “grande despertar” na população brasileira que, de nação periférica subdesenvolvida, anseia por livrar-se da dessa dependência instituída ainda na colônia.

Com o objetivo de deixar de ser essencialmente agrário, o país contava com as mudanças na instrução pública e particular, inculcando ideias para uma suposta modernização dos métodos de ensino de concepção liberal, cuja tônica é o possível alcance da igualdade via escolarização da população, ainda que os meios de alcançar continuassem restritos aos grupos sociais mais abastados. Neste sentido, a hipótese da presente tese é que o movimento das reformas realizadas no âmbito educacional institucionalizado e, ao mesmo tempo, a permanência da oferta da educação doméstica, permitiram aos mestres adaptarem a sua oferta conforme as alterações legais, institucionais e pedagógicas da educação escolar oficial. Em outras palavras, a oferta de ensino na casa deixa de atender apenas as Primeiras Letras, tal como já demonstramos em nossa dissertação (LIMA, 2018) para avançar em ofertas para as séries mais

elevadas e diversificar as disciplinas conforme exigências curriculares fomentadas sobretudo a partir de 1930.

Para analisar a oferta da educação doméstica nos periódicos sergipanos entre 1930 e 1960, recorreremos as conclusões de alguns autores, como: Marta Maria Chagas de Carvalho (1989), Ângela de Castro Gomes (2002) e, para desenvolver a ideia de que em Sergipe o dualismo educacional impactou profundamente na permanência da educação doméstica no cotidiano da sociedade, nos utilizaremos dos conceitos de Antonio Gramsci (1982) e suas contribuições sobre a educação moderna e a formação humana.

Para Carvalho (1989), com o advento da República, a imagem do brasileiro preguiçoso, ignorante, doente, urge por mudança e, neste aspecto, somente a escola lhe renegeraria. Esta, vem a ser uma das razões pela qual no início de Brasil republicano, a construção de instituições de ensino começam a irromper aceleradamente em vários lugares. Este seria, de acordo com Vasconcelos (2004), uma das razões pelas quais a educação doméstica vai perdendo espaço para a escola.

Segundo Gomes (2002), com a instalação do regime republicano, o âmbito educacional sofreu um corte radical em relação aos comandos do Império, deixando para trás toda a experiência de escolarização do passado, desse modo, deixando a mostra a fragilidade política instaurada nesse período, pois em nome de um novo projeto de educação, qualquer ameaça a essa empreitada necessitava ser banida e esquecida.

Adotamos também na escrita desta tese, a metáfora da sombra, algo proposto pelo autor Mark Bray (2014). Ele faz uma alusão ao ensino particular que se desenvolve à margem da escola institucionalizada. Sua teoria é a de que nos países subdesenvolvidos, a existência de um sistema de aulas privadas complementares à aprendizagem escolar é fruto da demora de esses países se industrializarem e da fragilidade de toda a rede educacional do país. Nossa hipótese é que em Sergipe, as limitações enfrentadas neste sentido, possibilitaram e legitimaram diante à população a educação doméstica que, a partir da década de 1930, não mais caminhará lado a lado com as instituições escolares, como foi durante muito tempo, mas, funcionará como um espectro delas.

Em Sergipe, a educação doméstica realizada no Império e nos primeiros anos da República, consiste primordialmente no ensino dos rudimentos básicos da leitura e da escrita, ocupando por diversas vezes o mesmo protagonismo das frágeis escolas públicas instaladas no estado (LIMA, 2018). Contudo, nas pesquisas realizadas para a escrita desta tese, constatamos que a oferta de instrução das primeiras letras vai se

tornando escassa, cedendo espaço para as aulas particulares de admissão ao Secundário e/ou a outros exames admissionais.

Acreditamos que este fenômeno transitório se deva às implicações políticas, sociais e econômicas vivenciadas em determinado período de nossa história. Concordamos com Bray (2014), quando ele afirma que essa prática educacional tem grande impacto social e econômico nos locais onde coexiste com o sistema regular de escolarização, por esta razão precisa ser confrontada já que mantém ou agrava as desigualdades sociais.

Esse confronto consiste em dimensionar as circunstâncias em que a educação doméstica acontecia. Uma estrutura fora da instituição escolar formal implicava em vantagens para alguns e desvantagens para outros. Sendo assim, saber as causas que levaram o ensino da casa a tornar-se via principal para o avanço educacional em Sergipe nas primeiras décadas da República é algo que necessita ser compreendido.

De acordo com Bray (2014), ao redor do mundo, as aulas particulares em âmbito doméstico possuem diferentes padrões e particularidades. Dados históricos acerca da origem dessa prática agrupam países e regiões em grupos de fatores culturais e de políticas de educação pública, para determinar a natureza dessa atividade.

Em sociedades do Leste da Ásia, por exemplo, a educação doméstica está enraizada na cultura. As tradições Confucionistas (doutrina que prega o equilíbrio através dos ensinamentos), por valorizarem os estudos, têm o ensino particular domiciliar como um alicerce indispensável para os alunos que desejam obter alto desempenho<sup>5</sup>

Agindo modestamente nas décadas anteriores a 1990, os países que compunham a ex-União Soviética e a Europa Oriental, tiveram que expandir as atividades de ensino doméstico já que após o colapso econômico desses países os professores precisavam de uma renda extra para garantir o seu sustento<sup>6</sup>

Já nos países da Europa Ocidental, América do Norte e Austrália, a prática de ensino particular doméstico tornou-se cada vez mais necessária à medida em que políticos passaram a incentivar a competição entre as escolas para ajudar os alunos com fraco desempenho escolar<sup>7</sup>

Nos países africanos a educação da casa é fruto da falta de supervisão na

---

<sup>5</sup> Ibidem

<sup>6</sup> Ibidem

<sup>7</sup> Ibidem

prestação de contas no sistema de ensino. Assim, professores vêm essa atividade como uma oportunidade de aumentar a renda, já que ao lecionar apenas em instituições formais ela é insuficiente.<sup>8</sup>

Na América Latina, o ensino doméstico é mais comum no nível secundário, a razão se deve às tradições nos sistemas de educação.<sup>9</sup>

Nos diferentes padrões observados acima, destacamos que as necessidades político-econômicas de cada grupo, fora essencial para a sobrevivência dessa prática de educação. No caso latino, a conjuntura educacional propalada ao longo do processo de organização da escola pública fez com que a educação doméstica desenvolvesse à sombra do sistema regular de ensino, algo que será explicado nesta tese.

As conclusões apresentadas por Patto (1993), demonstra o quanto a crise da escola estatal contribuiu para o sucesso de um ensino paralelo frente a educação institucionalizada. Na obra intitulada “*A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*”, as raízes históricas do fracasso escolar, mostrando que os princípios da sociedade liberal e do positivismo legitimaram o fracasso escolar das classes sociais menos favorecidas da sociedade. Ao referenciar as conclusões da autora, desmontamos o discurso brasileiro sobre as causas e circunstâncias que fazem um aluno abandonar a escola ou, contentar-se com o mínimo que ela tem a oferecer pois, foi essa alocação que legitimou as desigualdades educacionais em nosso país. Nós acreditamos que a marginalização cultural das classes mais baixas, colaborou para que o ensino domiciliar se perpetuasse. Eis aqui nossa segunda hipótese.

Para a educação doméstica, a Reforma do Ensino Secundário (1932), idealizada pelo então Ministro da Educação, Francisco Campos, tornou-se marco importante no sentido de deixar o foco do Ensino Primário e voltar-se ao ensino de disciplinas incluídas no novo programa para os exames de admissão do secundário. O Decreto 19.890 de 18/04/1931, organizou esse nível de ensino em dois cursos seriados: fundamental e complementar, tendo como referência em todo o território nacional, o Colégio Pedro II. Os ginásios brasileiros, precisavam adequar-se ao modelo estabelecido na lei e, estar à disposição de Inspeção Federal. Para adentrar ao secundário, o aluno deveria realizar um exame de admissão, constituído por:

provas escritas, uma de português (redação e dictado) e outra de arithmetica (calculo elementar), e de provas oraes sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geographia,

---

<sup>8</sup> Ibidem

<sup>9</sup> Ibidem



Historia do Brasil e Sciencias naturaes (BRASIL, 1931).

A dificuldade dos exames gerara uma nova cultura que se instalara na educação brasileira, as aulas particulares preparatórias para a aprovação nos exames. Mesmo já havendo algumas iniciativas de mestres ofertando ensino de disciplinas específicas com atendimento domiciliar anterior a 1930, após a Reforma Francisco Campos, essa empreitada se intensifica, prova disso é a quantidade de anúncios encontrados nos jornais com essa referência durante toda essa década.

Ao estabelecer um currículo pautado na seriação e em ciclos (fundamental e complementar), exigir frequência satisfatória e, possuir caráter enciclopédico, a Reforma para muitos autores do campo da educação a caracterizaram como elitista e conservadora.

Em Sergipe, na década de 1930, havia nove estabelecimentos ofertando o Ensino Secundário. Segue no quadro abaixo, a lista com os nomes e o ano de sua fundação:

**Tabela 1** - Colégios de nível secundário de Sergipe na década de 1930.

| <b>Colégios e Ginásios</b>                                |
|-----------------------------------------------------------|
|                                                           |
| <b>Atheneu Sergipense (1870)</b>                          |
| <b>Ginásio Jackson de Figueiredo (1913)</b>               |
| <b>Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903)</b>            |
| <b>Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (1911)</b> |
| <b>Ginásio do Salvador (1935)</b>                         |
| <b>Colégio Tobias Barreto (1928)</b>                      |
| <b>Ginásio Imaculada Conceição (Capela) (1929)</b>        |
| <b>Ginásio Sagrado Coração de Jesus (Estância) (1936)</b> |
| <b>Ginásio Nossa Senhora das Graças (Propriá) (1915)</b>  |
|                                                           |

**Fonte:** INEP, 1930

Podemos notar duas diferentes nomenclaturas acima, Ginásio e Colégio. Essa diferenciação se deu após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), que separava os estabelecimentos que ofertavam esse nível de ensino da seguinte maneira:

Art. 5º: Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio.

Art. 7º Ginásio e colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário.

Art. 8º Não poderá funcionar no país estabelecimento de ensino secundário que se reja por legislação estrangeira. (BRASIL, 1942).

Mesmo com um número considerável de estabelecimentos que ofereciam o Secundário, para uma sociedade que mal concluía o Curso Primário, a aprovação se tornava um sonho distante de ser alcançado. Para aqueles que conseguiam ser admitido numa dessas instituições, ainda havia outra barreira a ser ultrapassada, manter-se neles. A Reforma do Secundário não foram idealizados para abrigar a todos, contribuindo para que as casas que ofertavam a educação particular, permanecessem com a herança elitista das décadas anteriores.

Segundo as pesquisas realizadas por Santos (2021), acerca dos exames preparatórios de acesso ao Secundário, mesmo em quantidade considerável no estado, os estabelecimentos que ofertavam esse nível de ensino apresentavam uma instabilidade de permanência e funcionamento e, afim de suprir essas deficiências as aulas avulsas ganhavam cada vez mais espaço no cenário sergipano, dando suporte na formação intelectual dos estudantes e servindo de base formativa para aqueles que desejam ingressar nas Academias. De acordo com a autora, essas aulas eram ministradas pelos docentes em suas próprias casas, na residência do aluno ou em espaços alugados. Sendo acessível somente para famílias com alto poder aquisitivo, as aulas avulsas eram essencialmente destinadas às elites.

Em Sergipe, a cultura dos exames preparatórios gerou uma excelente oportunidade de negócio voltado para o ensino às disciplinas e conteúdos exigidos nos exames, fazendo com que a marca do elitismo secundarista no estado se instalasse de vez.

Para Bray (2014), o fenômeno social que estabelece uma estrutura de ensino que auxilia o estudante a cumprir as demandas curriculares é chamado de educação na sombra porque, as disciplinas e os conteúdos ministrados e aprendidos mimetizam o da

escolarização, ou seja, há mudança no currículo das escolas, também se modifica o da sombra.

A quantidade de provas aplicadas no novo sistema de Ensino Secundário, também contribuía para que mais e mais alunos, optassem por matricular-se em aulas particulares de reforço. Vejamos a seguir, como organizavam-se as avaliações.

O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Ambos os decretos estabeleciam, por seus artigos, um processo de avaliação altamente seletivo. Para uma média de 10 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma arguição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de arguição, das provas parciais e do exame final de cada disciplina. Isso tudo equivalia, aproximadamente, para o ano todo, 80 arguições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. E é evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado (ROMANELLI, 1999, p. 137).

Os privilegiados, como descreve Romanelli, em certa medida, enxergavam na educação um reduto de manutenção de seu posicionamento social, segundo o qual o seu principal determinante era o de assegurar que tivessem todo o tipo de ajuda possível nesse âmbito afim de estarem aptas a competir com seus pares.

Assim, o problema desta pesquisa refere-se à análise das circunstâncias educacionais de Sergipe, mediante as desigualdades sociais, a (in)eficiência dos sistemas educativos e a ausência de políticas públicas que, permitiram e colaboraram para que a educação doméstica coexistisse paralelamente à escola formal, tornando-se sua sombra ao longo das décadas de 1930 a 1960.

O problema apresentado justifica-se à medida que a principal força subjacente na busca pela educação doméstica torna-se um meio importante para o alcance da ascensão social, fazendo com que alguns obtenham os resultados desejados e outros não. Neste aspecto, temos o ritmo lento da organização da escolarização como contribuinte para as deficiências da instrução estatal, tornando o ensino da casa instrumento necessário para ingressar nas instituições mais prestigiosas.

A partir das reflexões que cerceiam nosso objeto de estudo, algumas questões foram levantadas, são elas: 1) Quais as razões da permanência da educação doméstica

em Sergipe, nas décadas que sucederam a instauração da República? 2) Quem ofertava a educação doméstica? 3) Qual a relação entre as estatísticas da educação e o ensino particular domiciliar? 4) Qual o contexto socioeconômico e político ante a prática da educação na casa? 5) Sob quais representações a oferta nos jornais era anunciada? De que forma o embate entre ensino laico e religioso influenciou as aulas particulares domésticas?

O objetivo geral deste estudo é: 1) investigar a oferta da educação doméstica em Sergipe, no período de 1930 a 1960, publicada em periódicos locais por professoras/es que anunciavam suas disciplinas e suas qualificações; 2) Analisar em tais anúncios jornalísticos o modo pelo qual as/os docentes buscavam angariar a credibilidade entre as famílias e estudantes que pudessem requerer seus serviços; 3) Compreender o modo pelo qual se constitui a legitimação desta prática de ensino frente à escola pública revelando as contínuas fragilidades dos sistemas educativos que foram coniventes para a sua perpetuação.

Estabelecido os objetivos gerais, nosso estudo se constituiu dos seguintes objetivos específicos: 1) Analisar a oferta de ensino particular doméstico; 2) Identificar os agentes envolvidos na prática da educação doméstica; 3) Compreender quais estratégias o ensino domiciliar apresentava em seu escopo; 4) Buscar indícios da prática de educação doméstica nos documentos escritos por Agentes Educacionais; 5) Entender as razões que levaram a educação doméstica sergipana a coexistir durante muito tempo com o sistema público de ensino.

Para atingir os objetivos propostos e responder às questões estabelecidas acima, foi necessário estabelecer uma delimitação temporal desse estudo. Ao constatarmos através das fontes pesquisadas de que o ensino na casa não desaparece em Sergipe, assim como aconteceu na capital do Império (VASCONCELOS, 2005), ela sobrevive ao tempo e, nas três décadas propostas neste trabalho (1930, 1940, 1950), aparecem pautadas pelas transformações operadas na política educacional para a escolarização oficial que, por sua vez operava tais transformações para atender demandas políticas, sociais e econômicas presentes neste período. Foram elas:

- De 1930 a 1936, a centralização do poder do Estado federal, e a construção da nacionalidade via a educação;
- De 1937 a 1945, a mudança do perfil agrário para o urbano-industrial, através do incentivo ao ensino profissionalizante e a consolidação do Estado Novo;
- De 1946 a 1960, o período de discussões e debates que culminaram na

Proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961).

As transformações elencadas acima, operaram juntamente com as constantes modificações das políticas públicas de educação a partir da década de 1930, de acordo com Bray (2014), conforme o sistema formal se modifica, a educação particular doméstica também se altera afim de acompanhar essas mudanças. Vivendo à sombra dos sistemas educativos das sociedades, torna-se um reflexo dessas alterações e, desenvolve-se rapidamente como deve ser nos moldes do capitalismo.

Os principais acontecimentos referentes à educação na década de 1930, foram:

- Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.
- Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931)
- Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932).
- Constituição Federal de 1934.

Destacamos dentre as feitorias realizadas na década de 1930 que pouco ou nada fora voltado para o Ensino Primário. Veremos adiante nesta tese que nas ofertas encontradas neste período às aulas de instrução das primeiras letras ainda é bastante comum, algo que irá se modificando ao longo das décadas seguintes. Acreditamos que a ausência de políticas públicas voltadas para esse nível de ensino, contribuiu para essa prerrogativa.

Segundo Bray (2014), o ensino particular que se desenvolve paralelamente à educação formal, visam suprir as falhas e as fraquezas desse sistema, para ele, os interesses políticos e econômicos, bem como as oportunidades do mercado e as carências educacionais tornam essa prática necessária.

Na década de 1940, vários decretos-lei no campo educacional foram promulgados, foram eles:

- Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial);
- Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário);
- Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial);
- Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário);
- Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal);
- Decreto-lei 8.621 e 8.622, em 10 de janeiro de 1946, criam o Serviço Nacional

de Aprendizagem Comercial (SENAC);

- Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

Percebemos que a partir da década de 1940, as políticas públicas voltadas em âmbito educacional, apresenta-se primordialmente de forma a qualificar capital humano, habilitando jovens e adolescentes para estarem aptos a contribuir no desenvolvimento econômico da sociedade. Neste sentido, a educação doméstica acompanhando essa mutação, torna-se um suplemento na busca pelo acesso às escolas de ensino profissionalizante/técnico/comercial. Bray (2014), observa que as aulas particulares nessa conjuntura, podem ser interpretadas, em alguns casos, como uma forma de corrupção que enfraquece a confiança no sistema educacional regular, fortalecendo a economia em detrimento da intelectualidade.

Ainda no plano educacional, podemos destacar as Reformas de Ensino Secundário que, estabeleceram novos parâmetros no quesito seleção e exclusão, posto pelo Estado e caracteriza-se como marco de consolidação das exigências por uma escolarização de qualidade, professores capacitados, incentivo à pesquisa, entre outros; as disputas ideológicas em âmbito político e econômico, aliado ao crescimento urbano e industrial que, proporcionará mudanças significativas nos contornos da educação brasileira e, consequentemente, no modelo de ensino doméstico até então existente.

Essas alterações, durante essas três décadas, nos faz refletir que abordar questões do passado de determinada sociedade, de uma certa época, envolve a crença de que aquilo que conhecemos não é estático, muito pelo contrário, o que foi feito no passado, permanece transformando o presente.

A crença de que o presente deva reproduzir o passado normalmente implica um ritmo positivamente lento de mudança histórica, pois, caso contrário, não seria nem pareceria realista [...] O domínio do passado não implica uma imagem de imobilidade social. É compatível com visões cíclicas de mudança histórica, e certamente com a regressão e a catástrofe (ou seja, o fracasso em reproduzir o passado). É incompatível com a ideia de progresso contínuo (HOBSBAWN, 2013, p. 121).

Dessa forma, a história da educação não pode ser pesquisada tendo em vista o contínuo progresso, de uma condição inferior para outra superior ou do pior para o melhor. Não, a história não tem esse movimento! Hobsbawn (2013), nos preparapara um processo dinâmico, contraditório e só possível de apreensão a partir da totalidade, das contradições, historicidade e dialeticidade.

Aqueles que insistem em defini-la como algo separado do todo, tentando aglutinar partes de algo maior, corroborando com a noção de passado como o aporte teórico perfeito que nos fará olhar para trás a fim de corrigir os erros e evoluir. Há uma profunda diferença entre contar a história e vislumbrar tudo que ela carrega. Ao utilizarmos o contexto histórico de três décadas da República brasileira e sergipana, para entender o fenômeno da educação doméstica, nos deparamos com como o que proposto por Hobsbawn, no sentido de que “a história é a matéria-prima mais fácil de trabalhar no processo de fabricar as ‘nações’ historicamente novas em que estão engajados”<sup>10</sup>.

A atitude que tomamos com relação ao passado, são imperativas. Os pesquisadores da história da educação, de modo geral, temos o costume de fazer comparações entre o que já aconteceu e o presente, contudo, devemos perceber que o passado é constituído de tudo que incidiu anteriormente na humanidade, até os dias atuais. Neste sentido, Hobsbawn aponta que o passado pode ser considerado sim como um instrumento preciso de observação para compreendermos as mudanças ocorridas na sociedade desde os primórdios, porém, essas transformações não são cópias fidedignas dos acontecimentos do hoje, já que as experiências dos membros mais antigos de nossa sociedade podem assumir o papel de “contadores do passado”, daquilo que viram e vivenciaram, devemos olhar para o passado como uma ideologia salutar, neste sentido, o autor conclui que:

o passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (p.17).

Ressaltamos que para nós, as relações intrínsecas entre a constituição de uma sociedade e as manifestações culturais, materiais e imateriais que a compõe, não pode ser considerada individualmente, portanto, a escolha dos procedimentos metodológicos, bem como dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, envolve o cuidado para com o objeto, afinal, sabemos que o pesquisador precisa dar ao seu elemento de estudo certa autoridade, logo, política, economia e coletividade estarão presentes no decorrer da escrita.

Gramsci em sua obra *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982), suscita questões acerca das relações entre a sociedade e cultura, nesse sentido, os modos de

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 45.

articulação presentes em práticas educativas, devem proporcionar a emancipação cultural dos sujeitos. Essa conexão dialética autonomiza e tangencia a história, baseando-se na compreensão dos diversos elementos presentes no social e no cultural.

As fontes para a realização desta pesquisa foram obtidas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), são jornais que circularam em Sergipe nas décadas estudadas (1930 – 1960). No Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), nele encontramos relatórios de inspetores da educação, cartas e relatórios de diretores de escolas, documentos encaminhados ao Diretor da Instrução Pública, tais como dados estatísticos e relação de materiais comprados. Legislações, artigos, monografias, dissertações e teses acadêmicas.

Dando segmento à constituição do corpo do trabalho, iremos explicitar os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta das informações documentais e dos dados quantitativos, a fim de detalhar o passo a passo na construção e desenrolar da pesquisa acerca da educação doméstica. Para tal, foi necessário inicialmente, averiguar a oferta de ensino particular domiciliar (na casa do professor ou do aluno) nos jornais sergipanos, nas décadas estabelecidas nesta tese.

Foi, sobretudo, através do material jornalístico impresso<sup>11</sup> entre 1930 a 1960, que pudemos mergulhar nas práticas educativas domésticas, culturais, sociais, políticas e, não mais importante, econômicas, que construíram significados e representações à época. Nesse aspecto os jornais, fazem parte deste trabalho como um alicerce essencial de união às diferentes fontes documentais, mesmo que por diversas vezes a leitura superficial de um anúncio, por exemplo, num primeiro momento nos parecesse inútil, após uma reflexão maior sobre ele e ao cruzar seu conteúdo com as outras fontes lidas, conseguíamos extrair um cenário realístico da prática da educação doméstica no estado.

Os documentos, uma constatação de quem somos na sociedade em que vivemos. Certidão de nascimento, certidão de óbito, carteira de identidade, carteira de motorista, título de eleitor, cartão de crédito, todos esses documentos dizem muito sobre nós, por esta razão, contam a nossa história, a história de uma época, etc.

De certo, as fontes documentais têm a característica de possuírem uma confluência entre abordagens interpretativas de tempo (passado/presente) e de

---

<sup>11</sup> Ressaltamos que os anúncios presentes nesta tese, foram selecionados mediante a criteriosa avaliação do conceito de Educação doméstica ou aulas particulares em domicílio, desde que se encaixassem no pré-requisito de estarem sendo realizadas na casa do contratante ou do contratado



manifestações sociais/culturais. Essas relações conduzem dificuldades legítimas e difíceis nas quais, somente o rigor científico do pesquisador reconhecerá as contradições históricas fundamentadas em falsas evidências do funcionamento da sociedade.

Concordamos com Gamboa (1998), que os documentos não se restringem aos objetos físicos, ao papel, seu conceito é bem mais amplo. Eles são a fonte primária dos registros históricos, é a partir deles que construímos o nosso objeto de estudo e as verdades históricas. Através deles as configurações sociais e os fenômenos que brotam desse contexto se tornam a matriz filosófica que fundamenta o discurso. Dessa forma, conseguimos “uma argumentação mais sólida sobre o tema ou por uma discussão mais abrangente” (p. 117).

No intuito de acessar algo que aconteceu no passado, a interpretação das fontes jornalísticas e documentais, tornaram-se arcabouço fundamental que, envolto na subjetividade de uma época, produzem história, memórias, significâncias e, visam sobretudo, a reflexão. É através do processo reflexivo que nos tornamos conscientes daquilo que está a nossa volta, sujeitos analíticos que resistem à simples comunicação de informações.

Fazer história da educação é, de toda maneira, expor a importância que as fontes possuem sobre a analogia fundamental do conhecimento histórico e o cotidiano social (FENELON, 1989). Nesta compreensão, os aspectos políticos assim como culturais e históricos, influenciam absolutamente nas estratégias arquitetadas por parte da elite para difundir ideias que suscitam seus interesses pessoais.

Buscamos em nossa pesquisa, transcender a ideia positivista de que a história deve ser contada tal como ela realmente foi apenas explicitando os fatos, suas causas e consequências (FENELON, 1989). Se a história visa, para Fenelon, estudar as ações mais importantes do homem em uma determinada época, o documento é apenas o alicerce para a construção do objeto pesquisado.

Essa importância, consiste, entre outros fatores, na liberdade que esta fonte concede ao pesquisador e, atrelada às suas diferentes finalidades, visa ser instrumento de construção de novos critérios de investigação para com o passado, ou mesmo com os sujeitos históricos que, mergulhados em um conjunto de fatos subjetivos, são facilmente influenciados por conhecimentos técnicos e desinteressados.

Por que então escolhemos os jornais? Quando chegou ao Brasil, os impressos jornalísticos se constituíram importante instrumento de informação para um restrito grupo de pessoas alfabetizadas. Por mais de um século, o meio de comunicação

impresso no país, era voltado para uma pequena elite letrada que possuía proventos para comprá-lo. Em Sergipe, havia entre os anos de 1930 a 1960, cerca de 20 jornais em circulação. Neles, não apenas notícias diárias, mas, anúncios, críticas, propagandas, agradecimentos, entre outros podiam ser lidos por aqueles que conheciam a leitura e a escrita.

As fontes jornalísticas, na primeira metade do século XX, assim como no século anterior, era um instrumento de classe a serviço da minoria da população, já que não só em Sergipe, mas em todo o país, os analfabetos ainda eram maioria. Agindo para expor concepções da realidade cotidiana do estado, ainda assim, a classe dominante o utilizava para procedimentos políticos, promoção de ideias, articulações e, até mesmo embates de interesses privados.

Enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, os jornais, panfletos e revistas tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas. Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural (LEITE, 2015, p.3).

Foram os impressos percussores de uma rede de informações para a população. Em Sergipe, os jornais do século XIX foram utilizados pelos professores primários e pelos pais dos alunos como ferramenta de legitimação e divulgação de serviços, pois estes seriam divulgados onde quer que a população ilustrada estivesse. Foi por meio deles que se tornou possível afirmar que havia uma significativa rede de educação doméstica em Sergipe durante o século XIX, concorrendo com o atendimento dado nos colégios particulares e ultrapassando o atendimento dado pela escola pública controlada pelo Estado (SANTOS; AMORIM; DIAS, 2016 apud LIMA, 2018, p. 30).

Algumas propriedades simples definem os estudos documentais, um acontecimento, por exemplo, tem sua maior apreensão se exposto a partir de uma faceta de diversos outros fatos reunidos (GODOY, 1995). Através desta perspectiva, em nossos estudos, pode ser difícil separar os fenômenos sociais que estejam intrinsecamente interligados à instrução educacional de uma população, de uma época.

O mesmo autor afirma ainda (p.21):

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade

levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

A criatividade citada por Godoy (1995), talvez seja o ponto chave para que entendamos a pesquisa qualitativa como aquela que vai estabelecer a interface de equilíbrio, entre a ocasião individual manifestada num documento, por exemplo, e o contexto social, ao qual este está inserido. Portanto, uma postura teórica sólida, bem definida e um olhar analítico objetivo e consistente, visam trazer para o objeto que nos dispusemos a explorar, a dinâmica que envolve as prerrogativas da vida em sociedade.

Desse modo, acreditamos que através da análise documental é possível compreender, a partir das conjecturas que sobressaem dos papéis, sejam eles oficiais ou não, a história de uma sociedade sob diferentes aspectos. Na tentativa de ultrapassar as particularidades que delineiam a escrita dos documentos e que podem ludibriar o pesquisador, fazemos o exercício constante de transcender o nível micro, acompanhando os diversos “fios” que o vinculam às estruturas macrosociais, com o cuidado de não cair no outro extremo, ou seja, querer analisar uma realidade particular como uma “totalidade social”, isto é, como uma situação que se esgote em si mesma (ANDRÉ, 1989, p. 42).

Como já exposto anteriormente, a subjetividade que envolve um objeto de pesquisa, não pode ser ignorado. Portanto, a escolha pela abordagem documental, para nós, demonstrou-se a mais vantajosa.

As vantagens dessa abordagem consiste na atuação do pesquisador perante o documento. Em nosso caso, ao nos depararmos com algo importante para a nossa pesquisa não nos contentávamos com a compreensão simplista da escrita, do texto, procurávamos estabelecer correlações entre as variáveis de análises, dos aspectos ideológicos, teóricos, metodológicos e técnicos, inter-relacionando-os ao conjunto dos fatos históricos advindos da educação doméstica.

Neste sentido nos norteamos, afinal, por estratégias que remontem a trajetória de um determinado fenômeno educacional na sociedade sergipana, por isso, ir além do que se considera posto e acabado, é tarefa mister, já que por esta perspectiva, “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares [...] (GODOY, 1995, p. 21).”

No campo da História da Educação e Sociedade, linha na qual esta tese encontra-se inserida, se os documentos constituem fonte inesgotável de conhecimento, nós

pesquisadores, temos a obrigação de extrair, através de imagens e letras, a conjectura social de uma ocasião.

O referido autor, ainda relata que,

além disso, os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Não há, portanto, o perigo de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação (p. 22).

Posto o tipo de pesquisa preferido por nós na escrita deste trabalho, decidimos que para dar cabo de explorar o problema estabelecido aqui, nos apropriaremos dos conceitos provenientes do materialismo histórico, já que, no intuito de tornar esta pesquisa menos objetiva possível, dando sentido às fontes e trazendo similaridades e vicissitudes, não é admissível que nos isentemos da tarefa de apresentar os fenômenos tal como são, foram, tornaram-se, pois, “para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular (FRIGOTTO, 1989, p. 73)”.

Contudo, não basta apenas expor a nossa escolha por este método, é preciso falar de suas categorias, como se articulam com nosso objeto e, como dialeticamente interpretaremos essa articulação, tendo em vista uma crítica ao modo de produção capitalista.

As categorias do materialismo histórico dialético, trazem para o objeto estudado determinações mais simples (Marx, apud Cury, 1985), estas por sua vez, têm a importante função de, a partir do abstrato alcançar o concreto. Em nossas pesquisas acerca da educação doméstica em Sergipe, partimos sumariamente da curiosidade pelo significado de um mero “ensina-se banca” estampado na fachada de diversas residências da capital, Aracaju. Foi então que começamos a busca pelos diversos elementos e relações que constituíam esse fenômeno, ou seja, a partir de algo considerado simples e comum, foi surgindo um dinamismo nexialista entre as múltiplas partes que se constituiriam na totalidade da realidade apresentada. Nesse contexto, optamos por desenvolver nossa pesquisa a partir das seguintes categorias do materialismo histórico dialético: totalidade, contradição e hegemonia.

A totalidade é apreendida no materialismo histórico dialético como a máxima complexidade formada por diferentes sínteses e sucessivas determinações agindo intrinsecamente na construção do todo. Para nós, o conceito de totalidade por estar

sempre se modificando, “[...] implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos, igual e indistintamente” (CURY, 1985, p. 36), sendo assim, ao nos utilizarmos dessa categoria para compreender o ensino particular que acontecia na casa do professor ou do aluno durante as décadas de 1930 a 1960, levamos em conta no processo de investigação dados teóricos e subjetivos que, devido as suas relações dicotomizantes (público e privado) transformaram-se em um verdadeiro quebra-cabeça. O jogo de contrastes revelava as fragilidades do sistema formal de educação, necessitando de um sistema paralelo de ensino que complementasse a renda dos docentes e auxiliasse os alunos em exames cruciais de sua trajetória escolar (BRAY, 2021).

Esses contrastes, segundo a perspectiva do materialismo histórico dialético, é denominada de contradição. As contradições dentro de uma sociedade, estão intimamente relacionadas com o movimento que a totalidade traz em sua gênese pois, numa sociedade em constante mudança as dinâmicas de dominação política, social, religiosa, econômica, etc., estabelecem relações contraditórias que se desenrolam numa constante luta de classe dentro do sistema capitalista.

Cury reflete que:

na sociedade capitalista, o movimento se dá em consequência do desenvolvimento das contradições que existem em seu seio. Tais contradições se revelam no papel motor da luta de classes na transformação social. É através deste jogo pugnativo que a sociedade avança. (1985, p. 33).

Esse jogo reflete a educação doméstica após a década de 1930, no sentido de ter se tornado um grande elemento de provisão de mudança, talvez, segundo Bray (2021), até mais constante do que na escolarização formal. Para o autor, a busca frequente por novos métodos e novas tecnologias alteraram as suas relações com a instituição escolar. Neste aspecto, o ensino doméstico que no Império e nas primeiras décadas da República era um dos maiores responsáveis pela alfabetização da população sergipana, de acordo com Lima (2018), atendendo um público às vezes maior que a escola mantida pelo Estado, passa a funcionar paralelamente ao sistema regular de educação (público e privado).

Já a categoria hegemônica do materialismo histórico dialético, norteou-nos no sentido de que nela, as sociedades capitalistas através do trabalho, ou melhor, de sua alienação, definem o lugar em que cada classe irá ocupar no meio social em que está

inserido, portanto, a dominação ideológica que se consolidou no âmbito educacional sergipano entre as décadas de 1930 a 1960, alicerçaram relações de poder na qual a educação doméstica tornara-se parte integrante da manutenção da ordem classista anteriormente estabelecida, já que, famílias prósperas podem investir em mais e melhor na contratação de um professor particular que famílias de baixa renda, significando que aquelas que não têm acesso ao ensino privado doméstico, apresentam rendimento escolar na maioria das vezes inferior. Segundo Cury, “[...] para os dominadores a dominação precisa ser mantida, [...] para os dominados [...] problematizada em vista de sua superação” (1985. p.47).

Estar o mais próximo possível da realidade na História da Educação, deve ser papel constante do pesquisador. Por esta razão, conseguir compreender as mensagens recebidas pelo conjunto de percepções tidas no cruzamento das fontes e dados, é fundamental para a construção da trajetória de uma perspectiva sobre a educação doméstica. “Entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira (GODOY, 1995, p. 23).”

Tendo em vista a grande variedade de jornais e documentos entre 1930 e 1960, estabelecemos como critério de seleção para sua utilização neste trabalho o seguinte enfoque: para as ofertas de ensino nos impressos, foram escolhidas aquelas que tinham em seu texto as palavras-chave “residência”, “em domicílio”, “casa”. Para que a aula particular doméstica se caracterizasse como tal, obrigatoriamente teria que ocorrer em ambiente doméstico, daí a razão por essa preferência. Já para selecionar os documentos a serem utilizados, nos apegamos ao fato de que as estatísticas educacionais, tais como matrícula, frequência, quantidade de estabelecimentos de ensino, quantidade de professores, entre outros, nos daria subsídios para nos aproximarmos da realidade educacional presente no estado, além disso, os relatórios realizados pelos Inspetores da Educação no estado, não somente traziam dados estatísticos, mas, contribuíram com nossa pesquisa no sentido de por vezes demonstrar que havia professores particulares em Sergipe, contudo, não faziam parte da categoria de fiscalização posto pela Diretoria de Educação.

O ano de 1930 marca a passagem de uma era para outra, demarcando inclusive, o começo de um novo período republicano, a chamada Segunda República. Apenas um ano depois, a Reforma de Francisco Campos, de 18/04/1931 começa a dar novos contornos a educação brasileira, buscando principalmente, afastar-se do ensino

fragilizado das décadas anteriores e, traçar novos rumos para o Ensino Secundário, como iremos constatar posteriormente, visando a permanência da elite brasileira nos mandos e desmandos do país.

Neste sentido, fizemos uma busca no acervo de jornais digitalizados de Sergipe, de posse do IHGS, organizado e mantido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e, separamos o que foi coletado no quadro abaixo:

**Tabela 2 - Seleção de ofertas no jornais utilizados (1930 – 1959).**

| <b>Jornal</b>              | <b>Ano</b>         | <b>Cidade</b>  | <b>Ofertas encontradas</b> |
|----------------------------|--------------------|----------------|----------------------------|
| <b>Correio de Aracaju</b>  | <b>1906 - 1962</b> | <b>Aracaju</b> | <b>5</b>                   |
| <b>Sergipe Jornal</b>      | <b>1921 - 1965</b> | <b>Aracaju</b> | <b>8</b>                   |
| <b>O Nordeste</b>          | <b>1938 - 1960</b> | <b>Aracaju</b> | <b>1</b>                   |
| <b>Diário de Sergipe</b>   | <b>1945 - 1961</b> | <b>Aracaju</b> | <b>6</b>                   |
| <b>Folha da Manhã</b>      | <b>1938 - 1944</b> | <b>Aracaju</b> | <b>6</b>                   |
| <b>O Estado de Sergipe</b> | <b>1933 - 1937</b> | <b>Aracaju</b> | <b>5</b>                   |
| <b>A Cruzada</b>           | <b>1922 - 1970</b> | <b>Aracaju</b> | <b>1</b>                   |

**Fonte:** IHGSE

Podemos perceber no quadro acima, a diferença de anúncios entre um impresso e outro, assim como, veremos adiante também, a discrepância de ofertas encontradas na década de 1930 e as décadas de 1940 e 1950. Acreditamos que essas alterações se devem ao fato de, ao longo da década de 1930, conforme Patto (1993), foi o período que iniciou uma ação política do estado com relação à educação que estava concebida para servir como inculcação cultural do novo homem, acomodando-o num presente cheio de aspirações relacionadas ao desenvolvimento econômico e ao progresso social, servindo para formar novos estilos de vida, novas formas de pensar e agir.

Em relação às ofertas do ensino doméstico relacionadas nesta tese, as dividimos por década em que foram encontradas, vejamos:

**Tabela 3 -** Quantitativo de anúncios por década.

| <b>Década</b> | <b>Quantidade de anúncios</b> |
|---------------|-------------------------------|
|               |                               |
| <b>1930</b>   | <b>16</b>                     |
| <b>1940</b>   | <b>9</b>                      |
| <b>1950</b>   | <b>6</b>                      |
| <b>Total</b>  | <b>29</b>                     |

Fonte: IHGSE

Categorizando as ofertas de acordo com o gênero do professor, obtivemos os seguintes resultados:

**Tabela 4 –** Número de anúncios segundo o gênero

| <b>Sexo</b>                 | <b>Quantidade de anúncios</b> |
|-----------------------------|-------------------------------|
| <b>Não apresenta gênero</b> | <b>5</b>                      |
| <b>Masculino</b>            | <b>16</b>                     |
| <b>Feminino</b>             | <b>10</b>                     |

Fonte: IHGSE

De acordo com o ensino anunciado por cada docente, separamos por disciplina prometida para lecionar, observemos:

**Tabela 5 –** Categorização das ofertas de acordo com o conteúdo.

| <b>Oferta</b>                                  | <b>Quantidade</b> |
|------------------------------------------------|-------------------|
| <b>Ensino Primário</b>                         | <b>5</b>          |
| <b>Preparatório para os exames de admissão</b> | <b>13</b>         |
| <b>Matemática/Aritmética</b>                   | <b>10</b>         |
| <b>Inglês</b>                                  | <b>9</b>          |
| <b>Francês</b>                                 | <b>6</b>          |
| <b>Português</b>                               | <b>10</b>         |
| <b>Latim</b>                                   | <b>2</b>          |
| <b>Geografia</b>                               | <b>4</b>          |
| <b>Ciências Naturais</b>                       | <b>3</b>          |

Fonte: IHGSE

Visando contemplar as análises realizadas mediante as ofertas de ensino particular doméstico encontradas nos jornais sergipanos, tornou-se imperativo para nós dialogar



com as pesquisas incluídas no âmbito qualitativo, mediante uma abordagem sócio histórica do passado.

Fazendo jus as pesquisas modernas realizadas no campo da História da Educação e, por já ter utilizado esse tipo de pesquisa anteriormente, optamos por desenvolver neste trabalho a perspectiva sócio-histórica, baseado numa tentativa de ultrapassar os reducionismos provocados pela objetividade característica ao reportarmo-nos ao passado. As concepções empiristas findam por limitar o pesquisador a tecer alteridades no processo de construção da teia de acontecimentos de uma determinada época, de um certo local, de um grupo específico.

Neste sentido, acreditamos que a abordagem sócio-histórica visa,

[...] encontrar métodos de estudar o homem como unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, membro da espécie humana e participante do processo histórico. Percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela (FREITAS, 2002, p.22).

De acordo com a afirmação acima, o ser social deve ser observado como uma parte do todo, suas ações, por exemplo, destoam de simples iniciativas “no calor do momento”, pelo contrário, devem ser compreendidas sob os signos sociais, construídos socialmente e, dimensionados pela subjetividade ao qual fora submetido durante toda a sua existência, enquanto ocupante de algum lugar.

No caso da educação doméstica, a perspectiva sócio-histórica tornou-se essencial para explicarmos seu caráter idiossincrático e adaptativo adquiridos ao longo de sua existência. As diversas vias pelas quais poderíamos ter seguido ao tratar desse assunto, exigiu que nós realizássemos algumas delimitações, ficando a prática da educação doméstica em Sergipe restrito à análise das ofertas de ensino particular realizadas por professores nas páginas dos jornais sergipanos, a partir daquilo que observamos nelas, pudemos fazer várias conexões entre os fatores sócio-históricos, determinantes para a compreensão do objeto estudado. Não foi tarefa simples, uma vez que a ao trazer para a pesquisa a marca da realidade sócio-histórica, tivemos que analisar as circunstâncias e, avaliar as necessidades sociais da época.

De acordo com Gamboa, o estudo de determinado objeto exige determinadas construções teóricas, denominadas por ele de mediações, para que só assim possamos compreender a “realidade sócio-histórica com as suas particularidades e determinações” (p. 40).

O que pretendemos com a pesquisa foi a apropriação da realidade sócio-histórica que não se esgota na base positivista da história, neste caso, ressaltamos o importante período pelo qual a História e Historiografia da Educação brasileira atravessou durante as décadas de 1930 e 1960, as reformas educacionais, os embates políticos, as transformações urbano-industriais, os modelos pedagógicos, os discursos nos meios jornalísticos e as relações sociais.

Com as leituras, apreendemos que o concreto e o abstrato não podem ser desvinculados da totalidade, (GAMBOA, 1998), assim como prega o materialismo histórico dialético, desse modo, os conceitos e ideias apresentados e discutidos nas obras utilizadas nesta tese, coloca a educação doméstica no centro de discussões que envolvem a qualidade da educação no país, já que um sistema educacional que anda por si mesmo não necessita de um sistema que à sua sombra, esteja lhe dando suporte.

A tese está estruturada em introdução, quatro capítulos, considerações finais, referências e anexos.

Na introdução o objeto estudado é exposto, bem como a periodização da pesquisa, a justificativa da escolha do tema, os objetivos da análise, os procedimentos metodológicos, assim como as fontes utilizadas, e algumas questões que se pretende responder. Discorremos sobre a educação doméstica, nos utilizando de argumentos que a legitimam em uma prática de ensino presente, atuante e essencial para a formação de crianças e jovens no decorrer do Império e início da República. Para fundamentar essas discussões, utilizamos alguns autores, dentre eles:

Maria Celi Vasconcelos, pesquisadora percursora dos estudos sobre a educação doméstica, é autora do livro *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos* (2005). Nesta obra Vasconcelos, apresenta o caminho da educação doméstica, prática de ensino privado, utilizado pelas classes mais favorecidas da sociedade para a instrução de seus filhos no século XIX. A educação realizada em âmbito domiciliar foi uma forma de educacional que conviveu concomitantemente com a escola oficial. Para a construção dessa tese, o estudo da autora foi essencial, no sentido de colaborar com o entendimento da origem e funcionamento do ensino da casa.

*A escola republicana entre luzes e sombras* (2002) de Ângela Castro Gomes, trata-se de um livro em que os personagens da história educacional brasileira, são figuras que compuseram a construção de ideias e políticas de escolarização em prol de um novo espaço de instrução no país. O desenvolvimento de uma rede de instituições públicas em detrimento da prática de ensino da casa no final do século XIX, pretendia

atribuir ao Estado o papel de organizador da educação para a formação do cidadão moderno.

No capítulo 2, trataremos a trama política presente em Sergipe, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, visando expor para o leitor, a forma como que era conduzida a economia, a educação e a saúde da população sergipana pois, acreditamos que a configuração de uma sociedade dentro da história, não pode ser contada sem que observemos tudo o que pode ter influenciado suas características formativas em determinada época. Seria frustrante pensarmos como o escritor israelense Amos Elon, citado por Hobsbawn no livro *Sobre História* (2013), que em seu discurso afirmara que a história deve ser separada do mito, do ritual e da política.

Para remontar as três décadas da política sergipana, nos utilizamos dos trabalhos escritos por Ibarê Dantas: *Os partidos políticos em Sergipe - 1889-1964* (1989) e *A Revolução de 1930 em Sergipe. Dos tenentes aos coronéis* (2012). Ambas as obras descrevem os desdobramentos políticos no estado, inserindo-os no contexto nacional e, utilizando principalmente os impressos sergipanos para alcançar tal objetivo.

No capítulo 3, trataremos em pauta a educação doméstica nos impressos sergipanos (1930-1959). Evidenciaremos que mesmo após a década de 1930, em que a rede de educação pública já contava com um conjunto de leis e incentivos para que a escolarização da sociedade fosse concretizada. Além dos anúncios de jornais, feitos pelos mestres do ensino da casa, faremos um viés histórico sobre a conjuntura social, política e econômica da época. Para dar cabo dessa tarefa, empregamos os trabalhos de:

Mark Bray que, no livro intitulado *Confrontando o sistema educacional na sombra: quais políticas governamentais para qual tutoria privada?* (2014), aborda reflexões acerca das práticas de ensino que se desenvolvem à sombra do sistema formal de escolarização. O autor discorre sobre as razões que levaram um sistema educacional informal a se desenvolver à margem dos espaços institucionalizados de educação. Segundo Bray, a perpetuação das desigualdades sociais no campo da educacional, são fruto dessas práticas paralelas que deslegitimam a qualidade de ensino dos estabelecimentos formais.

A autora Marta Maria Chagas de Carvalho, em sua obra *A escola da República* (1989), percorre caminhos que caracterizam a educação como um maior dos problemas do país, e que a sua solução seria a resolução de todos os outros. De acordo com Carvalho, a partir de 1930, o discurso de uma política nacional de educação estava

atrelada, ao projeto de padronização social, e para que fosse concretizado, o autoritarismo fez-se presente. O novo modelo educacional preconizado, desencadeava diferentes avanços e constantes recuos frente às práticas de ensino já instauradas.

Maria Helena Souza Patto, com a obra já referenciada *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (1993), também contribuirá com a análise deste capítulo acerca da constituição da escola pública na República, alicerçou nossa hipótese sobre a sobrevida da educação doméstica em Sergipe. Para nós, algumas de suas hipóteses acerca dos privilégios estabelecidos pelo Estado para com determinadas classes sociais, a falta de uma política educacional robusta e a propagação do ensino técnico, profissionalizante e industrial construíram uma sociedade desigual.

O capítulo 4 é constituído da relação entre as estatísticas educacionais do estado de Sergipe nas décadas estudadas nesta tese. As consideramos como dados quantitativos, proveniente da análise de um conglomerado de informações descritivas sobre a educação sergipana. Assim, unimos a objetividade dos dados coletados e as representações históricas que, se completaram para orientar a leitura dos documentos e dos jornais, ao longo da pesquisa.

Nesta etapa fizemos um levantamento dos documentos estatísticos presentes no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e em pesquisas acadêmicas concluídas que, deram cabo de trazer números relevantes da educação sergipana. No sentido de fomentar as estatísticas, utilizamos as conclusões trazidas pelos autores aqui já descritos, como Patto (1993), Mark Bray (2014), Hobsbawm (2013) e, pela autora Natália de Lacerda Gil que, em sua tese de doutoramento denominada, *Campo educacional e campo estatístico: diferentes apropriações dos números do ensino* (2012), buscou compreender as relações entre a educação e a estatística no Brasil. Neste sentido, Gil colabora conosco para a compreensão da legitimidade das estatísticas educacionais na condução de iniciativas político-educativas no país e, consequentemente, em Sergipe.

O capítulo 5 versa sobre a liberdade do ensino defendida pela Igreja Católica no país, sobretudo na década de 1950, com os debates para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, a obrigatoriedade da escola pública. Desde o início da instauração da República a Igreja Católica via com receio a implantação de um Estado laico e o incentivo à escola pública acarretaria na quebra da relação de controle que a Igreja tinha com o Estado. Assim, nas décadas que se seguiram a esse evento, o

Apostolado católico tentava retomar seu relacionamento com o governo. Esses embates beneficiaram a permanência da educação doméstica no cenário da educação particular, visto que a legislação lhe dava autorização para acontecer.

A fim de consentir com essas afirmações, o artigo *Pelo Ensino Público, Leigo e Gratuito* (1987), de Marta Maria Chagas de Carvalho, nos deu subsídios para entender o funcionamento da relação Estado e Igreja, bem como compreender os defensores de cada lado. Nos valemos também, da escrita de Florestan Fernandes, no livro intitulado *A Conspiração Contra a Escola Pública* (2020), nele o autor discorre acerca da natureza dos problemas educacionais no Brasil x desenvolvimento econômico e progresso social.

O capítulo 6 aborda de forma sucinta, quem eram os docentes que praticavam a educação doméstica. Com o objetivo de discorrer acerca da profissão de professor nas décadas de 1930 a 1960, bem como de compreender de que forma a política de formação docente neste período influenciou os profissionais que ofertavam o ensino particular em casa, nós dialogamos com Anísio Teixeira que, enquanto Ministro da Educação e discípulo da Escola Nova, incentivava veementemente capacitação do professorado brasileiro, pois, segundo ele, o novo professor estaria apto a desenvolver no educando a cultura necessária para a democratização de oportunidades na educação (TEIXEIRA, 1932).

## 8.2. A POLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA

Neste capítulo faremos uma análise histórica da configuração política de Sergipe nas décadas demarcadas nesta tese para, deste modo, buscar os liames entre o contexto sócio-político com a oferta de ensino doméstico, tal como o demarcamos na Introdução. Esse esforço intelectual é parte da própria concepção metodológica que advogamos nessa tese, pois compreendemos que...

a história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprende que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social (REMOND, 2003, p.35-36).

Acreditamos que o ensino particular doméstico transcendia métodos de ensino e habilidades, estava envolto em discursos políticos que, imbuídos em narrativas republicanas de ordem, modernidade e industrialização apresentavam incongruências entre o real e o ideal.

Segundo Santos (2016), nos discursos políticos feitos pelos governadores do estado entre 1930 e 1960, foi possível perceber que “as reformas como necessárias, mas também “dispendiosas” e com grande “peso no orçamento” estadual” (p. 34). Observamos também que as disputas entre membros dos partidos políticos, impediram e/ou atrasaram mudanças significativas na educação.

A fim de elaborar o passado desses entraves sócio-políticos em solo sergipano entre 1930 e 1945, destacaremos inicialmente a culminância da série de movimentos políticos ocorridos nos anos vinte dos noventa, que foi a Revolução de 1930. Este foi um marco não só na história da sociedade brasileira, mas desenvolveu-se durante anos iniciais nos estados da jovem República.

Os anos que antecederam a Revolução, o Brasil estava sob o julgo das oligarquias formadas pela classe burguesa cafeeira detentora do poder sobre o setor agroexportador. Os oligarcas, amparados pelo coronelismo, controlavam e subjugavam as classes subalternas sob o pretexto do liberalismo e, articulados no seio estatal, coagiam a sociedade civil<sup>12</sup>

O episódio que põe fim à República Velha e supostamente aos mandos e desmandos dos latifúndio-burgueses tem início com a crise mundial de 1929 que,

---

<sup>12</sup> Ibidem

mesmo sendo externa ao país, impactou profundamente a economia brasileira. A oligarquia que comandava a economia cafeeira, principal setor afetado pela crise, era também quem controlava o “acordão” político-oligarca da nação: o revezamento presidencial entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Em 1929, o presidente era o indicado pelos paulistas, Washington Luís, ou seja, pelo acordo, ele seria sucedido por um político indicado pelos mineiros. Contudo, contrariando a chama “política do café com leite”, indicou como seu sucessor, outro nome do estado paulista, o político, Júlio Prestes (FAUSTO, 1989).

Esse desacordo entre as oligarquias gerou a articulação de uma frente política encabeçada por políticos do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro. Conhecida como Aliança Liberal, essa frente fazia oposição aos oligarcas e tentava estabelecer uma candidatura alternativa à presidência. Assim, nas eleições de 1930, os candidatos se constituíram de dois políticos distintos: Getúlio Vargas, concorrendo por indicação da AL e Júlio Prestes, pela oligarquia paulista. O resultado fora a vitória de Prestes com 1.091.709 de votos<sup>13</sup>

Contudo, a derrota avassaladora de Vargas sofreria uma reviravolta com o assassinato do candidato que concorrera com ele à vice-presidência, João Pessoa. Sua morte provocou inúmeras reações militares em diversos lugares do país, culminando no fatídico 24 de outubro de 1930, quando a Aliança Liberal, com o apoio dos militares e encabeçada por Getúlio Vargas, toma o poder e o então Washington Luís é deposto do cargo<sup>14</sup>

O mesmo autor declara que,

embora não se tenha configurado uma Revolução propriamente dita pela ausência de uma mudança substancial nas estruturas de propriedade e do Estado, houve uma recomposição de forças dentro da sociedade política e nas relações desta com a sociedade civil (p. 231)

Concordamos com a afirmação de Fausto no que tange as mudanças que envolveram a sociedade civil e as políticas públicas de educação, algo que, mesmo acontecendo em um ritmo muito mais acelerado do que nos regimes políticos anteriores a 1930, não fora capaz de findar com os processos de escolarização que aconteciam fora do sistema escolar formal. De acordo com Rocha (1990), a Revolução de 1930 possui um significado abrangente na educação que se instalou no Brasil após 1930, pois as

---

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> Ibidem

modificações no papel do Estado e na ordem política, produziu efeitos em diferentes feitos da política pública de educação, exigindo de todos os atores nacionais (população e políticos), ações essenciais de quebra de algumas tradições instaladas no Império e no início da República.

Em Sergipe, segundo Dantas (1989), anos antes da Revolução eclodir, já era possível observar entre a população urbana, sinais de que havia certa simpatia pelas mudanças propostas pelos participantes do movimento liberal.

Para Dantas, alguns sergipanos de certa forma estiveram vinculados ao movimento tenentista local, outros eram simplesmente aderentes da nova ordem. De ordem social mais diversificada, uns provinham de tradicionais famílias da sociedade sergipana, outros das classes subalternas. A maioria deles se constituía na inteligência progressista do regime, e todos revelaram, em maior ou menor proporção, identificação com ideário da Revolução, enquanto se opunham ao liberalismo oligárquico e propugnavam por reformas no sistema jurídico institucional que levassem a uma participação político-social mais ampliada dos diversos grupos da sociedade

Em solo sergipano, a Aliança Liberal contou com a participação de professores e jornalistas, por esta razão, as páginas dos impressos locais traziam embates políticos entre seus idealizadores e intelectuais simpatizantes da causa revolucionária.

Ainda de acordo com o autor citado acima, munidos por um sentimento de mudança política, parte da população urbana do estado estava envolvida no projeto reformista/nacionalista proposto pelo governo federal em 1930. Prova disso, é que, ao nomear os interventores para a administração de Sergipe, Vargas opta pelo nome em destaque no cotidiano dos sergipanos que apoiavam a Revolução. O Tenente Augusto Maynard Gomes, assume o cargo de governante provisório e posteriormente de interventor do Estado. Se por um lado Maynard Gomes tinha o apoio das classes subalternas e de intelectuais progressistas admiradoras do tenentismo, de outro, desagradava as elites locais que, viam com desconfiança o novo governante e, sentiam-se ameaçados pela diminuição de seu poderio perante as decisões políticas e econômicas no estado.

Sobre o pretexto de combater a velha política oligárquica herdada da Primeira República, Maynard Gomes, preferia ser caracterizado como administrador do Estado, reformista e “leal servidor da pátria” (Vida Laranjeirense<sup>15</sup>, 29.03.1931). Com o

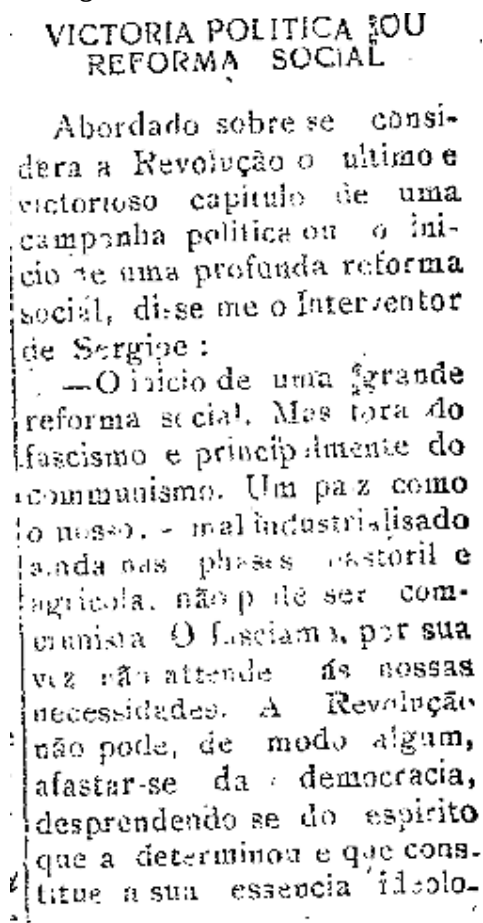
---

<sup>15</sup> Jornal impresso que circulava na cidade de Laranjeiras-SE, entre as décadas de 1930 a 1936. Sob a gerência de Alfredo de Oliveira Motta, se auto intitulava “Independente, Literário e Noticioso”.



discurso de manter vivo o espírito revolucionário que o levou ao governo de Sergipe e, de governar para a democracia, o tenente promete transformar o estado um lugar melhor. Vejamos um trecho da entrevista dada por ele ao impresso, em março de 1931.

**Figura 01 – Vitória Política**



**Fonte:** Vida Laranjeirense, 29/03/1931

Apesar do discurso liberal moderador Maynard Gomes ao nomear seus aliados para cargos do governo e investir na aproximação com as classes médias da sociedade, finda por não dar cabo das promessas realizadas na entrevista acima. Reforma social proposta pelo governante, segundo Dantas (1989), nunca saíra do papel. Ademais, na educação, seus poucos feitos, permaneceram privilegiando a elite sergipana, como já era recorrente nos anos anteriores.

Em discurso de 1931, o Diretor da Instrução Pública do estado, Hέλvecio de Andrade, relata sobre a educação:

Que dizer de Sergipe, pequeno, pobre, esquecido, em suas maiores necessidades?... Vai fazendo o possível, avançando aqui, tropeçando acolá, erguendo-se depois mais vigoroso, no seu grande desejo de crescer, engrandecer-se, pela inteligência, pelas letras, hoje bem menos apreciadas que outrora, ao critério do mundo atual – positivo, duro, ferozmente prático (SERGIPE, 1931, p. 2).

Helvécio de Andrade ingressou na instrução pública sergipana em 1909, atuando como Delegado Fiscal do Governo Federal junto ao Atheneu Sergipense, foi Diretor Geral da Instrução Pública de 1926 a 1927, por somente quatro meses e, no período de 1930 a 1935” (OLIVEIRA, 2008). Por ser um difusor da Pedagogia Moderna no estado, seu exercício a frente da educação, marcou o governo de Maynard Gomes.

Percebemos na narrativa de Helvécio que ele tenta explicar a razão pela qual Sergipe não avança tanto quanto os outros estados brasileiros, ao passo que enaltece os feitos educacionais realizados até aquele momento, mesmo com todas as dificuldades.

A interventoria de Maynard Gomes destaca-se ainda pela construção do primeiro Jardim de Infância de Sergipe (1932). Portando o mesmo nome do administrador interino, a “Casa da Criança”, fora um marco ilusório no ensino infantil do estado, já que uma única instituição jamais daria conta de atender a classe operária de Sergipe.

Vejamos um recorte jornalístico sobre a inauguração desse estabelecimento:

Figura 02 – Casa da Criança

A «Casa da Criança» é, na verdade, uma construção que honra o Estado, representando um esforço notável da actual administração e que recommenda a nossa cultura social.

É uma casa de educação que ensina o menino, antes de tudo, a viver em sociedade.

É uma antecâmara da escola, onde se acostuma, com suavidade a criança à disciplina escolar.

A obra inaugurada hontem é perfeita na partes architectonica e pedagogica. Leve como a graça, seduz nos menores detalhes.

Será amanhã, em pleno funcionamento, o paraíso do mundo infantil de Aracaju.

O governo que a construiu tem a sua passagem marcada no Estado, doando às gerações vindouras um monumento de ensino capaz de figurar nos centros de maior civilização do Brasil.

Fonte: A Tribuna<sup>16</sup>, 18/03/1932

Apesar de a instituição tornar-se um marco na educação da sociedade sergipana, o papel para o qual fora desenhada não condizia com a realidade já que “seu atendimento beneficiava as crianças das classes privilegiadas, os mais fortes, saudáveis e bem posicionados socialmente” (SANTOS et al., s/d, p. 7). Para a realização das matrículas, havia alguns critérios de seleção estabelecidos pelo Decreto de sua criação que “se baseava padrões éticos, morais e de saúde perfeita” (SANTOS et al., s/d, p. 7).

Desse modo, uma política pública de educação que poderia contribuir para os avanços do ensino no estado, não cumpria o objetivo ao qual supostamente fora criado. É sabido que as iniciativas dos poderes públicos, bem como suas decisões são apenas oportunidades de mostrar o quanto preocupam-se com o bem estar da sociedade, contudo, a administração do tenente Maynard Gomes, começa a declinar. Seu esforço em fazer alianças não foi suficiente para evitar que um novo grupo político ganhasse

<sup>16</sup> O impresso diário, teve sua origem em 1931 e findou no ano de 1933. Sob a administração de Humberto Dantas, fora criado com o intuito de ser oposição a outro periódico da capital “O Tempo”.

espaço no cenário sergipano. Observemos o resumo de Dantas (2004, p. 245) sobre o governo provisório de Gomes.

Durante o primeiro quinquênio da República Nova, não se verificaram, no âmbito local, substanciais modificações no quadro econômico sergipano, mas o papel do *Estado* tendeu a se alterar. A sociedade política se fortaleceu, alterou-se o quadro de representação nos aparelhos públicos, enquanto ampliavam-se as alianças políticas até com as classes subalternas.

Contudo, formou-se uma base sólida política entre diferentes setores da sociedade civil e, pressionado o primeiro interventor de Sergipe não resiste e é derrocado (DANTAS, 2004).

Como sucessor de Maynard Gomes, a Assembleia Legislativa de Sergipe, nomeia Eronides de Carvalho. Nas palavras de Augusto Leite, o capitão merecera o cargo por ser,

unionista integral, gozando da integral confiança do seu partido, com vasto círculo de relações pessoais, não tendo incompatibilidade dentro do PSD e vestindo como seu competidor a farda do Exército outro não devia ser senão ele o nosso candidato (O Estado de Sergipe<sup>17</sup>, 02.12.37, p. 3).

A administração de Eronides de Carvalho foi marcada pela dificuldade em aprovar projetos, visto que seus aliados não compunham a maioria na Assembleia Legislativa e, pelos constantes embates entre o ex-administrador do estado Maynard Gomes e o atual representante do governo. Em carta a Getúlio Vargas, o governante acusa o general de conspirar com os comunistas<sup>18</sup>

Nesse cenário, mesmo contando com o apoio de parte da classe social mais elevada de Sergipe, o capitão começa a receber diversas críticas enquanto eclodem no estado, diversos focos de levante popular e operário<sup>19</sup>

Verdade é que, o fantasma do comunismo estava cada vez mais presente no país e, em Sergipe não poderia ser diferente. De acordo com Sola (1984), o Partido Comunista era temido pelos governantes que tinham consciência da capacidade de organização popular e, com a criação da Aliança Nacional Libertadora, ameaças de mobilização proletária amplificavam o temor da elite industrial.

Segue abaixo, uma nota jornalística sobre as constantes advertências do perigo comunista:

<sup>17</sup> Órgão vinculado aos usineiros do estado de Sergipe. Circulou em Aracaju de 1903 a 1937 e se autoproclamava político e noticioso.

<sup>18</sup> Ibidem, 1989.

<sup>19</sup> Ibidem

Figura 03 - Comunismo

## **A propaganda comunista nos collegios**

**Americo Palha**  
(Redactor do «Diario Carioca»)

(PARA «A REPUBLICA»)

O governo está procurando se armar de poderes para combater a propaganda extremista no Brasil. Para isso está em discussão na Camara a chamada lei de Segurança Nacional. Há, porem, na obra de desagregação levada a effeito pelos agentes de Stalin, um aspecto muito serio que deve ser o primeiro a ser decididamente enfrentado pelo governo, sob pena de, mais tarde, soffrermos as suas consequencias sinistras.

Todo mundo sabe que muitos professores das escolas superiores do paiz puzeram as suas cathedras a soldo do governo de Moscou. A disseminação do marxismo se faz impunemente no seio da mocidade das Academias. Mas não é tudo. Ha ainda uma faceta mais alarmante. E' o que se vem passando em diversos collegios desta cidade e do resto do Brasil, em que os falsos mestres são perigosos propagandistas do communismo entre a infancia, que será a geração que vai dirigir amanhã os destinos do paiz.

Fonte: A República<sup>20</sup>, 03/04/1935

Analizando a notícia acima fica claro o medo que as influências marxistas poderiam trazer à democracia, desse modo, lutar contra o comunismo se tornou uma das forças políticas essenciais no mundo, guiando estratégias diferentes para justificar o mal que essa doutrina econômica poderia trazer para a sociedade. Uma dessas táticas consistia no que podemos perceber no recorte jornalístico acima, os perigos trazidos pela doutrinação realizada em âmbito escolar. De acordo com o Bray (2021), um dos papéis da escola, além de formar culturalmente um grupo é a de personificar ideais democráticos, cimentando lealdades políticas afim de servir tanto a rede privada quanto a rede pública, neste aspecto, os anticomunistas ao afirmarem que os professores dos colégios são uma ameaça para crianças e jovens, reforçam a ideia de que a família e a comunidade devem ser os responsáveis por decidir acerca da vida educacional dos rebentos, reduzindo assim, a ação docente e pedagógica dos professores e modificando o papel do Estado.

<sup>20</sup> Inicialmente gerenciado por Gonçalo Rollemberg Leite, circulou na capital sergipana entre os anos de 1932 e 1935.

De tal modo, a educação doméstica acabou por se beneficiar da propaganda anticomunista, pois, durante a década de 1930, é possível constatar um desenvolvimento significativo no número de anúncios de ofertas de ensino particular em domicílio nos jornais sergipanos, tal como demonstraremos mais adiante.

Nos anos que seguiram, o fantasma do comunismo estaria sempre presente nas falas de representantes do governo e, foi um dos pilares para a implantação do Estado Novo no país.

O regime autoritário instalado no Brasil no fim de 1937 ficou marcado na história da política brasileira. Getúlio Vargas, argumentando acerca da importância do combate ao comunismo e alegando que para manter a ordem no país, necessitava acabar com aquilo que impedia o governo de gerar a unidade nacional. Com este pretexto, arquitetou um golpe armado afim de assumir a presidência da República. Logo em seguida, mandou fechar os órgãos legislativos e os partidos políticos, centralizando o poder em nível federal e, substituindo os governadores dos estados, por interventores federais nomeados por ele.

Em Sergipe, Eronides de Carvalho, eleito governador em 1935, acabou postergando seu mandato ao ser nomeado interventor federal em 1937. De acordo com Dantas (1989), a instauração do Estado Novo inicia com uma queda na produção dos setores, contudo com um aumento na arrecadação tributária, fruto de uma reforma realizada pelo governo da União. A interventoria de Eronides é marcada principalmente por obras no âmbito da saúde. No campo educacional reforma a Biblioteca Pública do estado, constrói algumas escolas e, inaugura o Curso Complementar do Atheneu “Pedro II”<sup>21</sup>, com o objetivo de proporcionar aos mais afortunados, chances de adentrar ao ensino superior.

Segue um trecho do discurso proferido pelo governador do estado na inauguração do Curso Complementar:

Regosijando-se convosco pela abertura das aulas do curso Complementar, eu me felicito de havei-o creado, pelo benefício que se vae prestar aos estudantes de Sergipe, como pelo feliz ensejo que me proporcionou esta visita a qual me deixou a certeza de que, em bem da humanidade, os vossos discípulos, ora no limiar do ensino superior, levarão desta casa, as armas espirituais que transformarão a significação da nossa época: substancialmente equivocada. (Diário Oficial, 4 de abril de 1937).

---

<sup>21</sup> O Curso fora inaugurado antes da implantação do Estado Novo, em abril de 1937.

Podemos perceber na narrativa acima, o suposto orgulho de Eronides de Carvalho ao referenciar um feito do seu governo.

Segundo Lima (2011), o curso Complementar dividia-se em seções: “a pré-médica, a pré-polytechina e a pré-jurídica, esse era uma espécie de especialização para garantir o ingresso nos cursos superiores de outros estados (p.3)”. A afirmação da autora está pautada na Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 que determinava os seguintes estabelecimentos de ensino superior: Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Direito do Ceará, Faculdade de Medicina da Bahia, Faculdade de Medicina da Porto Alegre e Escola Polytechnica da Bahia. Isso demonstra que apenas alguns privilegiados da região NE e, conseqüentemente, do estado de Sergipe podiam arcar com as despesas não só do curso, mas também de uma possível moradia em outro estado. Ainda de acordo com Lima, os alunos matriculados no curso precisavam desembolsar uma quantia de 150\$000 e, o processo seletivo para adentrar ao estabelecimento seguia a rigidez do Colégio Pedro II, com provas difíceis e um corpo docente avaliativo constituído por pessoas conceituadas na sociedade sergipana. Para nós, todo esse critério de seleção acabava por incentivar cada vez mais a procura pelas casas de educação particular cujo os professores ofertavam aulas preparatórias para os exames de acesso ao curso. Já aqueles que se encontravam matriculados no curso, a extensão e as exigências dos programas oficiais muitas vezes eram insuficientes para abarcar todo o conhecimento necessário exigido, assim, o ensino doméstico mais uma vez é quem dava suporte aos alunos.

Bray (2014), explica que uma vez que os ensejos futuros da vida estão diretamente conectados com os resultados obtidos durante a trajetória escolar, deve haver significativa influência da educação que ocorre à sombra do sistema formal de ensino produzindo não apenas bons resultados, mas também a passagem para os níveis subsequentes dos sistemas educativos e ainda o ingresso em instituições de grande prestígio.

Mesmo com evidências da fragilidade educacional ao qual o estado se encontrava, o interventor Eronides de Carvalho, em discurso, faz questão de relatar que a construção de novos prédios voltados para o ensino será realizada.

É o pensamento do Governo construir um prédio com 4 salas, na Barra dos Coqueiros, a fim de neste se installarem as suas actuaes escolas isoladas, bem assim um outro, de duas salas e área para futura ampliações, na Barretta, hoje praia Bom Jesus (SERGIPE, 1937, p. 35).

Sabemos que os sistemas público de educação arquitetado em séculos anteriores fora pautado sob a autoridade e responsabilidade do Estado, já a iniciativa particular de ensino, inicialmente confessional, evoluiu para uma aliança com o Estado, neste aspecto, enquanto detentor da capacidade de interferir na esfera educacional o governo e as iniciativas políticas que partem dele influenciaram significativamente na criação e na manutenção das diversos processos de escolarização observados no Brasil, sendo o período do Estado Novo, um dos alicerces dessa construção.

Vejamos as informações que os sergipanos tiveram a partir das notícias sobre a instauração do Estado Novo:

Figura 04 – A Nova República



Fonte: Diário da tarde<sup>22</sup>, 11/11/1937.

O golpe de novembro de 1937 fora pensado e idealizado desde antes de sua culminância e, o seu ápice denunciou a crise institucional pela qual o Brasil e, porque

<sup>22</sup> Inicialmente sob a direção de Deodato Maia e autodenominando-se um “órgão político”, o impresso fora inaugurado em 1933, de 1934 a 1936 esteve fora de circulação, voltando à ativa em outubro de 1937, comandado por Carvalho Neto e findando no mesmo ano da reinauguração.



não o mundo inteiro, atravessava, já que a eminência da guerra trazia consigo uma preocupante instabilidade econômica.

É mister que o atual interventor, aproveitou-se da sua posição autoritária no novo regime para realizar seus desmandos no cargo. Segundo Dantas (1989), Eronides nomeou 25 prefeitos de sua confiança em meados de novembro de 1937, todos pertencentes a elite açucareira que o ajudara a se eleger.

Além disso, os projetos de obras que estavam engavetados por não terem sido aprovados na Assembleia Legislativa, começaram a sair do papel.

Segundo o mesmo autor a interventoria de Eronides de Carvalho, embora tivesse finalmente sendo produtiva para o estado, teve que lidar com as suspeitas de que as verbas orçamentárias estavam ultrapassando o previsto para o custeio das despesas anuais de sua gestão.

Essas acusações partiam, é claro, do grupo político que desejava pressionar o capitão para que entregasse o cargo e, apesar da repressão da mídia, que impedia a sociedade civil de criticar o governo, era do conhecimento de todos que o exercício de interventor estava com os dias contados.

Logo abaixo vemos no recorte do Sergipe Jornal, que a saída de Eronides não fora surpresa para ninguém, sendo prontamente substituído pelo também capitão Milton Azevedo.

Figura 05 – Interventoria

# Resolvida a questão interventorial em Sergipe

Por telegramas particulares por nós recebidos, hoje pela manhã, logo depois confirmados por um comunicado da Agência Nacional, tivemos conhecimento da nomeação do nosso ilustre coestaduario capitão Milton Pereira de Azevedo para as altas funções de Interventor Federal neste Estado.

Este fato despertou na totalidade do nosso povo viva satisfação, pela certeza de que o

novo dirigente de Sergipe saberá imprimir aos negócios públicos segura administração, conduzindo o nosso Estado ao lugar a que ele tem jús no seio da Federação brasileira.

Congratulamo-nos com os sergipanos pelo ato do exmo. snr. Presidente da Republica, solucionando de maneira tão acertada a importante questão da substituição interventorial.

Fonte: Sergipe Jornal<sup>23</sup>, 30/06/1941

A interventoria de Milton Azevedo não duraria muito, no ano seguinte, em 1942, o general Maynard Gomes, voltaria ao cargo de governante de Sergipe. Para Sola (1984), as idas e vindas que caracterizaram o Estado Novo, bem como o protelamento e a contemporização dessa nova política, demonstravam não somente a capacidade de interferência de Vargas, mas também, ficava claro que os compromissos do presidente para com os estados da federação dependeriam da conjuntura que melhor o satisfizesse.

Nas palavras de Dantas (1989, p.123):

A indicação do capitão Milton Azevedo representava uma solução conciliatória. Vargas, não querendo contrariar de todo seu servidor Eronides de Carvalho com a nomeação imediata de seu grande adversário político, Maynard Gomes, em combinação com este criou o mandato intermediário entre os dois militares que competiam na arena política de Sergipe.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a segunda gestão de Maynard Gomes, foi caracterizada pelo desenrolar da Guerra, principalmente pelo advento do bombardeio a cinco embarcações na costa sergipana, em 1942. Com feitorias modestas, o coronel

<sup>23</sup> De propriedade do jornalista Paulo Costa, circulou na capital Aracaju nos anos de 1921 a 1965, tendo inicialmente como diretor o intelectual Carvalho Neto.

adotava a política protecionista para com a classe dominante do estado, dando uma atenção especial aos pecuaristas<sup>24</sup>

Nas ações em âmbito educacional, podemos destacar a inauguração da Cidade de menores Getúlio Vargas, no município de Nossa Senhora do Socorro, em 1942. Essa instituição foi uma obra do governo de Eronides de Carvalho e visava dar assistência às crianças em situação de vulnerabilidade, sobretudo na capital Aracaju. Outra inauguração neste sentido, foi o primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju, em 1944. Idealizado sob a premissa de cuidado aos filhos da classe operária, sobretudo das que residiam em seu entorno, o Centro possuía um sistema de seleção que privilegiava os mais afortunados, já que, um dos critérios de atendimento era a boa saúde e a boa higiene.

Apesar da contribuição para a educação da população em Sergipe, o elitismo das políticas públicas realizadas pelos interventores federais durante o Estado Novo, nos prova que o novo papel regulador do Estado servia apenas para abalizar as propostas de modernização, urbanização e industrialização na nova era capitalista, pois, as antigas práticas tradicionais de controle econômico e padronização social. Segundo Bomeny (1999), os resultados educacionais obtidos no regime autoritário estadonovista foram bem-sucedidos, pois, acatou interesses da elite (com as reformas do Ensino Secundário) e desenvolveu estratégias de profissionalização para os cidadãos que não fazia parte da distinta casta privilegiada.

O fator inovação preconizado no Estado Novo visava modernizar as práticas tradicionais de educação dos séculos anteriores. Para Bray (2005), aparentemente o Estado defendia as necessidades do indivíduo, mas, como não oferecia e não financiava uma educação de qualidade para todos os sujeitos da sociedade então, tornava-se conivente com as ações privadas de ensino, contribuindo para que muitas crianças tivessem uma educação diferenciada daquela proporcionada pelas escolas estatais.

Corroborando com a afirmativa feita por Bray, Santos (2016, p. 40), descreve que a precariedade das escolas em Sergipe, com ambientes insalubres para a educação não aparecia nos discursos políticos, já que sabiam da incapacidade de oferecer escolas de qualidade para a população. Os governantes “buscavam evidenciar que o governo estava tentando seguir a ideia de que era preciso construir grupos escolares e por meio deles [...] o tipo de escola ideal para a propagação das primeiras letras”.

---

<sup>24</sup> Ibidem

O ano de 1945 fora abalizado pela crescente eminência da industrialização no país, principalmente nos setores mecânico e metalúrgico (SOLA, 1989). As transformações industriais eram um reflexo do fim da guerra e do final do regime estadonovista. Em Sergipe, a imagem de uma nova era acompanhada por esperança de dias melhores. Esse sentimento ganha fôlego quando,

[...] em fevereiro de 1945, caiu a censura no sul do país e foram anunciadas eleições gerais, o processo de mobilização da sociedade pela liberalização das instituições se apresentou com grande vigor. Intensificaram-se as campanhas pela Anistia, contra o Fascismo, passeatas e manifestos se tornaram frequentes, exigindo o fim da ditadura. Enquanto isso, acelerava-se o movimento de reorganização partidária, explicitando a nova configuração das relações de forças (DANTAS, 1989).

Desse modo, a interventoria de Maynard Gomes estava chegando ao fim. Exonerado em 28 de outubro de 1945, planejava concorrer ao cargo de gestor de Sergipe mais uma vez, contudo, após a renúncia do presidente Vargas no dia seguinte a sua saída, o mesmo desiste de se candidatar<sup>25</sup>

Vejamos na nota a seguir, como os sergipanos receberam a notícia da terceira queda do presidente do Brasil:

---

<sup>25</sup> Ibidem

Figura 06 – A Boa Nova

# COMO SERGIPE RECEBEU A BOA NOVA

Ontem a cidade estava em reboleço, comentando o grande feito das nossas forças armadas.

A ordem está sendo assegurada pelo valoroso 28.º B. C. que espalhou nos pontos principais da cidade numerosas patrulhas.

As comemorações e as diversas manifestações populares decorreram em ambiente de calma e tranquilidade.

Nos salões dos principais "Cafés" da Capital houve reuniões de democratas aplaudindo as Forças Armadas e o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, discursos cheios de entusiasmo foram improvisados pela mocidade e políticos locais, dentre eles, Euclides Santos, Paulo Costa, Luiz Garcia, Pe. Brito, Armando Barreto, Antonio Garcia Filho, Juxot Silveira, Mario Cabral, Heribaldo Dantas, Raimundo Carvalho, Leandro Maciel, Pedro Dias, Antonio Machado, Renato Franco etc., exaltando a vitória da Democracia sobre a Ditadura fascista.

A noite, proceres udenistas foram recepcionados em diversas residências familiares numa demonstração do jubilo da família sergipana pelos primeiros passos da volta do Brasil ao regime democrático.

## A PROCLAMAÇÃO DO COMANDANTE

SALVADOR, 31. (Press Parga) — O General comandante da 6.ª Região, lançou a seguinte mensagem às Forças Armadas tendo em vista a situação política de acordo com a dignidade e o respeito à Nação, resolveram controlar a situação do território nacional reina ordem e neste momento, Marinha e Aeronautica, estão em cumprimento das determinações dos chefes militares qualquer caso que venha perturbar a ordem e a paz. Conclito o povo bahiano a manter-se providencias que estão sendo tomadas pela única objetivo é garantir a livre manifestação de seus legítimos chefes e representantes.

## A mensagem do Ministro

RIO, 31. (Press Parga) — O Ministro enviou seguinte mensagem à Nação "em virtude dos políticos que agitam no momento o desestabilização de presidente do Supremo Tribunal e o apoio das Forças Armadas a Presidência do correspondente pelos meus atos a tão eficientemente."

Faço solene apelo a todos os meus brasileiros dos campos, para levar a termo a reconstrução dos gerais. Essa determinação eu a tomei baseado no que um objetivo superior anima a reunir em torno dos grandes destinos da pátria.

Fonte: Correio de Aracaju<sup>26</sup>, 31/10/1945.

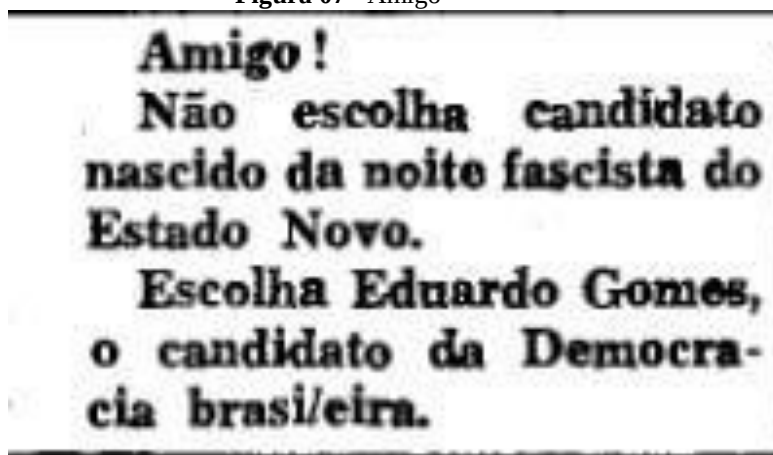
Percebemos o entusiasmo na escrita do referido jornal, a verdade é que a massa popular estava cansada do governo autoritário de Vargas e de seus interventores. Além disso, o impresso Correio de Aracaju era um conhecido opositor do general Maynard Gomes, inclusive, por decisão do então governante, o meio jornalístico já havia sido fechado por um determinado período neste mesmo ano (DANTAS, 2004).

Para o lugar de interventor federal, assume Francisco Leite Neto, interinamente, até um novo presidente da República ser eleito.

<sup>26</sup> O impresso circulou em Aracaju entre 1906 e 1962.

Nesse entremeio, explode em solo sergipano e, estampado nas páginas de vários impressos, embates acalorados entre partidos políticos e campanhas fervorosas para determinados candidatos, como é o caso do Correio de Aracaju que não cansa de expor sua predileção pela vitória de Eduardo Gomes. Vemos abaixo, apenas um desses incentivos:

**Figura 07 - Amigo**



**Fonte:** Correio de Aracaju, 29/10/1945

Em contrapartida, o Diário de Sergipe, expunha:

**Figura 08 – General Dutra**



**Fonte:** Diário de Sergipe<sup>27</sup>, 11/05/1945

A importância de abordarmos as disputas entre partidos políticos e, os embates nos jornais sergipanos, consiste na relação que a sociedade civil possui ao compor indiretamente a política ideológica que sustenta o aparelho governamental, ou seja, oportunamente a população sergipana (ou pelo menos os letrados) estava a par das diferentes opiniões e fatos que compunham a política.

<sup>27</sup> Jornal vespertino. Circulou em Aracaju nos anos de 1945 a 1961, sob a direção de João Maynard Barreto e Marcio Rollemberg Leite.

É mister que o alcance de um jornal no meio social age controlando e legitimando críticas, juízos, valores, instituições, etc. Dessa forma, os jornais cumprem a função de formar a opinião pública e, neste aspecto contribuem para validar notícias e declarações vinculadas ao poder do Estado. Consideramos que o lugar político ocupado pelos impressos na sociedade sergipana, tornaram-se ímpar para que a educação doméstica se propagasse, afinal, seu papel fora essencial no estabelecimento e regulamentação de padrões e normas compunham uma época.

O entusiasmo pela volta da democracia transbordava pelos quatro cantos da política do estado, bem como a de seus fiéis admiradores. Em 5 de novembro de 1945, chega ao fim a interventoria de Leite Neto que, nas palavras do Diário de Sergipe, “com a consciência tranquila dos que souberam cumprir o seu dever”<sup>28</sup>. Em seu lugar, assume o Desembargador Hunald Santa Flôr Cardoso. Sobre a sua curta gestão, resume Dantas (1989, p.140): “compôs um secretariado misto, incluindo oposicionistas e governistas, entre os quais alguns componentes da administração anterior”.

Os conchavos, embates e discussões, fervilhavam no cenário político sergipano, disputas por poder e prestígio, configuraram o atraso socioeconômico e educacional vislumbrados em Sergipe. Se falava muito e se fazia pouco. Durante muito tempo esse foi o lema dos sucessivos governantes que assumiam a liderança do estado.

Os discursos dos governantes expressaram que o poder que eles possuíam era usado como uma arma de defesa (diante da sociedade, frente aos problemas existentes) e de ataque (diante da oposição). Configuram-se, assim, discursos específicos de autoconvencimento, persuasão e controle social, repletos de ideais e busca incontrolável de consolidação no poder, o que nos permite concluir que em primeiro lugar buscavam os seus próprios interesses; em segundo lugar atender aos acordos e às alianças com empresários e políticos aliados, nacionais e internacionais; em terceiro a busca do reconhecimento pelo Governo Federal, de prestígio e troca de favores; em quarto o ataque à oposição (SANTOS, 2015, p. 6).

O contexto educacional enfrentado por Sergipe entre 1930 e 1960, não fora evidenciado nos discursos políticos que, assim como referenciado acima, preocupavam-se apenas com seus interesses. Muito menos expunham a realidade das práticas de escolarização particulares presentes no estado, já que estas “atendiam a um número significativo de alunos, compuseram o cenário revelando uma coexistência de modelos de instituições educativas primárias que divergiam do conceito de escola presente no projeto republicano de educação” (SANTOS, 2016, p. 48).

---

<sup>28</sup> Diário de Sergipe, 06 de novembro de 1945.

Sobre as eleições para representante do Estado Nacional, a disputa acirrava-se cada vez mais com a proximidade de sua realização. Três partidos concorriam nessa disputa. Como já foi proclamado anteriormente, o Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN (União Democrática Nacional); o General Eurico Gaspar Dutra pelo PSD (Partido Social Democrático); Iedo Fiuza e Rolim Teles pelo PCB (Partido Comunista do Brasil). Em 02 de janeiro de 1946, meio de comunicação impresso, Correio de Aracaju anuncia a vitória do candidato do PSD, Gaspar Dutra, vejamos:

**Figura 09 - Resultado**

Conforme noticiamos em nossa edição de ontem o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe proclamou os candidatos eleitos ao Parlamento Nacional, por este Estado, senadores Walter Prado Franco e Durval Rodrigues da Cruz e deputados federais Leandro Mainard Maciel, Amando Fontes, Heribaldo Dantas Vieira, Francisco Leite Neto e Maurício Graco Cardoso.

O resultado geral da eleição de 2 de dezembro foi o seguinte:

|                    | votos  |
|--------------------|--------|
| Eurico Dutra .. .. | 35.222 |
| Eduardo Gomes ..   | 34.930 |
| Yeddo Fiuza .. ..  | 6.682  |
| Rolim Teles .. ..  | 4      |

**Fonte:** Correio de Aracaju, 02/01/1946.

De acordo com Fausto (1989), a oposição udenista fora pega de surpresa com a vitória do candidato do PSD e, começaram as tentativas de tomada do governo, inclusive pelo seu aliado até então, Getúlio Vargas. Em Sergipe, chegava ao final a interventoria de Huald Cardoso, e o atual presidente, nomeia para o cargo Antônio de Freitas Brandão.

Ainda em 1946, na capital Aracaju, é fundado o Departamento Estudantil que, apoiados pela UDN, os jovens democratas tinham o intuito de participar dos atos em prol da democracia brasileira<sup>29</sup>. Enquanto a sociedade brasileira vivia um período de

<sup>29</sup> Correio de Aracaju, 01/07/1946..



crise na economia e na política, o entusiasmo pela volta da democratização fazia com o que diversos núcleos da sociedade ansiassem participar da luta contra a ditadura e é óbvio que os envolvidos na área educacional não podiam serem deixados de fora.

Também em 1946, é aprovada e promulgada a nova Constituição brasileira. Diferente da sua antecessora, a Carta, flertava com o liberalismo democrático, ao passo que andava de mãos dadas com o corporativismo já conhecido pela população (FAUSTO, 1989). Corroboramos com Fausto no sentido de que nessa Constituição as normas políticas, econômicas, sociais e educacionais adotadas pelos governantes de todos os estados do país, reforçaram e apoiaram algo previsto nas Cartas anteriores, o princípio da livre iniciativa.

Acreditamos que a liberdade de ensino favorecia a iniciativa privada e, pautava-se na justificativa de que em muitas cidades do interior o ensino público não existia, neste caso, o professor particular autônomo seria o responsável pela leitura e escrita da população local, mediante a obediência e fiscalização governamental. Vejamos o recorte dessa lei:

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:  
I - O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;  
II - O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos (BRASIL, 1946).

Desse modo, é evidente que as mudanças estabelecidas na Carta de 1946 não abarcava em absoluto a educação que, mais uma vez ficava relegadas as antigas práticas tradicionais de escolarização. Para Bray (2021) o envolvimento da iniciativa particular gera crises e tensões nas relações entre os diferentes grupos sociais, terminando por reconfigurar o papel do Estado frente à suas obrigações.

Nesse mesmo período e, com a proximidade de uma nova eleição para governante do estado, o nome de Leandro Maciel aparecia diariamente nas páginas de notícias como favorito a ocupar o cargo de interventor federal.

As constantes trocas na interventoria sergipana, não contribuía para uma homogeneização de ações benéficas para a sociedade civil estadual, adiando progressivamente a modernização e industrialização preterida pelos filhos da pequena terra nordestina. Acerca dessa “dança das cadeiras”, Dantas (2004), pontua:

Após a queda de Maynard, em outubro de 1945, o governo de Sergipe continuou sendo exercido por sucessivos interventores que, preocupados em conciliar as diversas forças políticas, evitaram substanciais alterações na estrutura de poder estadual, facilitando a eleição do grupo que se estruturou durante o Estado Novo. Agora que

o executivo estadual voltava ao controle direto desse grupo, resta saber qual o papel dos partidos dentro de um quadro partidário atuante. De um lado, como a aliança governante orientou suas políticas, que interesses mais contemplou e como exerceu a dominação. De outro, como os partidos não governistas atuaram no sentido de ampliar sua influência e melhor representar os interesses grupais, dentro do processo de construção da hegemonia estadual (p.358).

Entre janeiro de 1947 e março de 1951, Sergipe terá no governo do estado, cinco políticos diferentes. Foram eles: Joaquim Sabino Ribeiro (30/01/1947 a 29/02/1947); José Rollemberg (29/03/1947 a 31/01/1951); João Dantas (31/01/1951 a 17/02/1951); Édezio Vieira de Melo (17/02/1951 a 12/03/1951); Arnaldo Rollemberg Garcez (12/03/1951 a 31/01/1955).

As sucessões governamentais impediram que nesse período algo substancial fosse realizado em âmbito educacional, pois, a instabilidade política gerada pelas trocas de poder não permite que a constância seja algo fácil de ser atingido. Mesmo assim, destacamos a ampliação da rede de ensino rural, a inauguração de escolas e faculdades.

No final da década de 1940, por iniciativa do governador José Rollemberg Leite, são criadas a Escola de Química e a Faculdade de Ciências Econômicas, lei n.26, de 25 de dezembro de 1948. Logo após, com apoio do governo do Estado, foi criada Faculdade de Direito. Em seguida, com apoio da Igreja Católica, surgem a Faculdade Católica de Filosofia e a de Serviço Social, com o propósito de formar professores e agentes sociais. Mais tarde foi fundada, pela Sociedade Médica Sergipana, a Faculdade de Medicina que, congregando-se às outras, formariam o núcleo gerador da UFS (BRETAS e OLIVEIRA, 2014, p. 157).

José Rollemberg Leite, então governador de Sergipe, implantou no estado um ensino tipicamente rural, com aprendizagem das habilidades agrícolas. Sob a justificativa de democratização do ensino, a expansão de escolas rurais tornou-se um trunfo político durante o seu mandato. Fato é que, mesmo com a construção de mais de 200 escolas em diversas localidades do interior sergipano, a manutenção e o financiamento dessas escolas eram feitos de maneira precária (DANTAS, 1989). Isso nos leva a crer que isso foi mais uma razão para a continuidade do funcionamento das aulas particulares domésticas no estado.

Acerca da precariedade em que se encontravam as escolas, o governador expõe os motivos na fala a seguir.

O departamento de educação está em uma de suas maiores dificuldades em difundir o ensino elementar, ante o estado de

necessidade do professor com vencimentos que, na sua maioria absoluta, oscilam entre 300 e 400 cruzeiros. É uma remuneração que compromete a nobilitação profissional, pois não haverá bons mestres sem que lhes sejam asseguradas condições de relativo conforto, dignidade e descanso de espírito quanto ao futuro na carreira que abraçaram (José Rollemberg Leite, 1948, pg. IX).

Em 1951, dá início a gestão de Arnaldo Rollemberg Garcez que, inspirado pelo populismo da nova Era Vargas no país e, instigado pela industrialização crescente que Getúlio propunha, o governador do estado de Sergipe cedia à velha prática política de violência partidária (DANTAS, 2004).

Sobre a educação em seu governo, Dantas afirma:

apesar disso, mostrou uma certa sensibilidade na área da educação, criando a Escola de Serviço Social e indicando pessoas criteriosas para dirigir instituições oficiais. Realizou obras de dragagem na capital e fez açudes no interior. Regando o projeto dos agropecuaristas, construiu o Parque João Cleofas, um centro para exposição de gado bovino. Na área social, levantou o primeiro conjunto habitacional de cunho popular, atendendo a uma demanda de residência para as classes subalternas. Entretanto, o nível de intolerância com relação às manifestações dos sindicalistas, comunistas ou não, continuava semelhante ao de seu antecessor (p. 168).

Em 1955, chega ao fim o governo de Rollemberg Garcez, deixando o sistema representativo de Sergipe desgastando, após a intensa luta entre as classes dominantes que, nos quatro anos em que o governante esteve no cargo, se digladiaram publicamente, enquanto a sociedade civil assistia a tudo impotente<sup>30</sup>

No mesmo ano, assume Leandro Maynard Maciel, integrante da UDN, o representante do Estado sergipano, tentava se desvencilhar dos embates entre a cúpula política que tentava desestabilizar os inimigos partidários. Porém, sua gestão também fora marcada pela violência e, nos quatro anos em que esteve à frente do governo sergipano, a tensão foi o principal sentimento da população<sup>31</sup>

O jornal Gazeta de Sergipe<sup>32</sup>, expôs em primeira página acerca de Leandro Maciel:

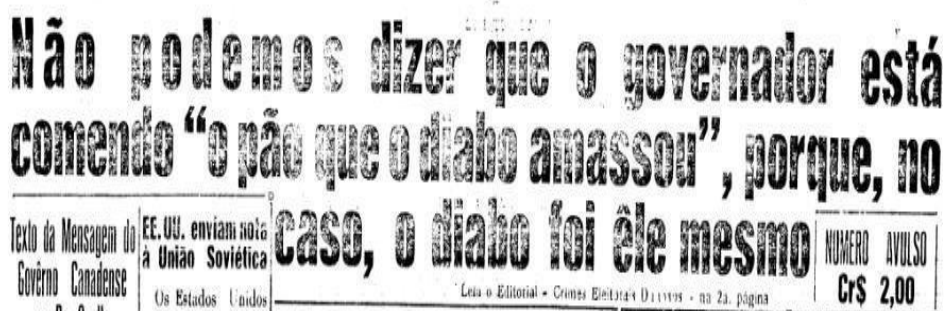
---

<sup>30</sup> Ibidem

<sup>31</sup> Ibidem

<sup>32</sup> Inicialmente denominado Gazeta Socialista, o impresso passou a ser chamado de Gazeta de Sergipe em 1958. Em circulação na capital sergipana de 1948 a 2003, tornou-se um jornal crítico que refletia a personalidade de seu fundador e diretor, Orlando Dantas (DANTAS, 2004).

Figura 10 – O Governador



Fonte: Gazeta de Sergipe, 24/06/1958

Há duas formas de analisar esse recorte, a primeira baseia-se no fato de que o governador Leandro Maciel era realmente um governante ruim e merecia as represálias que vinha sofrendo de outros setores da sociedade e a segunda na qual considerarmos ser a mais plausível é a de que o governador fazia um mau trabalho, mas, ficava nítido a perseguição política que o periódico exercia sobre o Maciel. Duras críticas eram constantemente dirigidas a ele e expostas nas páginas do jornal Gazeta de Sergipe, que “definia-o como sendo um governo personalístico, cartorial e demagógico, pela forma em que procura ligar-se às massas trabalhadoras” (REIS, 2013 apud SANTOS, 2015 p. 34).

Sob a direção do político Orlando Dantas, filho do ex-presidente do Estado de Sergipe, Manuel Corrêa Dantas, a Gazeta de Sergipe não poupava o atual governante e, em diversos editoriais propagava a má fama de Maciel, acusando-o de um mero executor de acordos administrativos, pelo seu descaso com a segurança pública, saúde e a educação (REIS, 2013 apud SANTOS, 2015).

Em contrapartida, o governador expunha em um discurso à Assembleia Legislativa do estado de Sergipe que não conseguia realizar mudanças na educação sergipana, devido a entraves políticos. Vejamos o que foi proferido por ele:

Entretanto, não resisto em confessar a Vossas Excelências que, no meu Govêrno, há uma vontade que deseja agir e deseja vencer a intromissão da política na administração escolar, para construir qualquer coisa de útil e racional no setor das atividades educacionais. (1956, p. 61).

Leandro Maciel afirma não ter o apoio daqueles que fazem parte da administração do ensino, extraindo dele mesmo a responsabilidade pela má gestão no campo

educacional. Esse discurso revela, o quanto os interesses políticos estavam afetando a instrução no estado. Para Santos (2015):

Os governantes, embora desejassem um ensino de qualidade, ficaram apenas nas palavras, em seu discurso. As possibilidades para resolver os problemas na Educação surgiam como uma forma de mostrar para o Legislativo e para a sociedade que o governo estava atento e sensível para tais necessidades. O que era uma forma de apaziguar a oposição e confortar a população (p. 7).

Ora, independente de conluios políticos, a sociedade sergipana necessitava que a educação fosse assunto principal na administração de seus governantes. A demora em aparelhar o ensino público em Sergipe, demonstrava que a educação particular em domicílio “era o local mais óbvio, fora da sala de aula, para onde a aprendizagem havia migrado.” (BRAY, 2021, p. 58).

Além do mais, talvez as críticas proferidas ao governante pela Gazeta de Sergipe não fossem falaciosas, visto que, uma declaração da professora entrevistada por Santos (2016), em sua dissertação, revela o sistema de aliança política no interior do estado.

Eu fui ser professora proveniente de política. Meu marido era político. Tinha aqueles políticos que ia lá para casa e eu fazia comida, então ficou. [...] Meu esposo não sabia ler, eles queriam dar o emprego a ele, mas ele não sabia ler nem escrever, então me deram para mim, como professora. Eu tinha na base de vinte anos. Foi no tempo de Leandro Maciel [governador] e do prefeito Zeca da Boa Vista. Eles entravam na minha casa, nessa casa que nós tamo aí (Elienalda Souza Reis, 2011, apud SANTOS, 2016, p.131).

Percebemos que convites e indicações políticas eram uma prática comum na instrução pública, pela naturalidade com a qual a professora fala. Para Santos (2016), o apadrinhamento político, proporcionava o preenchimento do corpo docente de uma instituição, ao passo que garantia retorno político ao governante.

Em 1959, chega ao fim o governo de Leandro Maciel e, se inicia o mandato de Luiz Garcia. Mesmo com uma postura diferente da do administrador anterior, o chefe do Estado de Sergipe, pouco ou nada muda a configuração educacional presente. Segundo Santos (2015), “esse primeiro momento do governo de Luiz Garcia não trouxe profundas mudanças no cenário educacional sergipano, apesar da instauração da Secretaria de Estado da Educação.” (p. 7).

### **8.3. A OFERTA DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA CASA DO MESTRE E DA FAMÍLIA**

- **Os anúncios na década de 1930**

Como já mencionado anteriormente nesta tese, a década de 1930 marca o início de uma nova era para a educação brasileira e, conseqüentemente para a educação doméstica praticada em Sergipe.

A chamada Segunda República, estaria pautada pelo desejo de um país moderno e industrializado e pretendia difundir no país o desenvolvimento de ideias que imbricavam na importância da educação como um espaço para a constituição um “novo homem”, ajustado à eminente urbanização das províncias e detentor de um saber técnico-científico.

De acordo com Gomes (2002), a importância crescente da educação enquanto uma arma para o progresso do país, denotava que o ensino que acontecia em âmbito doméstico e sob o olhar atento das famílias deveria ser desestimulado. Pais e mestres deveriam entender que a educação particular oferecida em domicílio não se adequava mais ao sistema de instrução elementar pensado para a nova fase republicana.

De acordo com Oliveira (2004), em 1930 apenas 2,63 % da população em idade escolar frequentava o ensino primário em território sergipano. O baixo número de alunos da rede primária de ensino demonstra que as ideias elaboradas sob à luz das influências pedagógicas modernas e de um novo molde de escolarização difundidas ao longo da Primeira República, não estavam logrando êxito, pelo menos em Sergipe.

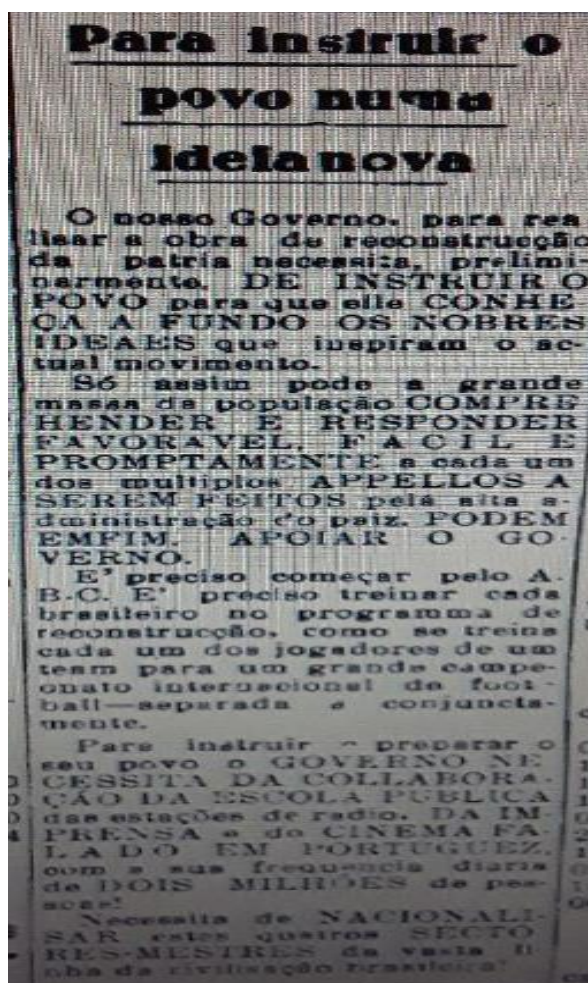
Segundo Gomes (2002), o novo modelo deveria firmar [...]

[...] a escola como instituição social, exigia que o ensino fosse administrado em prédios especialmente projetados, materializando arquitetonicamente a ideia de educar. E exigia também profissionais com qualificações especiais, que só nesses locais seriam encontrados (p. 391).

Neste aspecto a educação precisava se ajustar à nova demanda industrial do país, pois o Brasil somente sairia do atraso econômico, quando os problemas da educação fossem resolvidos. Era imperativo esquecer as práticas de instrução do Império e da Primeira República para então vencer as mazelas educacionais enraizadas em nosso território.

Vemos a seguir um recorte jornalístico que expõe essa nova prerrogativa:

Figura 11 – Ideia Nova



Fonte: Sergipe Jornal, 06/04/1932

Conforme a figura 11:

Para instruir o povo numa ideia nova

O nosso Governo, para realizar a obra de reconstrução da pátria necessita, preliminarmente, DE INSTRUIR O POVO, para que ele CONHEÇA A FUNDO OS NOBRES IDEAES que inspiram o actual movimento.

Só assim pode a grande massa da população COMPREHENDER E RESPONDER FAVORAVEL, FACIL E PROMPTAMENTE a cada um dos multiplos APPELOS A SEREM FEITOS pela alta administração do paiz. PODEM EMPIM, APOIAR O GOVERNO.

É preciso começar pelo ABC. É preciso treinar cada brasileiro no programma de reconstrução, como se treina cada um dos jogadores de um team para um grande campeonato internacional de football – separa e conjunctamente..

Para instruir e preparar o seu povo o GOVERNO NECESSITA DA COLLABORAÇÃO DA ESCOLA PUBLICA das estações de radio, DA IMPRENSA e do CINEMA FALADO EM PORTUGUEZ, com a sua frequencia diária de DOIS MILHÕES de pessoas!

Necessita de NACIONALISAR estes quesitos SECTORES-MESTRES da vasta linha da civilização brasileira. (IHGSE, Sergipe Jornal, 06 de abr. 1932).

É possível perceber neste texto, a campanha ferrenha que, tanto o Governo Federal, quanto os estaduais faziam para incutir na sociedade a ideia de um novo Brasil, de uma educação moderna e democrática. As palavras em maiúsculo, enfatizam as estratégias e os planos do poder público representando, todo o roteiro que os cidadãos deveriam seguir.

Segundo Fausto (1989), essas estratégias faziam parte de um plano organizacional e centralizador de todo o país.

O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade, mas sem promover também, consistentemente, uma formação escolar totalitária, abrangendo todos os aspectos do universo cultural (p.188).

As características da administração do governo de Getúlio Vargas tinham, entre outros propósitos, encetar um movimento articulado de centralização política, nessa conjuntura, estaria o Estado tomando as rédeas das esferas sociais, econômicas, educacionais, etc. A Revolução de 1930, dera a Vargas poderes institucionais e, entre as mobilizações desenvolvidas esteve a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES). A pasta passou a ser comandada por Francisco Campos que logo instituiu a primeira reforma educacional após a sua posse no governo provisório em 1930.

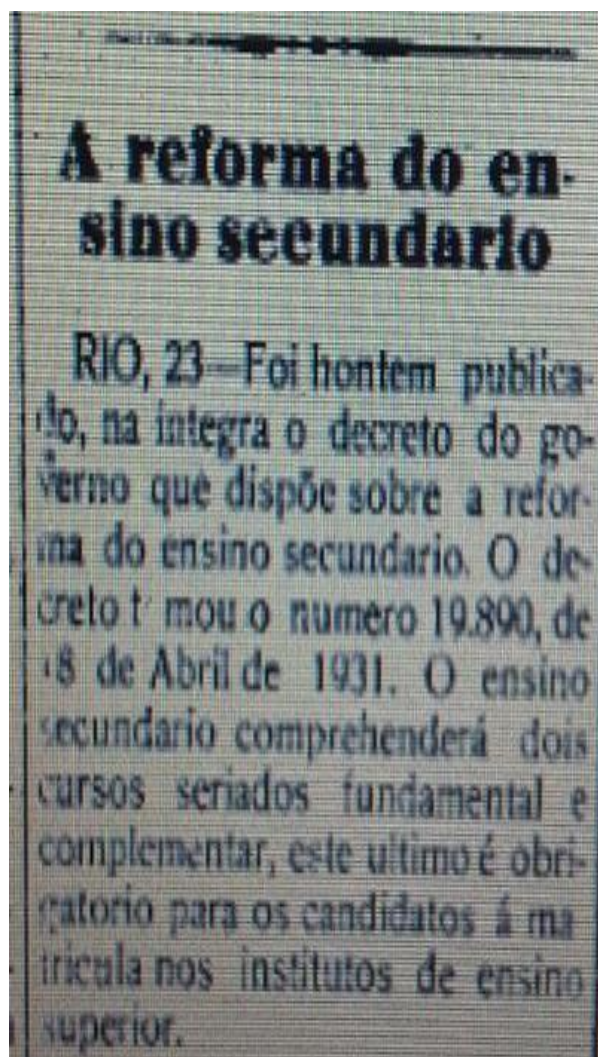
De acordo com Gomes (2002), o então ministro da educação, havia participado da conferência da Associação Brasileira de Educação em 1928, portanto, estava munido de ideias renovadoras e com uma forte convicção de que mudanças no ensino secundário e superior necessitavam ser realizadas.

Emerge então, a Reforma Francisco Campos quem, entre outras atribuições, a Reforma a nível secundário aumentava o número de anos do curso, dividia em dois ciclos, modificava o currículo, estipulava frequência obrigatória e alterava o sistema de avaliação dos alunos (DALLABRIDA, 2009).

Segue abaixo, um recorte de um jornal sergipano acerca dessa Reforma:



Figura 12 – Reforma



Fonte: Sergipe Jornal, 20/04/1931

A Reforma, de acordo com alguns autores da historiografia brasileira Romanelli (1999), Dallabrida (2009), Schwartzman e Bomeny (2000), foi um divisor de águas entre os ensinos primário e secundário, visto que o remodelamento do secundário girava em torno da ilusão criada por um governo elitista que acreditava numa sociedade brasileira culturalmente padronizada.

Gomes (2002), afirma que a reforma instituiu um sistema educacional de nível nacional e centralizador que abarcava o primário, o secundário e superior. O ensino secundário tornou-se “um espaço de formação obrigatória, com objetivos próprios, fundados num longo currículo submetido a avaliações sucessivas”. (p. 419). A autora finaliza dizendo que “o que se buscava era a maior uniformização do ensino, mobilizando-se, para tanto, mecanismos de controle” (p. 419).

A nível superior, a reforma estabeleceu um regime universitário organizacional

como modelo padrão para todo o país. O ensino superior deveria ser custeado pelo aluno e seu acesso estava condicionado a aprovação no exame vestibular (BRASIL, 1931).

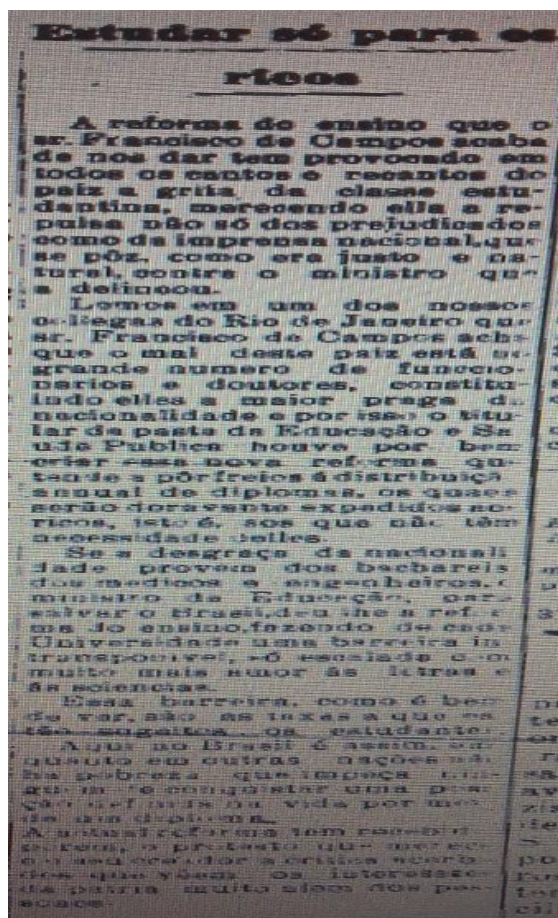
Para Dallabrida (2009), as normas instituídas na reforma, conferiu um caráter elitista ao ensino secundário. Com ciclos longos e muito teóricos, contrastando com o ensino curto e prático dos cursos profissionalizantes, ficava claro que o intuito era formar as elites dirigentes do país.

Segundo Gomes (2002):

o acesso custoso e difícil ao ensino secundário é apontado como uma das razões do fracasso da reforma, que acabou por conter, e não por estimular, a demanda pelos chamados cursos ginasiais. Argumentou-se na época e também posteriormente que um ensino mais longo e complexo, somado a um controle na entrada e a avaliações sucessivas, praticamente limitou a procura às classes médias urbanas e se tornou um fator de aprofundamento, e não de diminuição, das desigualdades sociais (419).

Observemos a seguir um recorte jornalístico acerca dessa diferenciação:

**Figura 13** – Estudar é para ricos



Fonte: Sergipe Jornal, 24/04/1931

Conforme a figura 13:

Estudar só para os ricos

A reforma do ensino que o sr. Francisco de Campos acaba de nos dar tem provocado em todos os cantos e recantos do paiz a grita da classe estudantina, merecendo ella a repulsa não só dos prejudicados como da imprensa nacional, que se pôz, como era justo e natural, contra o ministro que a delineou.

Lemos em um dos nossos colegas do Rio de Janeiro que o sr. Francisco de Campos acha que o mal deste paiz está no grande numero de funcionários e doutores, constituindo eles a maior praga da nacionalidade e por isso titular da pasta da Educação e Segurança Publica houve por bem criar essa nova reforma que tende a pôr freios à distribuição anual de diplomas, os (ininteligível) serão (ininteligível) expedidos aos ricos, isto é, aos que não têm necessidade delles.

Se a desgraça da nacionalidade provem dos bacharéis dos médicos e engenheiros, o ministro da Educação, vai salvar o Brasil, (ininteligível) a reforma do ensino, fazendo de cada universidade uma barreira intransponível, só escalada com muito suor às letras e as sciencias [O restante está ininteligível] (Sergipe Jornal, 24 de abr. 1931).

O julgamento da Reforma Francisco Campos, feito na nota impressa, assinala que as propostas instituídas no ensino secundário, de cunho burguês e disciplinante. A cultura escolar proposta na Reforma, impede, nas entrelinhas, que os menos favorecidos pela sociedade, reproduzam e contribuam para a estratificação do sistema de classes.

Na realidade, essa Reforma de acordo com Zotti (2007), tinha o estilo enciclopédico do currículo e um sistema avaliativo rigoroso, que privilegiava a minoria que podia se dedicar anos de sólidos estudos. A maioria da população pobre e ainda enormemente rural, não se encaixava nesta perspectiva.

Apesar das justificativas afirmarem que a educação deveria acompanhar a modernização do país, na realidade, o que se concretizou enquanto proposta no currículo do ensino secundário foi a oficialização, em âmbito federal, de políticas educacionais que não rompem com a tradição até então predominante de uma educação vinculada aos interesses da elite (ZOTTI, 2007, p. 6).

A nova política liberal do governo nacional, atribuía à educação, a responsabilidade por determinar reconhecimento e prestígio profissional, atuando na seleção social e na alocação da população em variadas ocupações, algo comum em todas as sociedades industrializadas (BRAY, 2014).

No intuito de alcançar o objetivo de centralização administrativa, a Reforma pretendia acabar com os exames preparatórios que seria o “poder fraco onde prevaleciam as paixões partidárias [...] associado aos interesses particulares e o forte aos

interesses gerais da sociedade (MATTOS, 1989, p. 168).”

A Reforma Francisco Campos foi o marco inicial das diversas modificações educacionais que estariam por vir ao longo das próximas décadas. Foi também, a precursora de um exemplo de ensino a ser seguido em todo o território nacional, só não contava com as discrepâncias de cada Estado brasileiro na adequação a esse modelo.

A verdade é que o Estado não dava conta de fazer com que a educação pública progredisse como planejado, especialmente nos estabelecimentos de ensino primário, contando ainda, com o apoio massivo dos mestres domésticos.

O ensino primário continuava sob a competência de cada província e, possuindo escassos recursos financeiros para a sua organização.

Mesmo continuando responsáveis pela oferta da educação primária, os estados passaram a ser submetidos às tentativas de centralização e uniformização da política central. Coerente com o projeto de alfabetização da população, a instrução primária era nomeada como educação popular por excelência. Com o Governo Provisório, a União coordenou as políticas regionais por meio da ação da interventoria federal, por meio da qual eram nomeados homens de confiança da Presidência da República para o governo dos Estados (RIZZINI e SCHUELER, 2014, p 881).

Apesar das tentativas de encaixa o ensino primário no projeto de educação unificada pretendida pelo governo, poucas mudanças foram realizadas, a educação permaneceu sendo para poucos e, em Sergipe, as velhas práticas de escolarização continuavam a existir.

Para se ter uma ideia, em 1930, “a população de Sergipe era de 527.130 habitantes. Frequentavam as escolas públicas primárias 2,63 % da população” (OLIVEIRA, 2004, p. 178). Ou seja, a ineficiência do Estado em garantir um ensino primário de qualidade para a população sergipana e combater o analfabetismo, permitia que o ensino particular pudesse continuar a ser difundido.

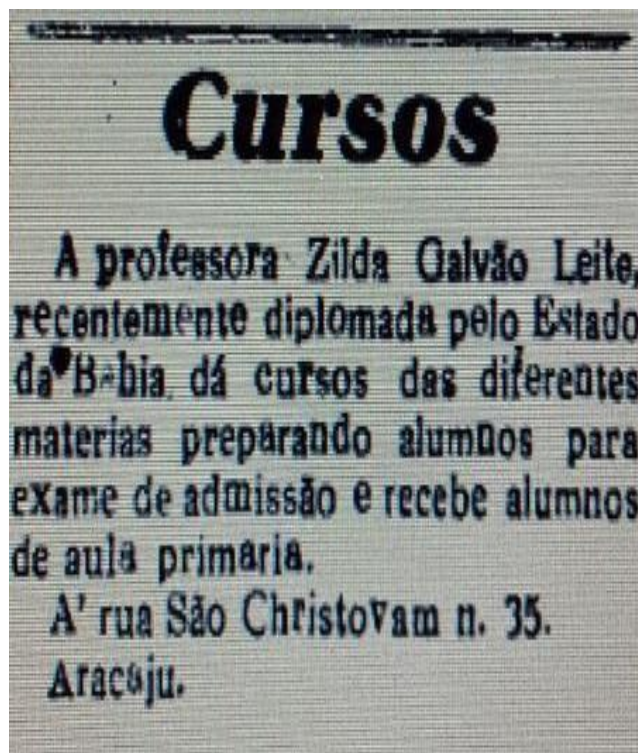
De acordo com Bray (2021), a contínua fragilidade dos sistemas educativos consolida as lacunas existentes entre a educação pública e o ensino que sobrevive à sombra deste. Essa prerrogativa é facilmente aplicável nos moldes educacionais sergipanos nas décadas de 1930 a 1960.

Para identificar tais arquétipos da educação doméstica em Sergipe, buscamos identificar e compreender nas ofertas dos professores que lecionavam em sua residência ou na do aluno, configurações que dificilmente são encontradas em outras fontes. De acordo com Leite (2015), nos periódicos podemos encontrar “debates e posições

políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais.” (p. 9).

Vemos a seguir, uma oferta de aula doméstica primária:

**Figura 14 - Cursos**



**Fonte:** Folha da Manhã<sup>33</sup>, 04/02/1934.

Percebemos nesta oferta feita pela professora Zilda que em função de um ensino primário precário em Sergipe, as aulas elementares de leitura e escrita ainda eram procuradas por uma parte da sociedade, se ela ainda os recebe, conseqüentemente é por que ainda existe uma clientela ativa.

No ano anterior a este anúncio, em 1934 uma nova constituição havia sido redigida, em seu texto o Estado centraliza mais o ensino, entretanto uma nova política educacional é apresentada. Com a interferência do ministro da educação, Gustavo Capanema, e dos participantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a Constituição transfere para a União, a responsabilidade de fiscalizar e organizar o ensino. Com essa nova diretriz, o ensino primário finalmente recebe incentivos para a sua melhoria (ROMANELLI, 1999).

<sup>33</sup> Intitulando-se “independente e noticioso”, o jornal circulou entre 1938 e 1944. Sob a direção de Adroaldo Campos, originou-se a partir do fechamento de outro periódico, O Estado de Sergipe.

Todavia, percebemos que mudanças efetivas, ainda não haviam sido postas em prática em Sergipe, visto que o ensino de primeiras letras ainda é ofertado pela referida professora doméstica.

As credenciais educacionais presentes nesse anúncio “diplomada pelo Estado da Bahia”, eram o cartão de visita, através do qual muitas/os professoras/es se utilizavam para consolidar suas competências para lecionar. Como já mencionamos, o acesso ao ensino secundário condicionava-se a aprovação no exame admissional, portanto a referida professora utiliza-se da demanda entre oferta e procura para continuar exercendo a função de mestra doméstica.

Destarte, as características da educação doméstica após 1930 definem-se junto com o contexto político-econômico e social ao qual estava inserido e, passa a atuar, como descreve Bray (2014), na sombra das instituições escolares, referindo-se a uma concordata entre avaliações e aulas preparatórias<sup>34</sup> para estes. Quando a realização de um exame se converte numa enorme oportunidade na vida, desenvolve-se artimanhas para auxiliar no preparo dos avaliados para esta grande experiência.

Uma das razões para explicar a demanda de aulas domésticas particulares que ofertavam o primário e matérias preparatórias para exames de admissão do secundário consiste na ineficiência do Estado em garantir igualdade de oportunidade para a escolarização da população, por conseguinte de desenvolver estratégias que permitisse avanços no quesito manutenção e permanência das crianças na escola.

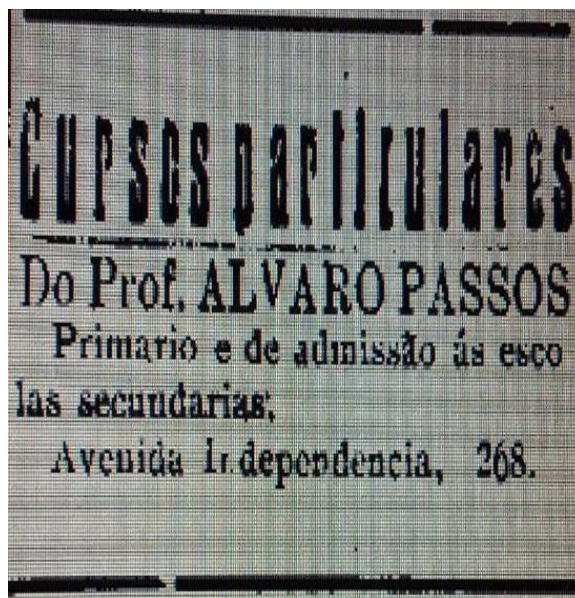
Nesta mesma toada, vejamos mais uma oferta:

---

<sup>34</sup> Não estamos nos referindo aos exames preparatórios de acesso ao ensino superior, já que haviam sido extintos pela Reforma Francisco Campos (1931). Contudo, em determinados momentos utilizaremos esta expressão, pois é possível identificar esta palavra na oferta de alguns professores.



**Figura 15 – Cursos particulares**



**Fonte:** Folha da Manhã, 27/02/1932

Nesta oferta percebemos mais uma vez, o padrão de educação praticado nas aulas particulares domésticas no estado. O ensino das primeiras letras e de admissão ao nível secundário.

De acordo com Rocha (2000), a educação praticada de forma não oficial, entre os componentes das classes possuidoras de capital se aproveitam de sua posição nas relações sociais para garantir ou aumentar seu poder. Assim, as reformas do ensino proclamadas em 1930, de nada fariam modificar a estrutura patrimonial da sociedade.

Para o referido autor:

a república acrescentou plano do reconhecimento público formal a exigência de um ensino para o povo elementar e profissional separado do ensino de formação cultural das elites aquele um ensino público provincial este de caráter privado no ensino médico médio e público no superior As reformas de ensino introduzidas pela revolução de 1930 restringindo-se ao nível do ensino para as elites o secundário e o superior o estado novo em educação não é outra coisa senão a reação da velha tradição patrimonialista contra as inovações modernizantes que vinham se introduzindo na sociedade brasileira desde os anos 20 [...] (p. 2).

Nos exames de admissão os alunos do que saíam do primário tinham que se submeter a provas escritas e orais em quatro áreas de conhecimento. Além disso, tinham que ter idade entre 11 e 13 anos, apresentar certidão de nascimento, filiação, naturalidade e cartão de vacina contra a varíola. O acesso só poderia ser realizado por aqueles que fossem aprovados nas avaliações admissionais. Para a maioria, a

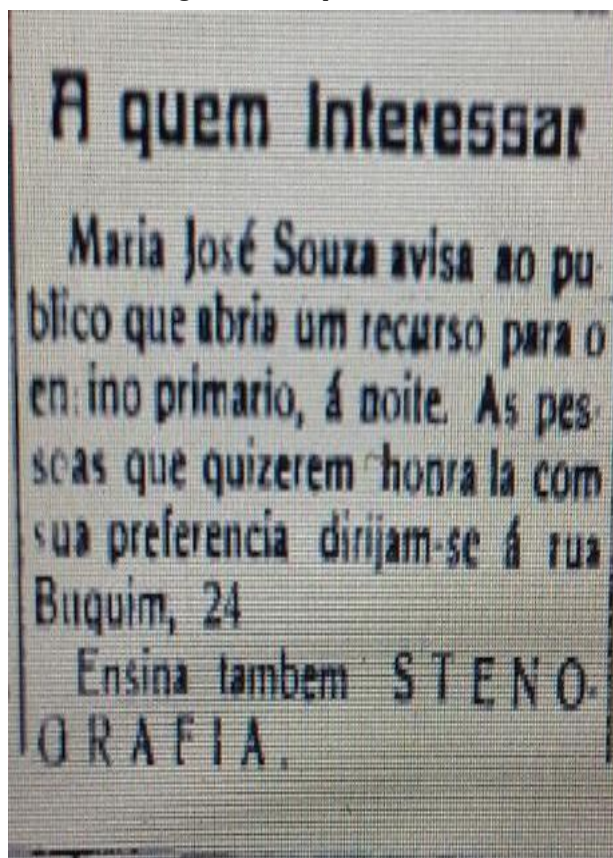
reprovação era uma estatística inevitável, porém, os que não passavam poderiam refazer o exame posteriormente, contanto que ainda possuísse idade suficiente (SILVA, 2012).

Assim, àqueles que não obtinham sucesso nos exames, não restava outra alternativa, a não ser inscrever-se em cursos preparatórios para que pudessem realizar as provas no ano seguinte. Outros, faziam as aulas particulares preparatórias desde o último ano do primário.

Neste sentido, o professor Alvaro Passos, oferta seus serviços num momento em que o aperfeiçoamento da elite é prioridade declarada da pasta da educação. Lecionar o primário, num período em que esse nível não estava nos planos do Estado, torna-se uma jogada acertada e coerente.

A seguir temos mais uma oferta de ensino doméstico:

**Figura 16** – A quem interessar



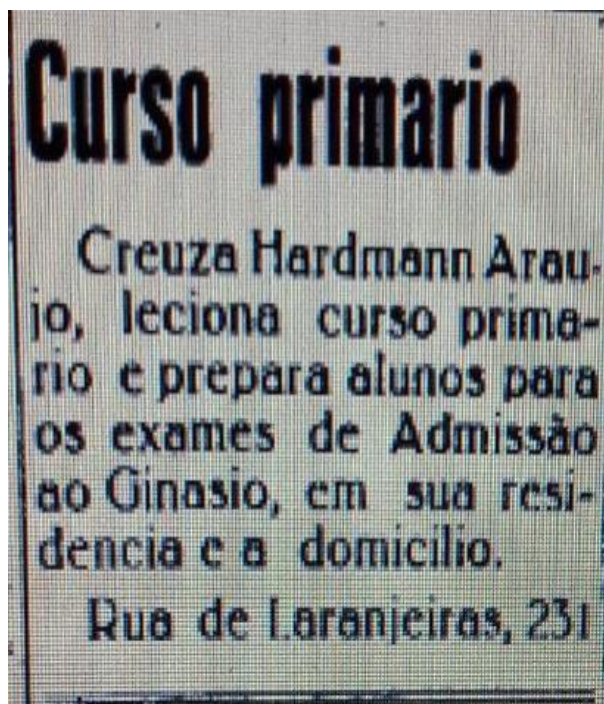
**Fonte:** Sergipe Jornal, 14/02/1933.

Percebemos que, mesmo a educação doméstica tentando adaptar-se ao que estava sendo preconizado para um país com urgência em desenvolver-se, industrializar-se e modernizar-se, o ensino primário permanecia sendo ofertado, assim, as formas privadas de educação herdadas da colônia e do Império continuavam sendo praticadas (ROMANELLI, 1999).



Vemos a seguir mais uma oferta:

**Figura 17** – Curso Primário



**Fonte:** Folha da Manhã, 04/02/1939

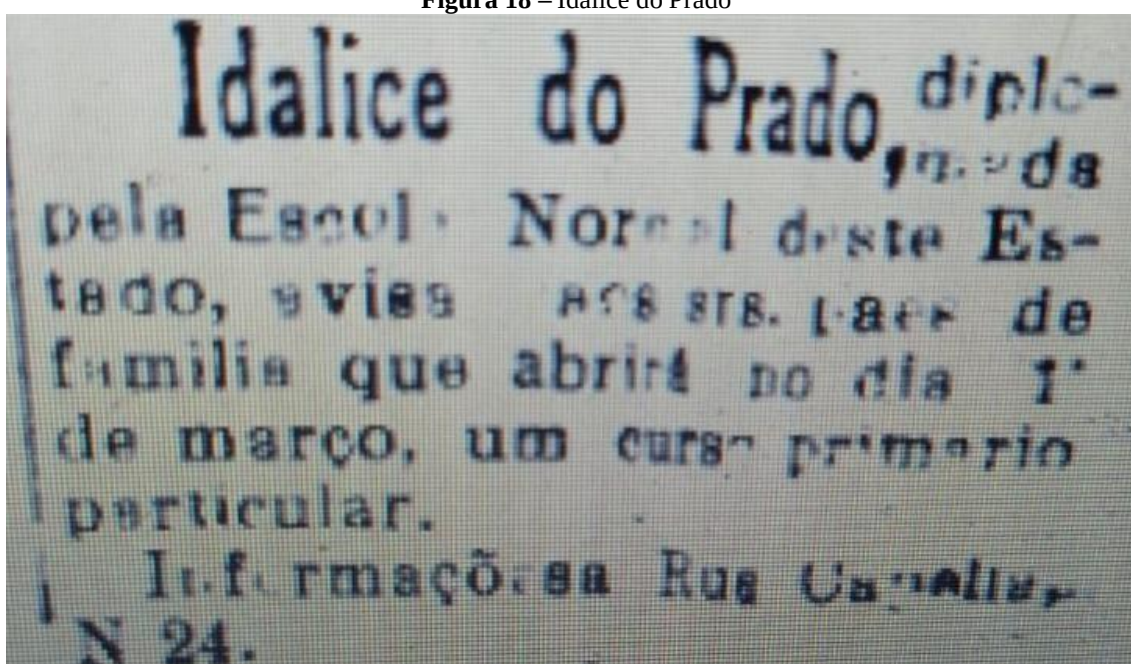
Assim como vimos nos anúncios acima, a professora Creuza também se propõe a lecionar o ensino primário, cuja legislação estava sob a égide do Decreto nº 25 de 3 de fevereiro de 1931 que entre outras competências, estabelecia a organização escolar, fiscalização, programas, matrículas, exames, penalidades, fundo escolar, pessoal administrativo, entre outros. O capítulo XIII, versava sobre o ensino particular e no art. 118, havia a obrigatoriedade de aqueles que possuísem escolas particulares ou estabelecimentos privados de ensino deveria comunicar à Diretoria da Instrução Pública, o nome do professor, a disciplina que lecionava e o número de alunos matriculados. Já o art. 120, abordava a liberdade de ensino pelas famílias, ou seja, aqueles pais que quisessem, podiam ensinar aos filhos em sua própria residência e até mesmo a outras crianças, já que usa o termo “agregados”.

Percebemos que mesmo com o Decreto tendo sido uma tentativa de organizar o ensino primário em Sergipe e, transferir para a escola pública a responsabilidade de instrução à sociedade, esses dois artigos nos mostra um caráter ambíguo nessa lei. Entendemos que para as instituições escolares mantidas pelo Estado havia toda uma legislação a ser seguida e respeitada, já para as práticas particulares de ensino, havia certa convivência e talvez algum tipo de desdém. Bray (2021), afirma que a falta de

atenção do Estado com as formas não oficiais de ensino faz com que a responsabilidade pela provisão educacional deixe de ser unicamente do governo com este passando a ter prestadores de serviço em seu lugar. O autor finaliza explicando que este movimento, está intimamente relacionado com as leis da oferta e da procura, de um lado os pais querem para os seus filhos uma educação diferente da que é proporcionada pelas escolas estatais, de outro o Estado que não pode fornecer e financiar a educação que os pais esperam para os seus filhos.

Temos a seguir mais uma oferta de ensino particular doméstico:

**Figura 18** – Idalice do Prado



**Fonte:** Sergipe Jornal, 23/04/1934.

Nesta oferta há também a propaganda de ensino particular primário, com a professora expondo na nota sua formação pela Escola Normal<sup>35</sup>. Segundo Lima (2018), uma demonstração das habilidades de um mestre doméstico perpassava pela qualificação docente e, a Escola Normal possuía o prestígio necessário para conferir esta designação às jovens professoras. De acordo com a referida autora, “as moças que de lá saíam, para toda a sociedade, encontravam-se aptas a lecionar” (p. 102).

Apesar de as moçoilas que saíam do Curso Normal serem preteridas pala lecionar em escolas primárias mantidas pelo Estado, muitas acumulavam dois ofícios, uma na instituição escolar e outro em casa, como professora particular. Havia também aquelas

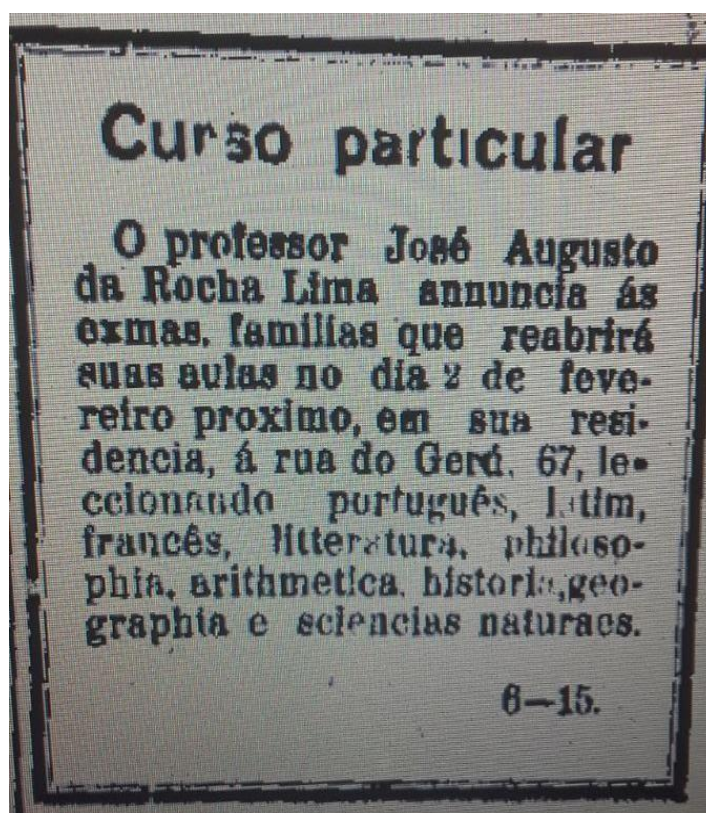
<sup>35</sup> Acerca das Escolas Normais no país, consultar Rocha (2008), Villela (2008), Araújo (2008) e Dias (2008).

que achava mais vantajoso exercer a função docente apenas em sua residência, pois conseguia administrar seu lar e seus filhos mais de perto.

De acordo com Bray (2014), os pretextos para a escolha de determinado professor estavam relacionados principalmente com a reputação do docente. Muitos inclusive, levavam em consideração conhecer o explicador previamente, ou porque residia perto, ou por já ter ensinado alguém de sua família ou um conhecido. Neste aspecto, compreendemos a razão pela qual a ofertante acima, faz questão de demonstrar sua formação acadêmica.

Vemos a seguir, mais um exemplo de oferta de ensino doméstico:

**Figura 19** – Rocha Lima



**Fonte:** Diário de Sergipe, 05/03/1931.

Destacamos inicialmente que o professor Rocha Lima, anunciante acima, foi uma grande figura no cenário educacional sergipano. Intelectual da instrução pública, destacou-se como um difusor de métodos e técnicas pedagógicas pautadas na Escola Nova, se empenhou na tarefa de realizar estudos teóricos e práticas a respeito para serem adotados na instrução pública. O referido mestre foi o responsável por trazer do estado de São Paulo, novos métodos e ideias para uma renovação da educação pública em Sergipe (SILVA, 2002, p. 09). No mesmo ano em que este anúncio foi publicado no



impresso sergipano, Rocha Lima fez a viagem que culminou na implantação de uma Pedagogia Moderna à época.

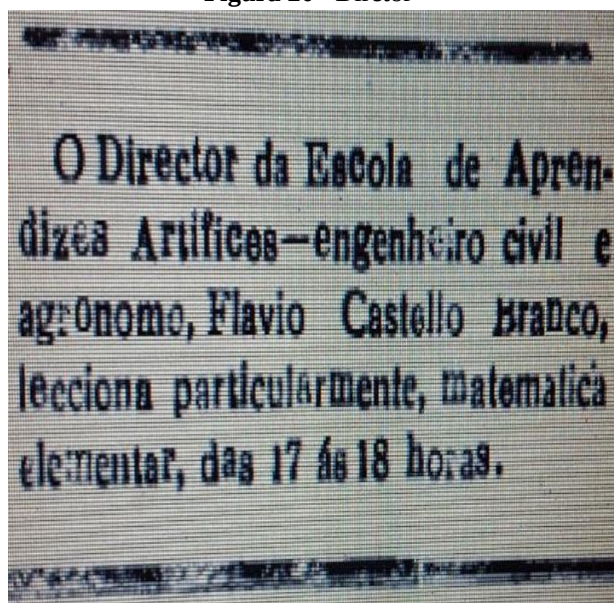
Neste anúncio já não mais aparece a proposta para o ensino do primário, na verdade, a Reforma realizada por Francisco Campos demarcara território educacional pensado para a aprovação do exame de admissão ao secundário, pois, o secundário pensado para o Brasil fora inspirado no modelo europeu “desde o nível elementar, a divisão do sistema escolar em dois ramos ou sistemas paralelos, aceitando-se na educação a segregação de classes sociais” (ABREU e MINHOTO, 2012, p. 110). Dessa maneira, diversos professores deleitavam-se com a possibilidade de lucrar com as aulas domésticas preparatórias para os exames de admissão, principalmente aqueles já consagrados por lecionarem em escolas públicas da capital, Aracaju.

Segundo Bray (2021), os avanços da expansão da educação secundária diminuíram a busca pelo ensino primário que consequentemente levaram à explosiva procura pela educação superior.

Outro ponto a ser destacado é que o mestre doméstico no anúncio, dirige-se às famílias de seus futuros alunos, ciente de que a tradição a qual o Estado fez surgir entre as classes médias e altas era, o de uma educação doméstica particular que suportasse o funcionamento diligente das instituições de ensino secundário e superior.

Observemos abaixo, mais uma oferta:

**Figura 20 - Diretor**



**Fonte:** O Estado de Sergipe 06/01/1935.

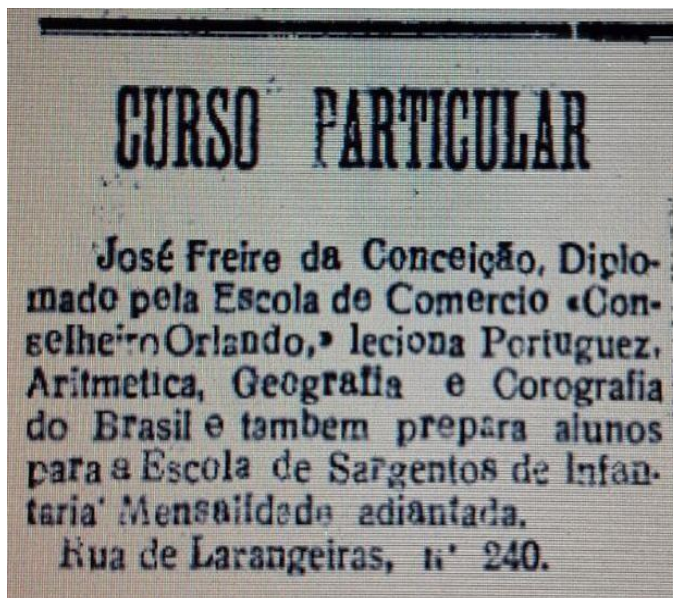
O rito de passagem para o secundário, permanece sendo o escopo da educação doméstica na década de 1930, um período em que Sergipe lutava para sair do atraso econômico a que fora acometido no início da República, assim, essa demora em desenvolver-se “reflete, no interior sergipano, mesmo nas cidades [...] as condições de vida peculiar do povo, em matéria de saúde, gosto, capacidade, enfim” (ANDRADE, 1935, p.10).

Uma vez que à entrada a outro nível de ensino estava condicionado ao fato de ter se matriculado em uma aula doméstica demonstra o padrão de homogeneização que se almejava neste período. Era projeto do Estado, formar um tipo de cidadão para cada função nessa “nova” fase da política econômica brasileira, pois, ainda que a instrução fosse realizada fora dos padrões escolares estatais, tornava-se fundamental para alcançar o chamado progresso.

A oferta do professor Castello Branco confirma a ânsia de promover a civilização da sociedade considerada “atrasada”, função designada a diversos setores sociais, neste caso, apoiada ao prestígio da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe (1934) que, nas páginas da Revista Sergipe Artífices, mantida pela instituição homônima, reforçava esta prerrogativa:

Segue mais um anúncio de aula particular:

**Figura 21** – Curso Particular I



**Fonte:** Folha da Manhã, 17/04/1933.

Percebemos que o mestre leciona disciplinas distintas, assim como os outros

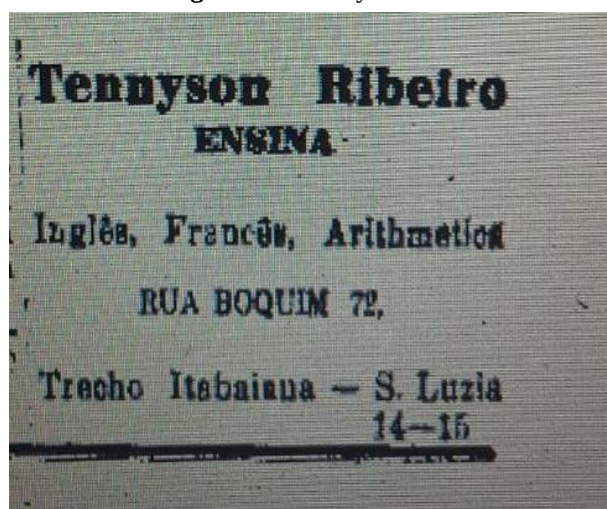
docentes domésticos da década de 1930, provavelmente para os exames de admissão ao ginásio, além de apresentar um diferencial, o preparatório para a Escola de Infantaria, fazendo alusão, mais uma vez, a chamada dualidade de ensino, a qual Romanelli (1999), se refere. Para a autora, o ensino secundário destinado às classes privilegiadas e o primário e ensino técnico e profissional às camadas populares. Romanelli expõe que os cursos de aprendizagem voltados para a formação de uma mão-de-obra imediata, fez parte da estrutura dualista de educação como aquele que estava à margem do sistema oficial de instrução (assim como a educação doméstica). Já a passagem para o ginásio,

[...] concretizou um determinado padrão de recrutamento e tinha como função, por um lado, camuflar e, por outro, legitimar a seleção realizada previamente, pois, ao que é dado a ver, a escola primária não constituía, no período, um curso único e homogêneo para todos, não ensinava os mesmos conteúdos e nem exigia os mesmos comportamentos, mas era discriminatória (ABREU e MINHOTO, 2012, p. 112).

A discriminação causada pela ineficiência do sistema público de educação foi utilizada como justificativa para engendrar uma aliança entre o Estado e as iniciativas de ensino individuais domésticas. Sob a evasiva proposta de modernização da sociedade brasileira, a administração pública tentava forjar um sentimento de valorização do trabalho através da educação profissionalizante e técnica e, para concluir tal objetivo, necessitava do apoio dos mestres particulares que serviriam para validar a qualidade do ginásio e posteriormente do nível superior.

Analisemos mais um anúncio estampado na página de um jornal.

**Figura 22** – Tennyson Ribeiro



**Fonte:** Diário de Sergipe, 24/01/1934.

O professor que realiza a oferta, Tennyson Ribeiro, oferecia seus serviços de aulas

particulares, para aqueles que desejassem e, mais uma vez, o anúncio é constituído por disciplinas isoladas afim de capacitar jovens alunos para alcançar as exigências que a educação elaborara no decorrer de 1930.

Toda o arranjo educacional do período fazia parte do plano republicano em formar duas classes distintas: uma intelectual e uma trabalhadora. De um lado, a pequena parcela da população, constituída pela classe dominante. De outro, a maioria da sociedade que, dispunham dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado, voltados deliberadamente para a manutenção de um status quo político-econômico e industrial de incentivo ao trabalho e ao funcionalismo técnico. Uma afirmação confirmada nas palavras de Helvécio de Andrade (1931):

Concentremos por momentos a atenção no ambiente que nos cerca cujas lufadas gélidas fustigam as nossas faces, cujas obscuridades nos inquietam. Cada dia descemos um degrau da sórdida escada da pobreza, sofremos maiores ameaças de privações, assistimos pávidos o enfraquecimento do nosso crédito. As terras despovoam-se; os productos sem procura; o conhecimento abalado; a lavoura em tremuras.

Seremos indiferentes a ruína? Náufragos não procuramos salvar-nos? Não é possível; é a resposta que leio em vossos olhos.(...).

Mas, onde está a salvação? Indagam ecos longínquos, indecisos, incrédulos.

Onde? Na instrução, na escola.

Na reação viva, tenaz, consciente, da instrução bem organizada contra as causas dessa calamidade;

Na escola em primeiro lugar, no aparelhamento do homem, do lutador, cérebro que pensa e braço que executa e, simultaneamente, de todas as forças produtivas do Estado, das quais a primeira é o saber. Na cultura inteligente da terra sergipana, segundo as suas aptidões; no aperfeiçoamento dos produtos, na sua industrialização, na barateza do transporte, na modificação dos tributos, para que a vida se amenize, os lares sorriam, os corações se desoprimam. E tudo isso quer dizer uma só cousa – instrução, saber independência mental.

Que força evolutiva podem desprender cem alphabetizados, contra 400 mil ignorantes, bisonhos, fatalistas, inertes?!...

Á Sergipe republicano, mais pobre que o monarchico, faltam ainda hoje as condições para a vida autônoma, progressista, que a federação prometeu as antigas províncias, em horizontes amplos e radiosos...

Seus homens de maior cultura vivem noutros Estados, rendendo à terra natal o preito de uma saudade vaga e longínqua; seus meios econômicos são parcos e mal seguros.

Onde pois a salvação?

Na escola e na cultura da terra; no livro e na lavoura ampla e rica; no livro que dá força e saúde ao espírito, e na terra que dá a fartura e a independência” (Andrade, 1931a, p.4-5).

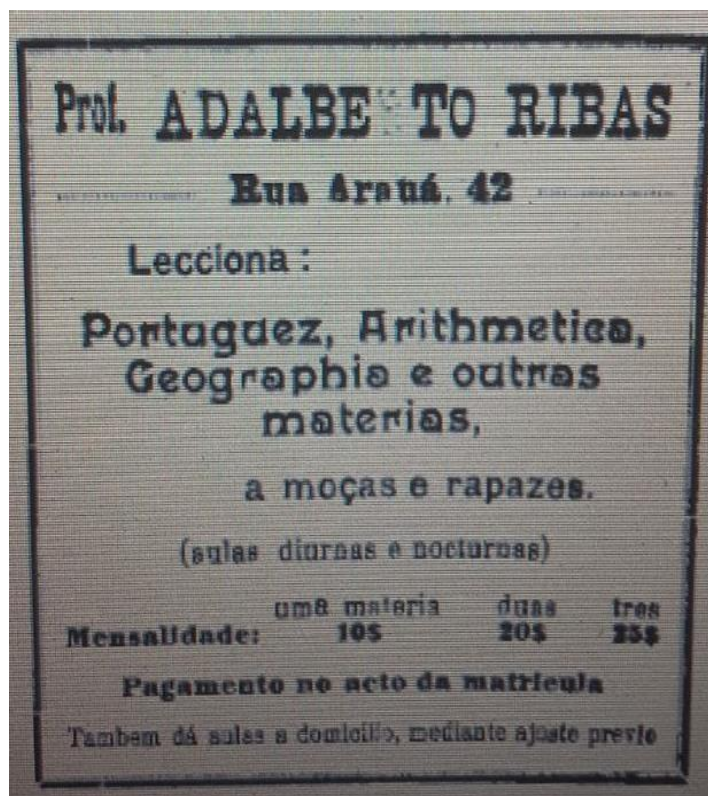
Helvécio de Andrade, homem de seu tempo, descreve o que deve ser feito para que os sergipanos saiam da inércia, da pobreza e da ignorância, segundo ele a resposta



para todos os problemas que acometiam o estado na década de 1930 pautava-se em grande parte da sociedade não possuir o conhecimento da leitura e da escrita, instrumentos ímpares para o desenvolvimento da industrialização. A preocupação do médico com a educação, condicionando-a ao futuro do país é a referência do que se propagava à época: o ensino enquanto salvador da pátria.

Abaixo identificamos mais uma oferta de ensino particular.

**Figura 23** – Prof. Adalberto Ribas



**Fonte:** O Estado de Sergipe, 09/03/1936.

Nesta oferta, o mestre da casa detalha que está disposto a lecionar várias disciplinas, ambos os sexos, em dois turnos e que se necessário pode atender particularmente na residência do aluno. No que tange à ação do professor Ribas, entendemos que a elevada concorrência nos exames e o rito preliminar em aulas particulares preparatórias, tornava educação doméstica um excelente meio para o alcançado sucesso.

As aulas particulares domésticas se constituía numa tática utilizada pelas famílias para que seus filhos pudessem adentrar ao ensino secundário e posteriormente o nível superior, indicavam que a escola pública, apesar de, aos poucos conquistando seu espaço como uma instituição obrigatória e universal, o ensino não formalizado, como a educação domiciliar, ainda era bastante utilizado. De acordo com Bray (2014), o



fenômeno que deixa as práticas não formais de educação à sombra do sistema formal de ensino, relaciona-se com a demora de um país a desenvolver-se economicamente, como o Brasil.

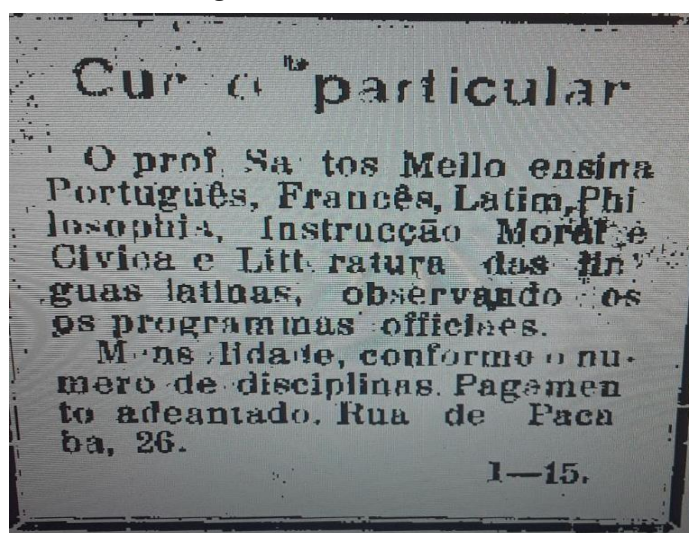
Acerca dessa perspectiva, Azevedo afirma que,

[...] deve-se ter em mente que a República no Brasil não nasceu forte nos meios populares, nem marcada pelo envolvimento de todas as camadas sociais do país, nasceu frágil, brotou como fruto da ação de algumas forças – militares, oligarquia cafeeira e intelectuais positivistas, necessitando de legitimação popular. Essa fragilidade da Celebração do civismo e promoção da educação República era bem conhecida dos adeptos do novo regime; prova disso foi a aceitação da liderança do Exército, por reconhecer que apenas ele teria condições de garantir a instalação e a sustentação da República nascente (AZEVEDO, 2011, p. 100 e 101).

Para Silva apud Abreu e Minhoto (2012), o fato de o nível secundário ter sido formado à imagem do ensino europeu, contribuiu para a enorme defasagem entre o modelo original e o projeto refletido. As grandes diferenças culturais como um [...] “regime de grande propriedade agrícola, a baixa ocupação no interior, a parca concentração urbana, o legado religioso luso-católico, urbanização e industrialização tardias” (p. 45), contribuíram para isso.

Segue abaixo, mais uma oferta de aula particular:

**Figura 24 – Curso Particular II**



**Fonte:** Sergipe Jornal, 26/03/1931.

O professor expõe em sua oferta seguir os programas oficiais de ensino, essa prerrogativa emerge da necessidade de a educação doméstica acompanhar o ensino formal em todas as suas particularidades, ou pelo menos naquelas mais necessárias à

época. Segundo Lima (2018), no Império e início da República, as ofertas de aulas particulares encontradas nos periódicos sergipanos voltavam-se massivamente para a instrução dos rudimentos da escrita e da leitura. Já na nova fase do período republicano, a uniformização do ensino secundário, transformou esse nível de educação imprescindível às classes médias urbanas (GOMES, 2002). Desse modo, os docentes particulares domésticos precisavam acompanhar o novo ritmo da educação no país.

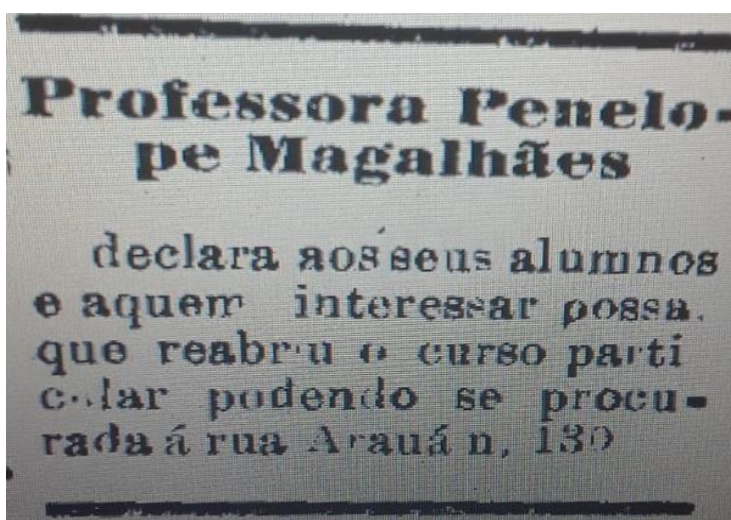
Sobre essa questão, Carvalho declara que na Segunda República,

educar era a aspiração uníssona que se levantava em todos os países. Não bastava, contudo, ensinar: era preciso saber ensinar. Não poderia haver ensino produtivo sem a adoção de métodos que estariam transformando em toda parte o destino das sociedades. A educação do homem moderno exigiria uma soma de conhecimento que resultavam “sinteticamente das nações enciclopédicas hauridas em diversos ramos de estudo”. Como era impossível “ensinar às crianças tudo quanto pode ser necessário à vida”, tornava-se praticável dar à inteligência um grau de maturidade que preparasse suficientemente o homem novo para entrar na vida social “com seguros capitais para o êxito”. Dos métodos bem entendidos e bem praticados é que poderia sair “o cérebro adaptado à conquista da verdade” (CARVALHO, 2000, p. 25).

Percebemos na citação acima o quanto se fazia necessário estar atento ao que acontecia dentro dos muros escolares, dessa forma a confiança no ensino dos professores domésticos seria destaque entre as famílias contratantes.

Logo abaixo, temos mais um anúncio:

**Figura 25** – Professora Penelope Magalhães



**Fonte:** Diário de Sergipe, 05/02/1932.

Destacamos que a professora Penelope Magalhães ao não explicitar o tipo de ensino que irá lecionar, deixa em aberto a escolha e preferências de cada aluno. Ou seja, pode ser que este esteja à procura do ensino primário, ou de uma disciplina específica para os exames de admissão. O fato é que, “os professores se comportavam segundo uma orientação voltada para o cliente quando atuavam fora das instalações escolares e não estavam restritos a níveis de ensino”. (BRAY, 2021, p. 23).

Acreditamos que a falta de restrições explicitada por Bray, demonstra certa segurança e reconhecimento por parte da sociedade, especialmente das famílias contratantes que fazem da educação sombra parte da vida cotidiana (BRAY, 2021).

Já sabemos que o fato de o Estado deixar de financiar, monitorar e fornecer o ensino de forma adequada, permitia que as formas de educação não estatais se multiplicassem e se desenvolvessem analogicamente às instituições formais. De acordo com Bray (2014), esses sistemas de aprendizagem informais resistiam por quatro razões:

em primeiro lugar, as explicações<sup>36</sup> só existem porque existe um sistema formal de ensino; em segundo lugar, esta —educação na sombra imita o sistema formal de ensino — muda em tamanho e orientação como o sistema formal; em terceiro lugar, em quase todas as sociedades é dada muito mais atenção pública sistema formal do que à sua sombra; e, por último, as características da —educação na sombral são muito menos claras do que as do sistema formal (p. 1-2).

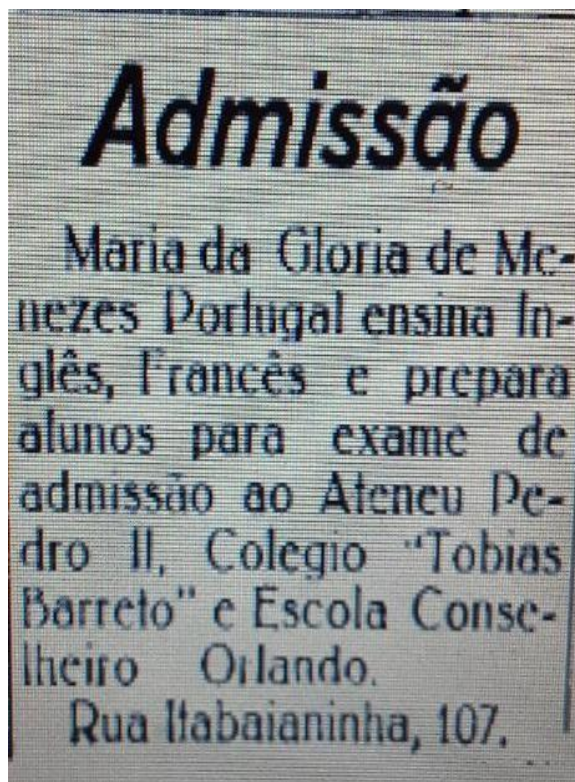
Assim, para o autor, a educação que ocorria à sombra dos sistemas formais de ensino somente foi capaz de permanecer durante muito tempo nas sociedades devido a demanda e oferta que interagem constantemente “quando a demanda cria a oferta e, em certa medida, a oferta cria a demanda.” (Bray, 2021). Ainda segundo o autor, isso explicaria a razão pela qual essa prática não ocorre em todos os lugares do planeta e, em muitos deixaram de existir.

Veremos abaixo, mais um anúncio:

---

<sup>36</sup> A nomenclatura para esse tipo de ensino, de acordo com Bray (2021), varia de acordo com cada cultura a qual está alocada. Explicações, educação doméstica, lições particulares, cursos particulares, etc.

Figura 26 - Admissão



Fonte: O Estado de Sergipe, 04/01/1936.

Vemos no anúncio acima, mais uma oferta de preparação para os exames de admissão do secundário, mas, ao oferecer também, aulas de preparação para adentrar ao Colégio Tobias Barreto e a Escola Conselheiro Orlando. O primeiro era uma das poucas escolas de ensino secundário no estado, a localização (próximo à casas de famílias abastadas), o prestígio social (alunos que de lá saíam e formavam-se em instituições de ensino superior do país) e, uma escolade instrução militar exclusiva em seu interior (CONCEIÇÃO, 2020). A segunda, oferecia curso profissionalizante para ingresso no comércio. Ambas, faziam parte do plano governamental de estabelecer um futuro contíguo para a economia brasileira através da industrialização imediata do país.

De acordo com Gomes (2002), ao lado do ensino secundário, clássico e científico, emergem diversos cursos profissionalizantes, voltados para os jovens que não conseguiam aprovação para o secundário ou educação superior. “[...] esse ensino profissionalizante era destinado aos jovens menos abastados, ficando proibido aos estabelecimentos que o ministravam usar as denominações ginásio e colégio” (p. 422).

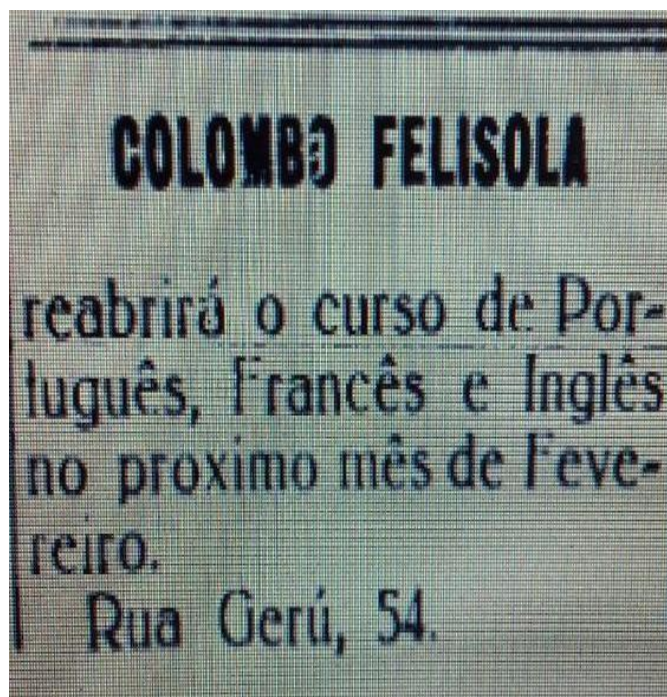
A afirmação da autora nos leva mais uma vez a refletir sobre o rigor dos exames, dos métodos de avaliação e do extenso programa a ser seguido no nível secundário.



Realmente, ele não destinava-se a maioria da população brasileira, pobre e analfabeta.

Segue abaixo, mais um anúncio:

**Figura 27** – Colombo Felisola



**Fonte:** O Estado de Sergipe, 24/01/1936

Na oferta do professor Colombo, percebemos a continuação do padrão de aulas particulares domésticas. Um dos motivos expostos por Bray para que o ensino da sombra seja constituído pelas permanências, diz respeito ao fato de que ela nesse período,

se torna necessária para ingressar nas instituições mais prestigiosas. Neste processo, exames altamente rigorosos elevam a procura em pontos de gargalo do sistema educativo. Nos níveis mais altos estes exames determinam quem pode prosseguir na trajetória educativa e quem deve sair. Nos níveis mais baixos, os exames são parte da seleção: os indivíduos permanecem nos sistemas educativos, mas entram em instituições com maior ou menor prestígio de acordo com os seus escores<sup>37</sup>

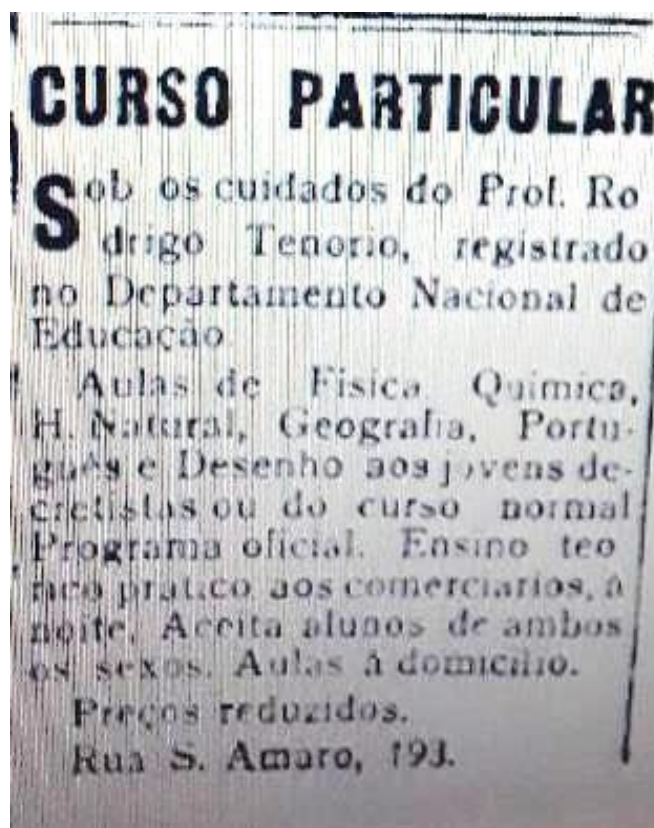
Além do mais, segundo Bray (2021), a razão que fazem as mesmas disciplinas quase sempre aparece nas ofertas, se deve a prerrogativa do que é cobrado nos exames. De acordo com o autor, mesmo em diferentes contextos sociais e culturais, percebe-se que as matérias mais procuradas são matemática e línguas estrangeiras. “Isto em parte ocorre porque elas são disciplinas nucleares dos exames e, também em parte, porque facilitam o aproveitamento em outras disciplinas.” (p. 28).

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 28.

Observemos abaixo, mais um anúncio:

**Figura 28** – Curso Particular III



**Fonte:** O Estado de Sergipe, 23/04/1939.

A oferta do professor Rodrigo condiz com a afirmação de Bray, já que a educação doméstica se torna a chave do sistema educativo da década de 1930. O desenvolvimento do ensino que ocorre à sombra das instituições formais de educação é atribuído primordialmente à inabilidade do Estado em “atender às necessidades únicas de cada estudante”. (BRAY, 2021, p. 29). Assim, o fomento desta prática nos primeiros 10 anos da Segunda República, com aulas “teóricas e práticas”, promovera efeitos sobre a performance acadêmica dos alunos de forma positiva, ao passo que oferecia meios valiosos para a obtenção de um bom desempenho no mercado de trabalho.

- **A cultura dos exames de admissão ao secundário e a oferta da educação doméstica em 1940**

A década de 1940 instaura no país uma forte tendência de modernização no país. Ao mesmo tempo é possível verificar resistências a esse processo, algo que se expressa claramente no perfil conservador da Reforma de Gustavo Capanema para o ensino

secundário (1942). A assimilação dos valores tradicionais, na nova Reforma do secundário se mostra eficiente para conservar hábitos que destoam dos reclamados pela sociedade moderna

Compreendemos que as relações educacionais deste período, historicamente estiveram intimamente relacionadas ao desenvolvimento econômico, à acumulação do capital e à formação da sociedade urbano-industrial eminente, esta por sua vez, marcada “pela ausência de escolarização e, promotora de uma forte exclusão social, iniciada pela exclusão do próprio mercado de trabalho” (GOMES, 2002, p. 437). As políticas públicas voltadas para a educação escolar sempre estiveram atreladas às cobranças da classe dominante, detentora dos meios de produção. Fato esse que impunha ao ensino, a subjugação dos interesses desses grupos sociais que, quase sempre se evidenciava nas decisões legislativas do poder governamental. Muitas vezes camuflado sobre discursos de modernização e industrialização, a evolução da educação brasileira pautou-se de discordâncias e compreensões críticas ao longo do tempo.

Além disso, a configuração do ordenamento educacional, fomentou a formação das classes sociais e do capitalismo no país. Neste sentido, o desenvolvimento da educação no Brasil, deve ser compreendida como herança cultural do sistema de exploração herdados da colônia, conservados no período Imperial e disseminado nas primeiras décadas da República.

Como já exposto anteriormente nesta tese, a dualidade educacional do país, especialmente na Segunda República, marco temporal deste estudo, tinha como fator determinante o sistema econômico. Em meio aos acontecimentos políticos do começo da década de 1940, o abismo escolar entre a sociedade acaba por se intensificar, tornando cada vez mais distante a premissa dos “Pioneiros da Educação”, de uma escola única, laica, obrigatória e gratuita.

Os pioneiros da educação, se constituíram num grupo formado por educadores e intelectuais brasileiros, reformadores de uma Ideia Nova, por uma Escola Nova. Ainda na década de 1930, redigiram e assinaram um documento, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual propunham uma reconstrução educacional no Brasil.

Mas, para essa reconstrução que esteve sempre emperrada em entraves de ordem organizacional e prática, entre escola pública, escola particular e, podemos também inserir nessa disputa, o ensino doméstico que, desenvolvendo-se à sombra das instituições escolares reconhecidas pela população, fatores determinantes precisavam acontecer.

Para a educação doméstica, esses serão tempos de firmar-se como aquela que tenta, em certos momentos, proporcionar aos menos desafortunados socialmente, uma chance de ingressar numa escola profissionalizante, deste modo, é possível identificar uma certa quebra de padrão desta prática de ensino com a época da colônia, do Império e início da República. Mais adiante, versaremos mais sobre esta questão.

Fato é que, o antagonismo entre as instituições de ensino e as iniciativas particulares de educação, algo herdado historicamente desde a colônia, encontra no início dos anos 40 dos noventa, mais precisamente, nos três últimos anos do Estado Novo, o momento perfeito para despontar. Começando com a elaboração de quatro leis, conhecidas como “orgânicas do ensino” (explicitadas anteriormente nesta tese) e, posteriormente, promulgadas pelo então ministro Gustavo Capanema.

Com exceção da Lei que estabeleceu a organização do ensino secundário, percebemos que outros três Decretos estabelecem medidas de desenvolvimento das forças produtivas industrial e comercial, nas palavras do próprio ministro “criar um exército de trabalho para o bem da nação” (CAPANEMA, 1942 apud CUNHA e FERNANDES, 2012, p. 852).

Todavia não basta apenas formular leis, subsídios para que elas possam ser aplicadas torna-se fundamental. Para Freitag (2005), a materialização da legislação enquanto uma estratégia política, implica na implantação de estratégias bem definidas e da participação coercitiva de todos os atores envolvidos nesse processo.

[...] o Estado, depois de formular as leis ao nível da sociedade política, se encarrega também de sua materialização na sociedade civil, fazendo com que haja as condições materiais e pessoais de sua implantação e que a mesma concepção do mundo absorvida em lei agora se reflita nos conteúdos curriculares, na seriação horizontal e vertical de informações filtradas, na imposição de um código linguístico (o das classes dominantes), nos mecanismos de seleção e canalização de alunos, nos rituais de aprendizagem impostos ao corpo discente pelo corpo docente etc.<sup>38</sup>

Os mecanismos de seleção citados pela autora e, aplicados sob a forma de legislação, sobretudo a partir de 1940, preocupa-se em formar cidadãos distintos: uns voltados para o título acadêmico, afim de propagar sua função hegemônica na sociedade; outros para formar “o exército industrial de reserva”, seguindo a ordem de demanda da época (FREITAG, 2005).

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 74.



Nestes termos, a educação doméstica nos anos 40 dos novecentos passa a desenvolver-se seguindo as orientações legais que disciplinavam a educação formal que, como mencionado anteriormente, estavam voltados para a escolarização secundária e os ensinos comerciais e profissionais. Para Medeiros Neta et. al. (2018), questões de cunho político determinaram que para as classes mais pobres, carecem de trabalho manual e de serviços práticos e técnicos. Deste modo, segundo os autores, na história da sociedade brasileira, “o trabalho manual acabou sendo destinado às classes menos favorecidas economicamente [...] enquanto o trabalho intelectual era reservado aos homens livres, pertencentes à elite [...]” (p. 224).

Segundo Romanelli (1999):

o secundário foi designado para formar os dirigentes da nação, já os ramos da educação profissional foram constituídos para os seguintes setores da produção: a) primário, para o ensino agrícola; b) secundário para o ensino industrial; c) terciário para o ensino comercial e o d) ensino normal para a formação de professores (p. 154).

Para a referida autora, a partir de 1942, mudanças na configuração do ensino profissional para uns e ensino secundário e superior para outros, devido aos seguintes Decretos-lei<sup>39</sup>:

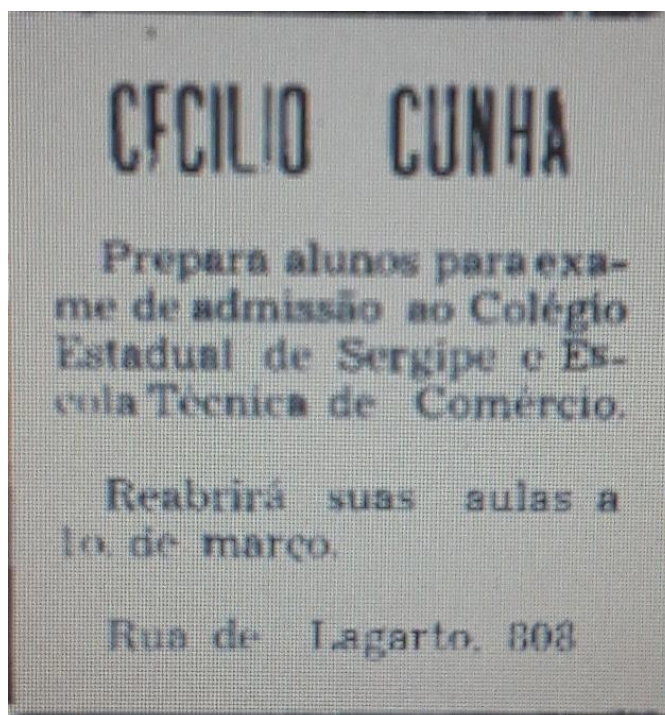
- Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942, que estruturou o ensino industrial; b) Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; c) Decreto-lei nº 4.244 de 9/04/1942, que regulou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; d) Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943, que reestruturou o ensino comercial<sup>40</sup>

Assim, os docentes que anunciavam nas páginas dos jornais sergipanos seguiam as exigências estabelecidas pela ascensão de uma dessas vias: ensino profissional ou ensino secundário.

Veremos a seguir, uma oferta de ensino doméstico nesses moldes:

<sup>39</sup> Alguns deles já foram referenciados nesta tese.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 154

**Figura 29** – Cecílio Cunha

**Fonte:** Sergipe Jornal, 08/01/1941.

Neste anúncio, o professor Cecílio Cunha expõe que a criteriosa admissão ao ensino secundário se regulava na avaliação realizada antes da entrada neste grau. O nível de exigência do concurso para aqueles que tiveram um curso primário deficiente, acarretava num fracasso quase inevitável. De acordo com Freitag (2005):

(...) as escolas técnicas vão ser “a escola para os filhos dos outros”, ou melhor, a única via de ascensão permitida ao operário. Que essa via é falsa e se revela um beco sem saída, está implícito na especificidade dessa escola. Pela equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria nesse mesmo nível uma barreira quase que intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do mesmo. Assim, a criança pobre, incapaz de pagar as taxas de escolarização cobradas pela rede, não pode seguir estudando (p. 94).

A impossibilidade de participar dos exames de entrada no Colégio Estadual de Sergipe, restava aos socialmente marginalizados, os cursos profissionalizantes. De acordo com os estudos de Alves (2016), no início da década de 1940, as instituições sergipanas subdividiam-se em pré-primária, primária e secundária. Três eram instituições de ensino secundário: Instituto Pedagógico Rui Barbosa (Curso Normal), a Escola Técnica de Comércio de Sergipe e o Atheneu Sergipense. Ou seja, havia apenas uma opção para este público.

Vejamos o que diz Gramsci (1982) acerca dessa prerrogativa:

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática (p. 54).

Neste sentido, lecionar particularmente disciplinas isoladas e/ou técnicas de passagem em concursos públicos e de cursos profissionalizantes, torna-se uma excelente fonte de renda para os professores sergipanos que, anteriormente dedicavam-se especialmente, ao ensino da instrução das primeiras letras.

Acerca dessa mudança, Patto (1993), indica que após a instauração do Estado Novo, o país vive um furor de contradições devido a imitação do estrangeiro que, de forma passiva, se instalou no país desde a colônia. Ainda de acordo com a autora, as incoerências no sistema de educação, enraizado na sociedade brasileira, distinguia duas escolas, numa delas tinha o intuito de trabalhar a mente do aluno, a outra, objetivava o exercício das mãos. Essa dualidade mostrava que no Brasil a população era dividida em duas: uma trabalhava e produzia e a outra se deleitava e contemplava, tudo, segundo a autora, com o propósito de manter os preconceitos anteriormente adquiridos.

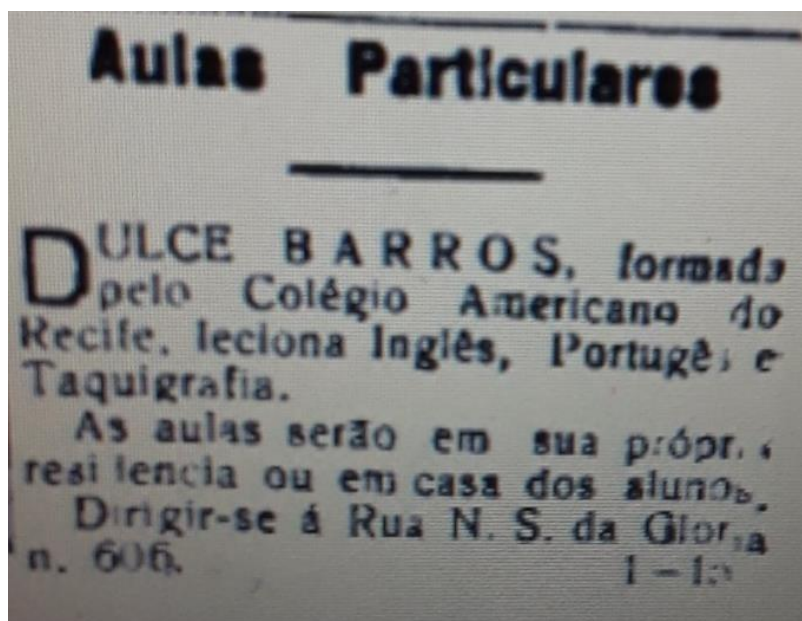
Assim, a tendência democrática supostamente instaurada após o período estadonovista, torna-se impossível de alcançar, já que, para a mesma autora, mesmo com atitudes de compensação, os indivíduos menos favorecidos socialmente já nascem fadados ao fracasso<sup>41</sup>

Observemos abaixo, mais um anúncio encontrado nas páginas de um jornal sergipano na década de 1940:

---

<sup>41</sup> Ibidem

Figura 30 – Dulce Barros



Fonte: Sergipe Jornal, 14/01/1941.

Identificamos nesta oferta algo que será fundamental para que entendamos a forma intrínseca em que as disciplinas ministradas pelos professores no curso de 1940 e a política econômica e social desse mesmo período imbricavam. Como já mencionamos no primeiro capítulo desta tese, a importância de se compreender a história de uma sociedade, de uma época ou, neste caso de uma prática educacional culturalmente acomodada em uma região, torna-se ímpar quando contada a partir da vida política vivenciada nos anos aqui descritos. Não só isso, mas toda a conjuntura socialmente estabelecida no passado.

Percebamos que Dulce Barros propõe o ensino das matérias Inglês e Português. Esta primeira, em voga nos anos 1940, foi fortemente incentivada pela II Guerra Mundial e a tendência americanizada que o Estado Novo trouxera. Getúlio Vargas que, desenvolvera em sua gestão o sentimento do nacionalismo no país e, o combate ao estrangeirismo, principalmente no âmbito educacional, aproximava-se com entusiasmo dos Estados Unidos.

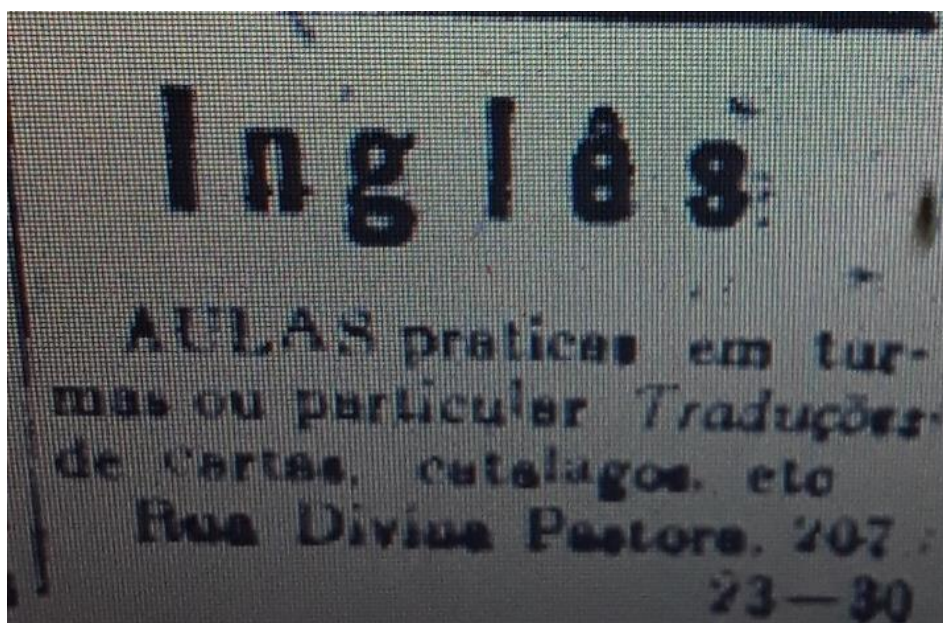
Corroboramos com Carvalho (1990), sobre a busca pelos modelos de outros países. Acerca disso, ela afirma que:

o fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular. Que ideias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora. (p. 22).

O sucesso cada vez mais evidente de sua economia, acentuado com as exportações no Estado de Guerra, era o modelo a ser copiado pelas nações menores (SOLA, 1989). Em Sergipe, o americanismo torna-se mais evidente com o naufrágio das embarcações na costa local.

Assim, a referida docente e, tantos outros anunciantes se valeram desta estratégia, como veremos a seguir.

**Figura 31 - Inglês**



**Fonte:** Sergipe Jornal, 18/01/1945

A partir deste anúncio, reforçaremos a afirmação exposta anteriormente, acerca da exaltação das aulas de línguas estrangeiras, mediante a efervescência da nação americana através das palavras proferidas em alguns jornais do estado após a derrocada das embarcações e da entrada do Brasil em Estado de Guerra contra a Alemanha, a Itália e o Japão, países do “Eixo”.

Além do mais, a oferta do professor que preferiu não se identificar, é coerente com o que pregava a Reforma do Secundário, pois, o estudo de línguas estrangeiras fazia parte do Programa de Ensino.

Assim estruturava-se o 1º ciclo do Secundário:

Art. 10. O curso ginásial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas:

I. Línguas:

1. Português.

2. Latim

3. Francês.
4. Inglês.
- II. Ciências:
5. Matemática.
6. Ciências naturais.
7. História geral.
8. História da Brasil.
9. Geografia geral.
10. Geografia do Brasil.
- III. Artes:
11. Trabalhos manuais.
12. Desenho.
13. Canto orfeônico (BRASIL, 1942).

Já no 2º ciclo, as matérias eram:

Art. 12. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes:

- I. Línguas:
1. Português.
2. Latim.
3. Grego.
4. Francês.
5. Inglês.
6. Espanhol.
- II. Ciências e filosofia:
7. Matemática.
8. Física.
9. Química.
10. Biologia.
11. História geral.
12. História do Brasil.
13. Geografia geral.
14. Geografia do Brasil.
15. Filosofia.
- III. Artes:
16. Desenho (BRASIL, 1942).

Como é possível observar acima, a necessidade de conhecer não apenas uma, mas três ou quatro línguas, a exigência oportunizava aos professores que dominavam outras línguas a ofertar seus serviços.

Desse modo, a seleção educacional e social proveniente da frequência em aulas particulares domésticas, passa a ser critério legítimo de incitação ao mérito pessoal, ou seja, a demanda por rendimento (PATTO, 1993).

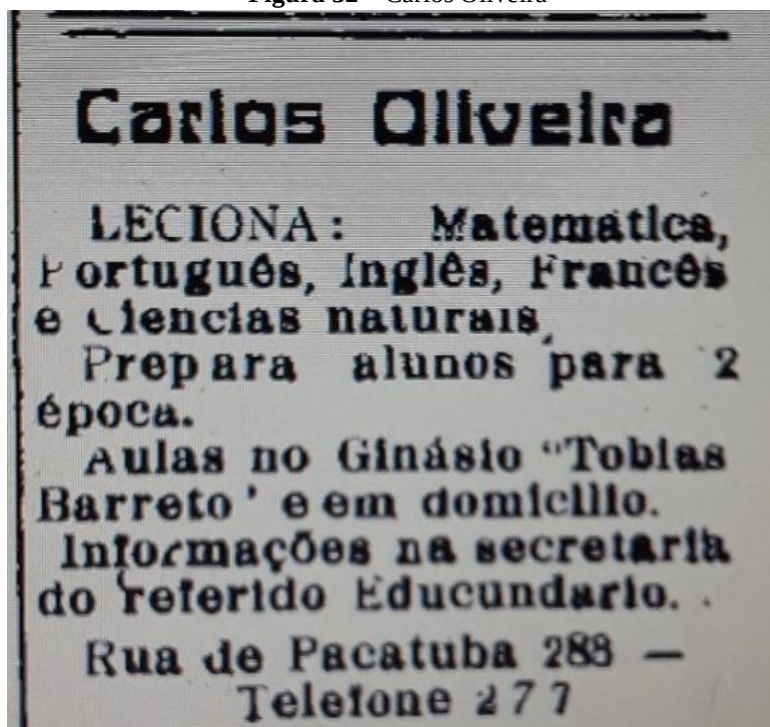
Temos abaixo, mais uma propaganda de aulas particulares em casa, sendo que neste, especificamente, percebemos uma tendência comumente utilizada pelos colégios



que ministravam o Ensino Secundário no estado, como foi o caso do Ginásio Tobias Barreto, localizado na capital Aracaju.

A seguir vemos mais uma oferta de ensino:

**Figura 32** – Carlos Oliveira



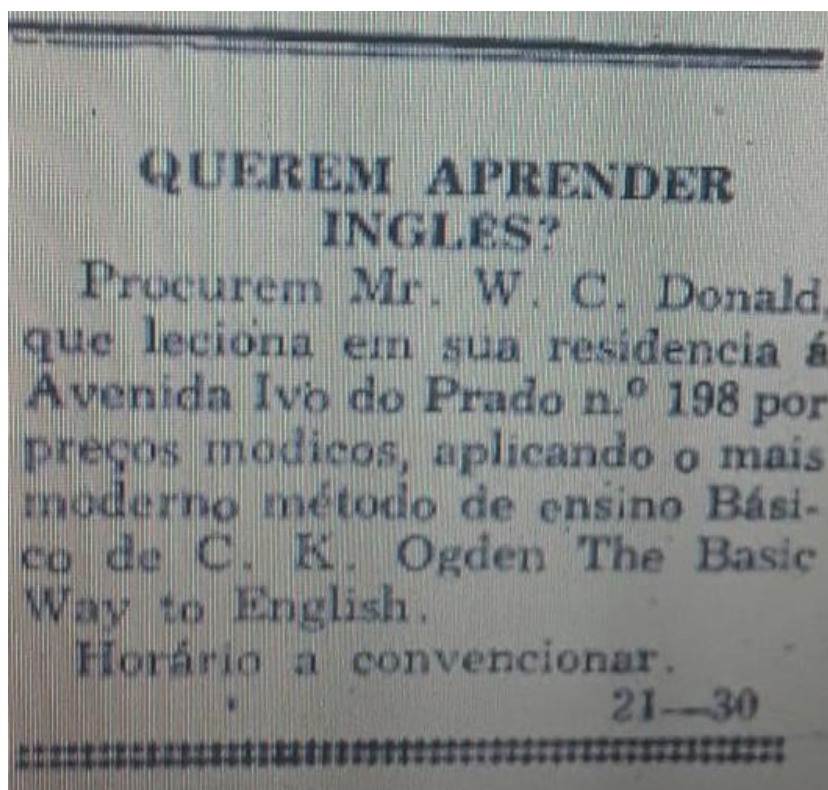
**Fonte:** Folha da Manhã, 09/01/1943

Reparemos que o professor Carlos Oliveira, se oferece para ensinar “em domicílio” e no Ginásio Tobias Barreto. Deduzimos que ou o ofertante acumulava o cargo de funcionário do Colégio e, concomitante a isso lecionava particularmente com o objetivo de complementar a sua renda (algo comum entre os docentes), ou, o “Educandário” possuía um sistema de reforço particular àqueles que iriam prestar os exames finais.

Essa prática de exercer a função docente particularmente, na instituição em que o mesmo possui vínculo empregatício e, no turno inverso ao do ensino regular, fora denominada por alguns pesquisadores da educação como “Explicações”. Esse modo de reforçar disciplinas, foge ao intuito deste trabalho, que é a educação na casa, do educando ou do educador, contudo, este achado faz com que reafirmemos a crença no sistema educacional paralelo à instrução regular e ainda, sob o conhecimento e convivência da sociedade da época.

A seguir, vamos prestar atenção a mais uma oferta de ensino doméstico:

**Figura 33** – Aprender Inglês



**Fonte:** Diário de Sergipe, 03/01/1948

Neste anúncio em questão, o professor faz uso de uma linguagem mais formal para impressionar os leitores da coluna jornalística. Usando inclusive, a propaganda de um método de ensino da língua inglesa criado na década de 1930.

Para os professores que atendiam em domicílio, manter-se atualizados acerca das exigências educacionais do momento, fazia toda a diferença. Além do mais, a percepção de que o uso de métodos modernos angaria mais alunos, os proventos deste trabalho também seriam maiores.

A reconfiguração da educação doméstica em Sergipe, agora voltado para o ensino de línguas estrangeiras, demanda também um ideário político transvestido de desenvolvimento socioeconômico e cultural, assim, os espaços de ensino particular doméstico, desenharam-se como,

espaços abertos a múltiplas leituras, as escolas graduadas podem também ser pensadas como instituições educativas que embora revelem a implementação de um ideário político, não se adequaram às condições financeiras e até culturais das cidades onde foram implantadas, ficando assim à sombra de outros modelos de escola,

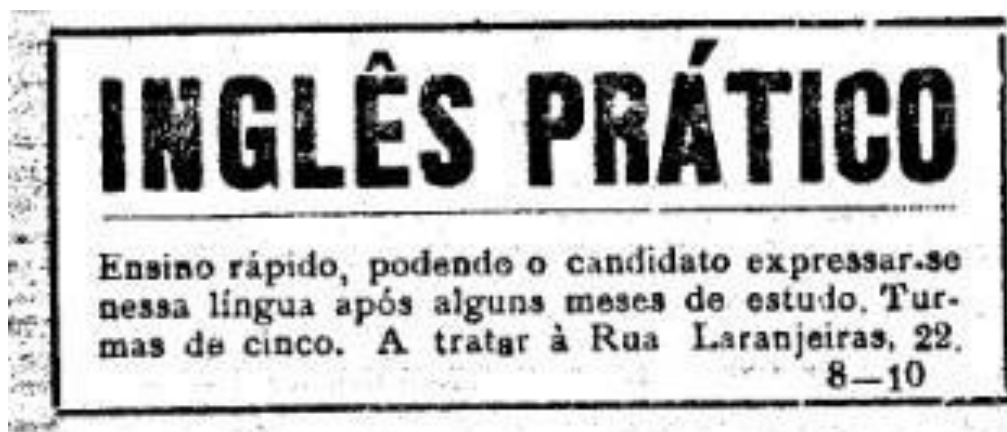


muitas vezes ultrapassados, simples e precários (SANTOS, 2016, p. 122).

Neste sentido, segundo Gomes (2002), mesmo a redemocratização de 1945 e as transformações então ocorridas no sistema educacional, não alteraram algumas das características originais e básicas de sua concepção (da educação brasileira)” (p. 422). De acordo com nossas pesquisas, ao permanecer presente no cotidiano da população sergipana na década de 1940, a educação doméstica torna parte integrante do sistema educativo, inserida em um contexto em que se cruzam os desejos dos alunos e pais, a ineficiência da escola, os baixos salários dos professores e as visões culturais de uma sociedade arraigada em princípios tradicionais.

Abaixo, temos mais um exemplo deste tipo de oferta:

**Figura 34 – Inglês Prático**



**Fonte:** Diário de Sergipe, 26/03/1947.

‘De acordo com Bray (2021), a falta de professores especializados nas escolas faz com que os alunos precisem ‘achar meios alternativos para aprendê-las ou efetuar pagamentos a particulares, ou então, como consequência, falhar nos exames” (p.21). Notamos então, que o docente que oferta sua aula doméstica de Inglês, garante uma aprendizagem eficiente e rápida, aparentando ser alguém especializado na língua inglesa e, com isso, atraindo estudantes.

Vejamos mais uma oferta nesses moldes:

**Figura 35** – Francisco Portugal



**Fonte:** Sergipe Jornal, 19/03/1947

Mais uma vez, a presença do ensino de língua se faz presente em um anúncio de aula doméstica<sup>42</sup>.

Neste recorte, vemos também a oferta de “escrituração mercantil” e preparatório para concurso do Banco do Brasil. A partir de 1940, começamos a identificar cada vez mais nas páginas dos jornais, avisos sobre a realização de concursos, demonstrando cada vez mais que, o mecanismo de seleção entre as classes se fazia presente na República, mas, assim como nos exames de admissão, camuflada sob a roupagem de meritocracia.

Para Bray (2021), as novas exigências na década de 1940, são movidas não apenas pela crescente industrialização do país, mas também, visa atender à economia em ascensão, pois,

o mercado em certa medida emite sinais sobre o que as famílias desejam e mesmo sobre o quanto desejam pagar. Já que o setor comercial tem maior flexibilidade do que a escolarização, os empresários podem situar-se na fronteira do avanço da inovação durante tempos de mudança, além de oferecer sinais sobre o conteúdo e abordagens que o setor escolar também deve considerar. [...] Os

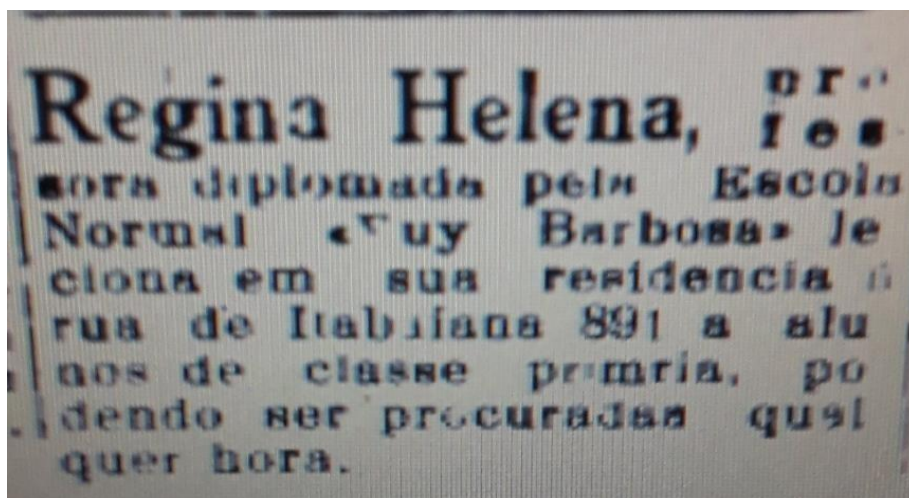
<sup>42</sup> Francisco Portugal, ilustre professor sergipano na década de 1940 e, de acordo com Machado (2007), um autodidata pois, aprendera sozinho os idiomas que ensinava particularmente. Poliglota, o mestre também lecionava em colégios da capital.

empresários, na sua busca por nichos de mercado, procuram novos meios de atender aos seus clientes (p. 60).

Nesta perspectiva, a educação doméstica em Sergipe, não apenas apresenta novos contornos a partir de 1940, como também, as escolas e o ensino profissionalizante tornam-se centrais no processo de seleção e alocação das pessoas em diferentes ocupações, isto é, no Brasil em vias de industrialização.

A seguir temos mais um anúncio de educação doméstica:

**Figura 36 - Regina Helena**



**Fonte:** Sergipe Jornal, 03/01/1941

Vemos que esta oferta, foge à padronização do ensino de língua, ou de preparação para o secundário. Observemos, porém, que ele foi exposto no início da década de 1940 e, sabe-se que a partir de 1930, a procura por aulas domiciliares de ensino primário vai diminuindo. Os balanços que se fazem das políticas educacionais nos anos 40, notam escassas melhorias e “mesmo alguns retrocessos no ensino, primário em especial, embora tenha havido crescimento físico da rede de escolas secundárias, profissionais e superiores, até então praticamente inexistentes” (GOMES, 2002, p. 422).

Uma dessas políticas educacionais foi a promulgação do Decreto-Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946. Dentre outras entrâncias, estabelecia que:

Art. 10. O ensino primário fundamental deverá atender aos seguintes princípios:

- a) Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses naturais da infância;
- b) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos;

- c) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização;
- d) desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
- e) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem estar individual e coletivo;
- f) inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento da unidade nacional e da fraternidade humana (SERGIPE, 1946).

Ora, mesmo com todo o discurso urbano-industrial desenvolvimentista em Sergipe, para Santos (2016), a realidade educacional vivenciada pelos sergipanos era diferente. No interior do estado, a prática de contratar indivíduos que sabiam o ínfimo indispensável para atuar como professores primários fora uma tática política corriqueira que tentava acolher a uma “necessidade de mão de obra que deveria responder à demanda resultante da expansão das escolas primárias” (p. 143). De acordo com o anúncio visualizado acima, sabemos que essa indigência não se restringia ao interior. A professora ofertante, sabia da demanda, portanto, ofertava seus serviços.

Ainda que a Constituição de 1946, exibisse novas alterações para o ensino primário, as prerrogativas antigas se sobressaíam, já que a Carta,

manteve a obrigatoriedade do ensino primário (de quatro anos) e trouxe de volta o preceito de que a União e os estados deveriam aplicar um percentual de seus recursos em educação, o que havia sido suprimido pela Constituição outorgada de 1937. Esse fato fortaleceu as determinações de um ensino primário oficial gratuito e obrigatório e também o compromisso dos poderes públicos de atuar nos diferentes níveis de ensino (GOMES, 2002, p. 425).

Um dos compromissos do Estado para com a educação ao fim do Estado Novo ainda se pautava no poder de transformação social da educação e, na perspectiva de abandonar de vez as velhas práticas particulares de escolarização. Essa esperança iria adiante apenas após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. Até lá, a década de 1950, seria palco de embates e debates sobre uma nova política de educação. Algo que veremos nos próximos capítulos.

#### • Os anúncios na década de 1950 e a industrialização

Segundo o recenseamento de 1950, Sergipe contava com 644.361 habitantes e, a maioria da população ainda vivia na zona rural. Nesse contexto as necessidades educacionais e o panorama dual entre ensino secundário e superior x ensino técnico e

profissionalizante inaugurado na década anterior, aos poucos atrelam-se a novas referências nacional-desenvolvimentistas.

Passados oito anos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, a crescente industrialização do país, e a ideia de progresso, permaneciam sendo o escopo da política educacional inaugurada anos antes. A elitização do Ensino Secundário também, continuava formando jovens para o Ensino Superior. De acordo com Xavier apud Braghini (2005):

as mudanças introduzidas [nos anos 1950] nos meios de comunicação e na industrial e a consequente generalização do modelo urbano de vida, com as ilusões de progresso e com suas mazelas, ampliaram as expectativas de ascensão social pela educação. A formação de uma população marginal nas grandes cidades e a necessidade de sua integração à sociedade urbana e industrial imprimia à educação escolar não só o atributo de direito a todos, mas, sobretudo, o de necessidade de todos (p. 7).

Para a autora, a busca por ascensão social, sobretudo na década de 1950, aliada a máquina persuasiva e discursiva da industrialização, fazia com que a sociedade refletisse cada vez mais acerca dos problemas educacionais do país. Corroborando com essa ideia, Carvalho (1989), argumenta que a adaptação da educação ao meio urbano, visava criar disciplinamento para o mundo da fábrica, por isso havia grande expectativa para a diminuição do analfabetismo no país que, segundo a mesma autora, ainda assolava metade da população na década de 1950.

Para os sergipanos, o analfabetismo, cotidianamente gerava entraves na procura pela modernização do estado, porém, ao que parece a escolarização da população não constava entre as prioridades dos governantes que, como já citado anteriormente, viviam em uma luta eterna dentro e fora de seus partidos políticos. Desse modo, a substituição do modelo agroexportador pela produção de bens de consumo, teria que esperar um pouco mais. Para Dantas (2004, p.83), na década de 1950, “o processo de industrialização praticamente não se reproduziu no Estado” e, esse era o principal objetivo das classes sociais da época.

De fato, o alicerce ao qual o Brasil se apegava era a eminência do capitalismo aliado a crescente industrialização. Com essa expectativa, recursos de ordem educacional, começam a ser pensados com um pouco mais de afinho se comparado às décadas anteriores. É nesse momento que o processo de intelectualização de determinada parcela da sociedade começa a tomar forma para, posteriormente findar na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961.

Segundo Gramsci (1982),

o desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana. (p.118).

O novo tipo de intelectual ao qual Gramsci se refere, nada mais é que a legitimação de atores sociais capazes de contribuir com o progresso do país, seja ele na ciência, ou seja, atuando nos estratos mais elevados do mercado de trabalho, ou, na realização de tarefas braçais que, necessitem pouco de sua mente pouco intelectualizada. Neste caso, sabemos a que público se designam tais ocupações!

E, para que o objetivo de intelectualizar o homem brasileiro pudesse ser formado, projetos em âmbito federal, foram desenvolvidos: Em 1951, a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o de reformulação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). Sem desmerecer de forma alguma esses feitos, principalmente porque eles foram fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil, mas, nota-se que fora algo pensado para o nível superior, antro da intelectualização através da ciência. Desse modo, o Ensino Primário, permanecia sem grandes planos de melhoria.

E, apesar de o Ensino Superior estar galgando cada vez mais espaço entre as instituições educacionais em Sergipe, faltava certa coesão entre os níveis de ensino presentes no estado. De acordo com Dantas (2004), Arnaldo Rolemberg Garcez, que assumira em 1951 o governo sergipano, tivera certa sensibilidade na área da educação pois, apoiara a criação da Escola de Serviço Social e escolhera nomes sensatos para cargos de administração do ensino. Ainda assim, muito estava por ser feito para que a o número de pessoas sem capacidade de letramento e leitura diminuíssem.

A demora em estabelecer uma política educacional séria e efetiva, continuava dando margem para o ensino da casa se perpetuar. Como vimos, nas décadas anteriores a 1950, o hábito de ofertar em jornais, o serviço de lecionar particularmente na própria residência ou na moradia do aluno, continuava.

Durante a década de 1940, vimos a predominância do ensino de línguas estrangeiras nos anúncios dos mestres. Com o término da II Guerra Mundial e, o início da Guerra Fria e a corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética, despontava em todo o mundo uma busca implacável pela industrialização, pelo

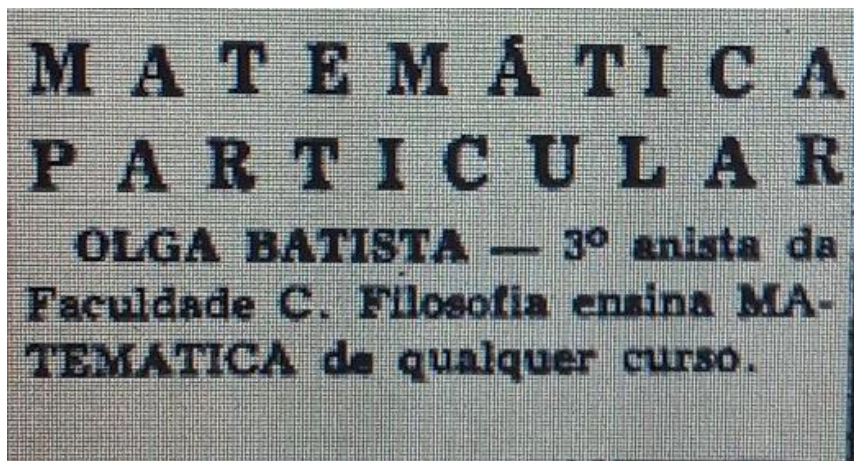
desenvolvimento de máquinas, por inovações tecnológicas e científicas. Nas palavras de Basbum (1968), inicia-se a partir daí “a grande invasão imperialista americana”, transvestida em investimentos industriais.

Este era o mundo moderno, voltado para as rápidas mudanças, dominado por técnicas inovadoras, dinâmico, desenvolvimentista. É claro que o ensino deveria seguir os mesmos padrões encomendados nesta década e, isso pode ser visto nas ofertas da educação doméstica nas páginas dos impressos sergipanos a partir de 1950

Dos recortes encontrados, a maioria se encaixava na categoria de ensino da Matemática. Ora, o desenvolvimento da indústria atrelava-se à aprendizagem das ciências, neste caso, das exatas e, do senso prático que ela trazia consigo.

Observemos um dessas ofertas:

**Figura 37 - Matemática**



**Fonte:** Correio de Aracaju, 07/01/1954

Percebemos que o cenário de crescimento industrial, trouxe para aqueles que lecionavam em domicílio, adaptações necessárias à nova realidade apresentada no país. Além disso, muitos professores dessa disciplina, envolveram-se em um movimento internacional de Matemática Moderna (MMM)<sup>43</sup>.

Olga Batista, acadêmica da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFSE), achava-se preparada para pôr em prática o que estava aprendendo durante as aulas neste estabelecimento. A FCFSE, de acordo com Bretas e Oliveira (2014), fora inaugurada em 1951, com o intuito de formar professores para atuar no ensino primário e no curso ginasial. A “3º anista”, visando atender os novos requisitos educativos da época, se

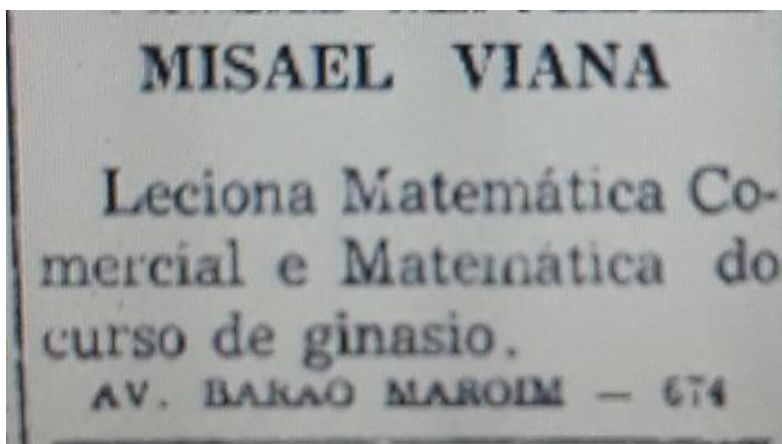
<sup>43</sup> Acerca desse movimento, consultar a obra: “História do Ensino da Matemática: uma introdução” de Maria Laura de Magalhães Gomes, 2013.



insere no projeto brasileiro de que, resultados são importantes, mas, o acesso a níveis de ensino subsequentes e ao ensino superior torna-se o grande trunfo dessa sociedade industrializada (BRAY, 2004).

Vejamos mais um anúncio:

**Figura 38** – Misael Viana



**Fonte:** Correio de Aracaju, 21/01/1952

Percebemos que Misael Viana, assim como no anúncio acima, se propõe a lecionar Matemática. O ofertante especifica o ramo da matéria que pretende ensinar, comercial ou ginasial. Encaixando-se mais uma vez, aos pré-requisitos educacionais da Nova República em que, a competição por futuras oportunidades educacionais de entrada no Ensino Secundário, fazem das aulas particulares domésticas um investimento financeiro a longo prazo.

A existência do sistema de exames de admissão moldara circunstancialmente as práticas educativas, tanto dentro da escola, quanto fora dela. Em 1950, não era exigido que o candidato ao secundário obtivesse diploma do Ensino Primário, este poderia ter frequentado particularmente aulas que contemplassem o programa desse nível e, na idade estabelecida para a prova, inscrever-se. Logo abaixo, o art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, reafirma essa prerrogativa:

Art. 32.O candidato à matrícula no curso ginasial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:  
ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho; ter recebido satisfatória educação primária;  
ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários (BRASIL, 1942).

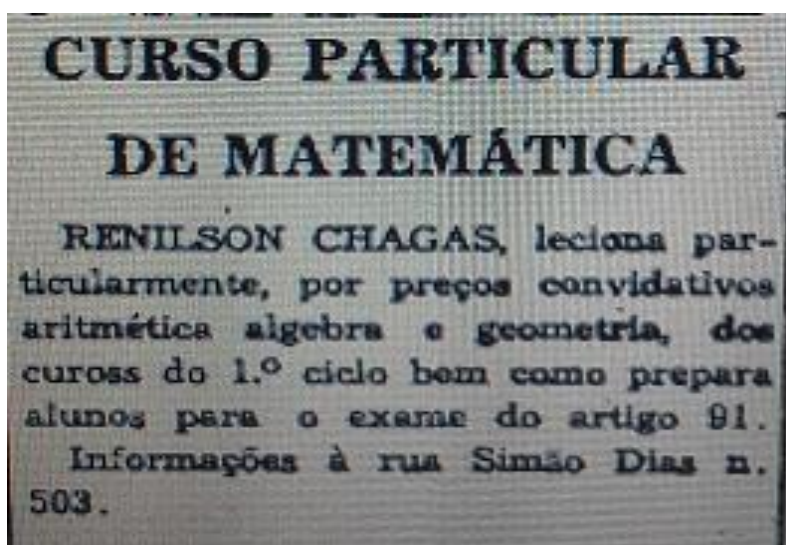


Nossa suposição é a de que, a não obrigação do certificado de educação elementar, trazia consigo fragilidades na aprendizagem, principalmente na Matemática. Assim, alunos com baixo desempenho em Matemática, recorriam aos mestres particulares afim de obter resultados minimamente aceitáveis para a entrada ou manutenção em determinada instituição.

Os estudos do fenômeno das explicações expostos por Mark Bray (2004), em sua obra, demonstram que essa disciplina ocupava o primeiro posto, em porcentagem, de oferta e procura na educação na sombra em diversos países. Neste estudo, Bray afirma que além da natureza remediativa das aulas particulares em determinada disciplina, muitos alunos também viam nelas aspirações em obter as melhores notas e aumentar a sua vantagem perante os outros concorrentes de acesso ao Secundário ou à Universidade.

Logo a seguir há mais uma oferta:

**Figura 39** – Renilson Chagas



**Fonte:** Correio de Aracaju, 07/01/1954

Podemos observar que o professor Renilson Chagas, além de se oferecer para lecionar particularmente a disciplina Matemática e suas respectivas áreas do 1º ciclo do Secundário, ou seja, o ginásial, anuncia que está à disposição para preparar “alunos para o exame do artigo 91”, vejamos ao que concerne esse assunto:

Art. 91. Aos maiores de dezanove anos será permitida a obtenção do certificado de licença ginásial, em consequência de estudos realizados particularmente, sem a observância do regime escolar exigido por esta lei (BRASIL, 1942).

Deste modo, o docente proclamava que mediante acerto e pagamento, lecionaria jovens acima de 19 anos que tivessem interesse em prestar o exame de admissão ao Secundário.

Recordamos que, até pouco tempo atrás, a educação doméstica era pilar fundamental para a conclusão do Curso Primário para muitos jovens sergipanos. Com os constantes incentivos à escolarização em instituições formais de ensino, as aulas particulares foram aos poucos declinando, neste sentido, sendo a educação escolar voluntária, destinada àqueles que pudessem pagá-la, o artigo 91, se caracteriza como uma prática marginal à formalidade, refletindo em um estímulo aos particulares que ofertavam--se para lecionar em domicílio, para continuar agindo.

O professor Chagas também cita as disciplinas do 1º ciclo, a Reforma Capanema separara o ensino secundário em ciclos, o ginásial com duração de quatro anos e o colegial com três anos, conceituando-os de clássico e científico. Já vimos anteriormente quais disciplinas ele abrigava, veremos a seguir como ele estava subdividido:

Art. 11. As disciplinas indicadas no artigo anterior terão a seguinte seriação:

**Primeira série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico.

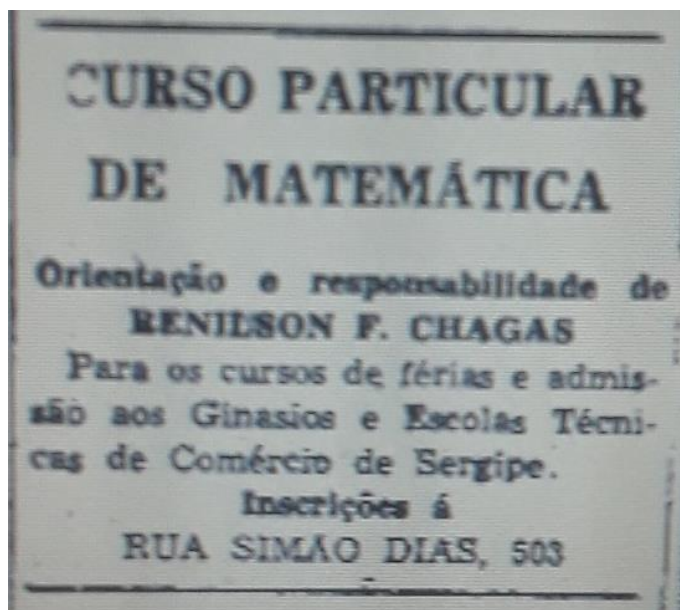
**Segunda série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

**Terceira série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

**Quarta série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil 9) Desenho. 10) Canto orfeônico (BRASIL, 1942).

De acordo com vários autores já citados neste trabalho (ROMANELLI, 1999); (BOMENY, 1999); O enciclopedismo dessa Reforma, estaria transcrito também nos programas de Matemática propostos, exigindo do aluno, habilidades amplas e exageradas (DALLABRIDA, 2009). Assim, não era nada espantoso que muitos professores domésticos, se propusessem a lecionar essa disciplina. Além disso, quanto mais ofertas se faziam necessárias, o ensino particular em domicílio, tornava-se mais entrelaçado com as conjunturas educacionais da época, passando cada vez mais a ser percebido de forma comercial (BRAY, 2014).

O mesmo professor, dois anos mais tarde, expõe mais um anúncio:

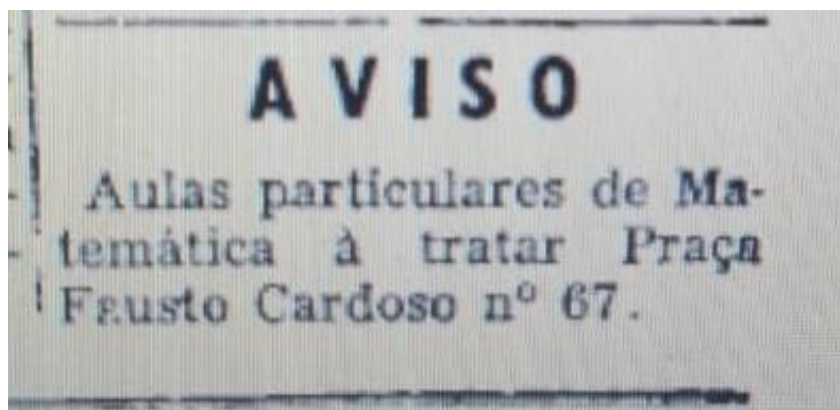
**Figura 40** – Orientação e responsabilidade

**Fonte:** Correio de Aracaju, 06/02/1956

Percebemos que a oferta para lecionar particularmente a disciplina Matemática permanece inalterada, assim como a proposta de preparo para o exame de admissão ao Secundário. A novidade está no anúncio de aulas para quem deseja adentrar às “Escolas Técnicas de Comércio de Sergipe”.

A partir de 1950, a entrada a um curso Comercial, Técnico ou Industrial, estava pautado em leis de Equivalência. De acordo com Nunes (1979), a Lei de Equivalência, nº 1076, de 1950, proporcionava ao aluno, o direito de se matricular no segundo ciclo secundário “de alunos concluintes do primeiro ciclo comercial, industrial e agrícola, tendo como exigência a prestação de exames das disciplinas de cultura geral não estudadas nos ciclos técnicos (p. 89).” A segunda Lei de equivalência, datada de 1953, integrou também os concluintes do primeiro ciclo do ensino normal, daqueles que faziam parte do Curso Militar, dos cursos sacerdotais, sob exigência de exames complementários, para adentrar ao segundo ciclo.

Abaixo, visualizamos mais uma oferta de ensino particular doméstico.

**Figura 41 - Aviso II**

**Fonte:** A Cruzada<sup>44</sup>, 06/09/1958

A oferta acima também é uma proposta de lecionar particularmente a disciplina Matemática. Sabemos que o que era exigido nos exames de admissão ao secundário e às faculdades, estabelecia o conteúdo exposto nas propagandas da educação doméstica. Segundo Bray (2021), em diversas configurações, as matérias mais procuradas pelos alunos sempre foram matemática e línguas (Inglês e Francês). De acordo com o referido autor, isso se devia ao fato de elas serem disciplinas fundamentais para o aproveitamento de outras matérias.

Quando há uma reforma nos currículos de ensino, algumas abordagens no campo da matemática e de outras matérias, faz com os pais não entendam os conteúdos, resultando em uma procura por aulas particulares. Já no nível secundário, as cobranças da implementação de novos programas disciplinares, sobretudo de matemática, causa problema na compreensão dos assuntos, aumentando assim, a procura pela educação privada em âmbito domiciliar.<sup>45</sup>

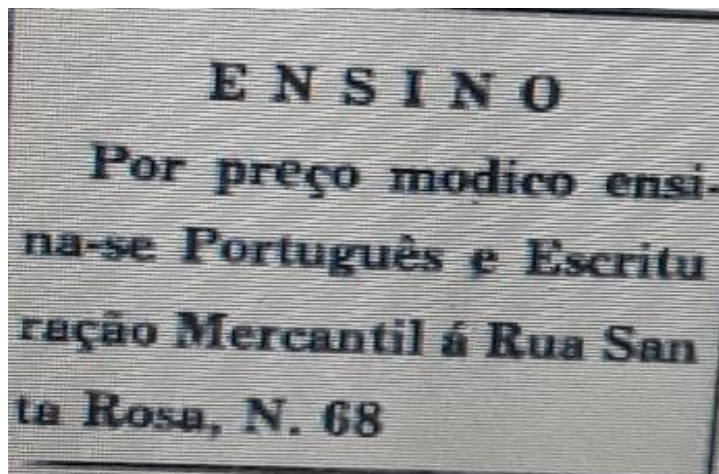
Temos a seguir, mais uma oferta de aula particular doméstica.

---

<sup>44</sup> Este jornal foi fundado em 1918 por Dom José Thomaz Gomes Silva. importante periódico sergipano que existiu de 1918- 1970,

<sup>45</sup> Ibidem.

Figura 42 - Ensino



**Fonte:** Correio de Aracaju, 04/03/1953

Diferente dos anúncios observados anteriormente, este recorte expõe a intenção de lecionar a disciplina Português e Escrituração Mercantil. Esta última, sendo uma disciplina presente nos cursos de contabilidade e na formação comercial. Como já mencionado anteriormente, a nova era industrial preconizava esse novo tipo de anúncio, onde os professores se propunham a lecionar disciplinas voltadas para a contabilidade empresarial, como é este o caso.

#### 8.4. A SOBREVIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA FRENTE AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

Neste capítulo faremos um compilado das estatísticas educacionais referentes as décadas de 1930, 1940 e 1950, dimensionando número de escolas, número de matrículas, frequência, etc. Para tal, nos utilizaremos dos documentos encontrados no Arquivo Público de Sergipe (relatórios, cartas, mensagens, mapas). A razão pela qual decidimos que seria importante destacar alguns dados estatísticos de escolarização sobre o período estudado, reside no fato de que para nós, a sobrevivência da educação doméstica após a Primeira República<sup>46</sup>, estava intrinsecamente relacionado com o auxílio que ela representava na obtenção de êxito nos exames admissionais, sem gerar despesas para o Estado e mantendo a estrutura social elitizante para as famílias que conseguiam arcar com as despesas de um ensino particular. Segundo Bray (2014), esse tipo de educação é mensurada em vários contextos, bons e ruins, o principal deles consiste no agravamento da desigualdade social ocasionada pelas diferenças presentes no ensino regular, já que, ao encorajarem essas práticas, os governantes corroboram com a tese de que o sistema formal não dá conta de oferecer uma educação de qualidade a sua população.

Concordamos com Bray, quando ele propõe que alguns questionamentos sejam feitos acerca dessa prática. Um deles é: até que ponto a educação na sombra pode prejudicar os objetivos educacionais, sociais e econômicos? E o outro é: até que ponto a educação na sombra pode ser considerada uma vantagem potencial? Acreditamos que observando os dados estatísticos da educação sergipana entre 1930 a 1960, podemos tentar responder as perguntas de Bray, evidenciando que as deficiências do sistema escolar público impactaram significativamente a prática do ensino particular doméstico, seja incentivando-o, seja ignorando-o.

Desse modo, tentamos encontrar no emaranhado de informações, elementos que dessem sustentação a estas prerrogativas, visto que, “a postura que adotamos com respeito ao passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis (HOBBSAWN, 2013, p. 34).” Ou seja, o passado depende do pesquisador/historiador para ser compreendido.

---

<sup>46</sup> De acordo com Maria Celi Vasconcelos (2004), no Rio de Janeiro, com o advento da República, a educação doméstica começa a desaparecer.

Para que possamos alcanças níveis de entendimento muito mais próximos à realidade passada, precisamos selecionar muito bem as fontes com as quais iremos lidar. Em nosso estudo sobre a oferta da educação doméstica em Sergipe, por exemplo, por se tratar de um tema quase inexplorado no campo da História da Educação sergipana, foi preciso que o problema que nos propusemos a responder, tivesse que ser visto por diferentes perspectivas buscando inserir na dimensão da totalidade e da historicidade dos muitíssimos fatos particulares que cercam a oferta da educação doméstica em Sergipe dos idos de 1930 a 1960. Hobsbawn (2013, p.18 e 19), discorre sobre o entendimento do passado afirmando que:

[...] o que é definido oficialmente como “passado” é e deve ser claramente uma seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado. Em toda sociedade, a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias. Mas sempre terá interstícios, ou seja, matérias que não participam do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade.

Neste contexto, com Saviani (2006), quando ele afirma que as fontes só se tornam “fontes”, quando o pesquisador consegue enxergar aquilo que lhe interessa. Eis abaixo essa assertiva na íntegra:

[...] a rigor poderíamos, pois, dizer que a multidão de papeis que se acumulam nas bibliotecas e nos arquivos públicos ou privados, as miríades de peças guardadas nos museus e todos os múltiplos objetos categorizados como novas fontes pela corrente da “nova história” não são, em si mesmos, fontes. Com efeito, os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas (p. 30).

Na pesquisa sobre a educação doméstica em Sergipe, as fontes documentais foram o alicerce que sustentaram o escopo de um fenômeno difícil de ser desvelado, pois, a ausência de pesquisas anteriores acerca desta temática, nos desafiava constantemente sobre qual o caminho mais frutífero a seguir. Hobsbawm (2013), analisando a perspectiva de se pesquisar algo ainda inexplorado, em suas palavras “sem antecedentes históricos”, afirma que legitimar algo sem passado, necessita de mecanismos de consolidação também novos. Assim, lidamos com a reinvenção documental inúmeras vezes no decorrer deste trabalho.

Partindo do pressuposto de que conseguiríamos entender de que forma o ensino da casa coexistia com as práticas oficiais e institucionalizadas de educação, a partir das

análises das estatísticas educacionais relatadas nos documentos enviados e recebidos pela Diretoria da Instrução Pública do Estado de 1930 a 1960.

A demanda e a oferta da educação doméstica observadas nos jornais sergipanos, demonstram não só sua existência, mas também sua constância. Assim, ao analisar os dados escolares encontrados, os relacionamos às causas e aos sintomas, ainda que superficiais, dos fatores considerados por nós, responsáveis por esse ensino paralelo. Para tal, nos utilizamos das conclusões forjadas por Mark Bray, para explicar as circunstâncias em que esses dois sistemas (formal e da sombra), conviveram. Nos utilizaremos também, de alguns recortes jornalísticos que de certa forma incentivaram essa prática.

Os documentos que tratavam dos assuntos educacionais do estado, foram assim categorizados:

**Tabela 6** – Distribuição de documentos referentes a educação sergipana.

| <b>Tipo de documento</b>                              | <b>1930</b> | <b>1940</b> | <b>1950</b> |
|-------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
|                                                       |             |             |             |
| Mapas de frequência/matrícula                         | 18          | 13          | 7           |
| Relatórios de inspetores                              | 19          | 12          | 10          |
| Relatórios de diretores de estabelecimentos de ensino | 26          | 21          | 8           |
| Demonstrativo de instituições de ensino               | 14          | 19          | 10          |
| Relação de alunos aprovados/reprovados                | 9           | 4           | 5           |
| <b>Total</b>                                          | <b>86</b>   | <b>69</b>   | <b>40</b>   |

Fonte: APES, 2021

O conjunto de dados exposto na tabela acima, apresenta aquilo que foi analisado por nós, mediante as aproximações com o objetivo a que nos propusemos. Os relatórios, tanto dos inspetores quanto dos diretores da Instrução Pública, nos deram subsídio para, a partir das reflexões escritas por eles, compreender o funcionamento das visitas realizadas às escolas, bem como a realidade do cotidiano escolar desses estabelecimentos e o papel do professor. Os mapas de frequência, matrícula, aprovação e reprovação, nos deram outra dimensão aos impactos causados por uma educação pública insuficiente.

Mas, quem eram os responsáveis por administrar a educação em Sergipe? Após a Revolução de 1930 e posteriormente com a instauração do Estado Novo, Sergipe, assim



como os outros estados do Brasil, passa a ser governado por interventores nomeados pelo presidente da República. Cada estadista interino, nomeia em seu mandato, pessoas de sua confiança para o exercício de funções ligadas ao governo do estado. Para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, órgão que organizava a educação sergipana, nomes conhecidos da sociedade política e população civil tiveram a oportunidade de angariar melhorias para o ensino público estatal.

No marco temporal proposto neste trabalho, Sergipe contou com seis Diretores do Departamento de Educação. Segue abaixo os seus nomes:

**Tabela 7** - Diretores da Instrução Pública (1930 – 1960).

| <b>Diretor Geral da Instrução Pública</b> | <b>Tempo de exercício da função</b> |
|-------------------------------------------|-------------------------------------|
| Helvécio de Andrade                       | 1930 - 1935                         |
| Manoel Franco Freire                      | 1935 - 1941                         |
| José Rolemberg Leite                      | 1941 - 1945                         |
| Acrísio Cruz                              | 1944 - 1950                         |
| João Evangelista Cajueiro                 | 1951 - 1955                         |
| <b>Antônio Carlos Vasconcelos Lima</b>    | <b>1955 - 1959</b>                  |

Fonte: APES, 2021

Segundo Santos e Sucupira (2018), a função exercida pelo Diretor Geral da Instrução Pública, era atuar de maneira fiscalizatória e regulamentária no aparelhamento estruturante da educação estatal. De acordo com as autoras, cada estado tinha autonomia para configurar as obrigações de seu Diretor, técnicos e inspetores, contudo, a atuação central consistia na escrita de relatórios trimestrais, semestrais ou anuais, acerca das informações obtidas por seus subordinados em visitas aos municípios.

Tendo o cargo nomeado diretamente pelo líder do Governo, o Diretor, apesar de gozar de certa autonomia em exonerações e nomeações, achava-se a mercê de seu superior, tendo em muitos casos que acatar ordens que não condiziam com a realidade educacional apresentada.

Discorrendo acerca do exercício da ocupação de Inspetoria Pública, Cabral e Santos (2015), afirmam que:

A inspeção escolar era um serviço realizado para averiguar se os trabalhos feitos pelos agentes educacionais no cotidiano das instituições de ensino atendiam às diretrizes e às normas legais do ensino. Com o intuito de direcionar os professores e de fazer cumprir as normas dos regulamentos educacionais, os inspetores escolares foram os profissionais utilizados para serem os “olhos vigilantes” do Estado (p. 2).

Neste aspecto, nos concerne que a vigilância sabia e era conivente com as práticas de escolarização não formais que aconteciam em Sergipe, já que, como veremos adiante, as casas de ensino particular não possuíam registro de funcionamento e, muitas vezes não atendia aos requisitos de organização preconizados pelo Governo. Mesmo assim eram atuantes na sociedade e, de acordo com os nossos estudos, não sofriam qualquer tipo de punição.

Além de não sofrerem sanções, eram livres para exercer a instrução em seu domicílio, já que de acordo com o Art. 2º. (1875),

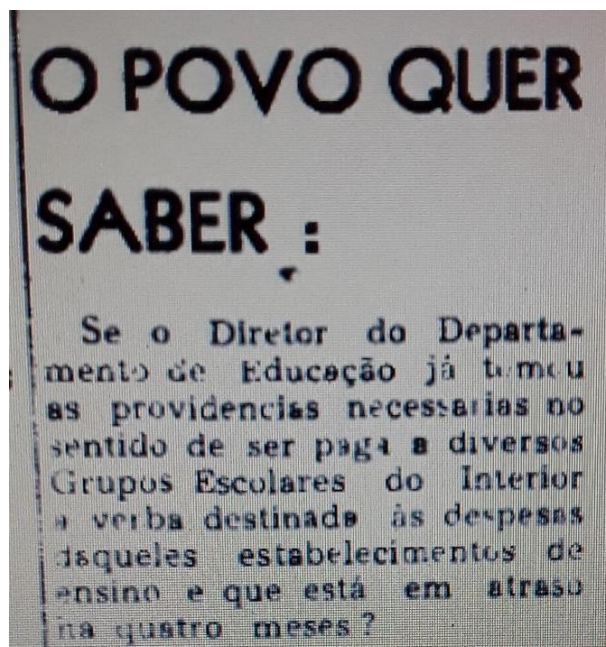
é livre a instrução particular de qualquer grau, sem outras exigências com relação às escolas particulares, mais do que as informações necessárias à estatística e à inspeção ordinária feita anualmente no tocante à moralidade e à profissão de um ensino subversivo da ordem pública, e com relação às escolas estabelecidas no seio das famílias mais do que as informações para a estatística (SERGIPE, págs. 24 e 25).

Apesar dessa liberdade, segundo Lima (2018), as aulas realizadas em âmbito doméstico, seja na residência do aluno ou do professor, deveria estar sob o olhar vigilante do agente da inspetoria do Estado. Para que a inspeção pudesse ser feita, o docente deveria buscar autorização de funcionamento de sua aula junto ao governo estatal, contudo, muitos não cumpriam essa obrigação e/ou não se encaixavam nos requisitos mínimos de desempenho para exercer tal função. Dessa forma, não entrava na lista de vistoria dos inspetores.

Além de contribuir para que a educação doméstica se propagasse em Sergipe, a falta de inspeção aos estabelecimentos de educação impedia que se tivesse conhecimento do número de casas de ensino particular presentes no estado.

Outro aspecto que pode ser característico da sobrevivência da prática do ensino doméstico, se deve ao fato de o financiamento destinado à educação ser insuficiente ou até mesmo inexistente, como podemos visualizar no recorte jornalístico a seguir:

**Figura 43** – O povo quer saber



**Fonte:** Sergipe Jornal, 14/01/1941.

Ora, se o repasse de verba atrasa, como os estabelecimentos de educação poderiam sustentar-se? E como os professores que neles lecionavam iriam receber? Os docentes não poderiam ficar esperando de braços cruzados que os vencimentos fossem repassados, precisavam pagar as contas. Neste sentido, acreditamos que lhes restava abrir uma aula particular no interior de sua casa para que pudessem minimamente sobre viver.

No Decreto nº 25 de 03 de fevereiro de 1931, que regulamentou a instrução pública do estado de Sergipe (capítulos III e IV), “a função da Diretoria Geral deve, nomear e demitir, julgar e punir, intervir, apresentar relatórios anuais, e organizar programas para o Ensino Primário”. Já aos Inspectores cabia, inspecionar, criticar, propor, verificar saúde e bem estar, advertir, censurar, suspender, promover festas escolares e cívicas.

Segundo Cabral e Santos (2013), apesar de o Diretor Geral da Educação ser nomeado pelo governador em exercício, desde 1931, o mesmo não ocorria com os

Inspetores. A partir desta data eles eram considerados aptos ao cargo após prestarem exame em grau de concurso público.

Vejamos abaixo registros do quantitativo de matrícula no curso primário nesse período:

**Tabela 8** – Número de matrícula segundo grau de ensino (1930)

| <b>Ano</b>   | <b>Estadual</b> | <b>Municipal</b> | <b>Particular</b> |
|--------------|-----------------|------------------|-------------------|
| <b>1930</b>  | <b>16.834</b>   | <b>1.268</b>     | <b>1.995</b>      |
|              |                 |                  |                   |
| <b>1931</b>  | <b>18.155</b>   | <b>1.788</b>     | <b>2.484</b>      |
|              |                 |                  |                   |
| <b>1932</b>  | <b>18.088</b>   | <b>1.939</b>     | <b>2.484</b>      |
|              |                 |                  |                   |
| <b>1933</b>  | <b>17.795</b>   | <b>1.669</b>     | <b>2.241</b>      |
|              |                 |                  |                   |
| <b>1934</b>  | <b>18.223</b>   | <b>1.671</b>     | <b>1.952</b>      |
|              |                 |                  |                   |
| <b>1935</b>  | <b>24.420</b>   | <b>2.762</b>     | <b>2.170</b>      |
|              |                 |                  |                   |
| <b>1936</b>  | <b>24.279</b>   | <b>3.513</b>     | <b>2.615</b>      |
| <b>Total</b> | <b>137.794</b>  | <b>14.610</b>    | <b>15.941</b>     |

Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe, 2021.

Na tabela acima podemos observar determinadas características da educação pública e particular de Sergipe até 1936. Destacamos inicialmente a diferença dispare entre as matrículas dos estabelecimentos privados e municipais, frente aos estaduais. Essa distância se deve a dificuldade encontrada pela maioria dos alunos de seguir adiante nos estudos. Para um estado em que a grande maioria da população ainda era analfabeta, a aprendizagem dos rudimentos básicos da leitura e da escrita para a população pobre era um feito a ser comemorado. Sem falar da enorme evasão e abandono escolar constantes, principalmente nas escolas isoladas ainda presentes no interior do estado (falaremos sobre esta questão um pouco mais a frente). Segundo Oliveira (2016), mesmo a República tendo instituído o grupo escolar como o padrão de escolas para a classe popular, eram as escolas isoladas que continuava a atender um maior número de alunos.

No ano de 1936, de acordo com a fala do então Governador do Estado, Eronides Ferreira de Carvalho, Sergipe contava com 583 estabelecimentos de Ensino Primário (SERGIPE, 1937, p. 35). Um número significativo, se levarmos em consideração a recente expansão dos grupos escolares em território sergipano. De acordo com o Governador:

[...] Sergipe figura em 16º lugar. Não é este, entretanto o lugar que por direito lhe cabe; no que interessa ao ensino, muito outra é a nossa classificação. Infelizmente o nosso serviço democrático é muito falho, em virtude da manifesta má vontade da quase maioria dos professores das escolas particulares quanto á remessa, á Directoria de instrucção, do boletim e outros informes pelos quaes se possa conhecer o seu movimento (1937, p. 32).

Nessa fala Eronides se gaba da classificação do estado em relação à educação. Logo depois ele afirma que os resultados poderiam ser melhores se as escolas particulares cumprissem a obrigação de prestar contas ao Estado. Sabemos que as escolas particulares também eram passíveis de inspeção e deveriam seguir a legislação quanto ao envio de mapas de frequência e registro de funcionamento, porém, o governante cita a “vontade” de essas instituições contribuírem para o conhecimento da educação em Sergipe. Se para os estabelecimentos formais a lei não agia da forma correta, que dirá para com as casas de ensino doméstico particular que, funcionavam livremente tanto na capital, quanto no interior.

Mesmo com toda a exaltação feita por Eronides de Carvalho, a realidade apresentada no estado não condizia com suas pomposas palavras. Santos (2016), afirma que a implantação dos grupos escolares, em muitos locais, não fez com que a rede de escolarização anteriormente estabelecida se modificasse, assim,

[...] a expansão deste tipo de escola não substituiu as escolas isoladas. Estudos têm demonstrado que, para além do que circulou no campo das ideais, as escolas isoladas, escolas ambulantes, escolas provisórias, escolas domésticas, escolas das fazendas e bancas escolares, caracterizadas pelas condições precárias de funcionamento e manutenção, sobreviveram ao tempo e às mudanças educativas, compondo um modelo heterogêneo de escolarização, em que coexistiram matrizes antigas e novos tipos de escolas ao menos durante as seis primeiras décadas do século XX, e possivelmente em todo o século (p.22).

Ou seja, mesmo com a expansão dos Grupos Escolares e o crescimento das escolas particulares, os antigos modelos de escolarização, pelo menos em Sergipe, continuavam a existir e coexistir com aqueles que vinham surgindo. Neste sentido, concordamos com Patto (1993), quando afirma que na história brasileira o real e o

proclamado do início do período republicano, não fora muito diferente do período da monarquia escravocrata e, na medida em que as diferenças ficavam evidentes, discursos estereotipados contribuía cada vez mais para acentuar a distância entre a escolarização da sociedade.

Sobre o aspecto de diferenciação, podemos citar a evasão escolar neste período. Ao passo que as matrículas aumentavam ano após ano, a desistência e o abandono, também se faziam cada vez mais presente. A urbanização sergipana permitia que uma maior parcela da população chegasse aos bancos escolares, no entanto, as desigualdades sociais e financeiras impedia que aqueles que vieram das camadas mais baixas da sociedade, conseguissem se destacar frente aos outros. Romanelli (1999) pondera que a crescente urbanização e o desenvolvimento demográfico facilitam o acesso à escolarização, mas, o que a instituição escolar tem a oferecer para sua clientela, torna-se impeditivo de continuação.

Na década de 1930, os dados referentes a frequência revelam taxas de evasão significativas. Em 1932, por exemplo, a inspetoria declarou haver no em Aracaju, o total de 1.939 matrículas, destas, 1.496, ficaram ocupadas durante todo o ano letivo. Já na década de 1935, as instituições particulares contavam com 2.170 alunos matriculados em seus estabelecimentos, destas, 1.874, se encontravam ativas. Para as escolas Estaduais, no ano de 1936, havia 16.532 educandos matriculados, ao passo que, frequentando os espaços escolares, esse número caía para 13.460 (APES, 1936).

Podemos dizer que a diferença entre matrícula e frequência, na década de 1930, resultou de um sistema de escolarização galgado na dicotomia educacional de classes que gerava obstáculos à permanência dos indivíduos mais suscetíveis socialmente às interferências do meio em que vivem. Nas análises de Patto (1993), as causas do fracasso escolar de determinados alunos, estão diretamente ligadas ao sistema capitalista instaurado no país, já que a dominação sofrida pelas pessoas menos privilegiadas da sociedade pelas classes dominantes e as questões políticas em torno delas, manipulavam os indivíduos no sentido de que suas capacidades não eram boas o suficiente para ocupar lugares de distinção intelectual.

Já na década de 1940, sob o governo do Interventor Milton Azevedo (1941-1942), em que o Diretor da Instrução Pública era José Rollemberg Leite, havia em Sergipe 536 escolas públicas primárias, sendo 358 estaduais e 178 municipais. Em ambas constava a matrícula de 21.809 alunos (APES). Os números nos mostram um percentual ainda pequeno, não só de escolas públicas, mas também de matrículas. No conjunto da

população acima quantificada havia 106.025 crianças em idade escolarizável (7 a 14 anos) (INEP, 1940). Mesmo sem o quantitativo da frequência nos estabelecimentos particulares de ensino e, das casas de educação que ofertavam os conhecimentos básicos de escrita e leitura, podemos concluir que cerca de 80% dos jovens sergipanos, estavam fora da escola, ou ainda, nem se encontravam alfabetizados.

Ora, mesmo com a crescente demanda de escolas públicas no estado, qual a razão para esses dados aparecerem tão baixos? Sabemos que a grande maioria dos grupos escolares e das escolas particulares se localizava na capital e em seu entorno. Nos municípios, como já exposto por Santos (2016), os antigos moldes de educação ainda perduravam. Segundo a autora, as escolas de fazenda e as bancas escolares diferente das escolas particulares, “eram espaços precários onde o ensino do ler, escrever e contar se fazia por meio de planos de aulas organizados a partir dos saberes do professor” (p.36).

Para fins de comparação, observemos os dados da matrícula geral no ano de 1948, desta vez, com os dados das instituições particulares:

**Tabela 9-** Matrícula Geral do Ensino Primário em Sergipe (1948)

| <b>Ano</b>  | <b>Estadual</b> | <b>Municipal</b> | <b>Particular</b> |
|-------------|-----------------|------------------|-------------------|
| <b>1948</b> | <b>26.409</b>   | <b>9.029</b>     | <b>6.080</b>      |

Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe, 1948

É notório o crescimento de matrículas nos seis anos que se passaram entre 1942 e 1948. Na década de 1940, o incentivo à escolarização da população era algo imperativo em todo o país que, necessitando homogeneizar e disciplinar a população para o trabalho urbano-industrial, enfatizava aos quatro ventos a importância do papel formativo da escola para a criação da alma moral-nacionalista que o Brasil almejava (CARVALHO, 1989).

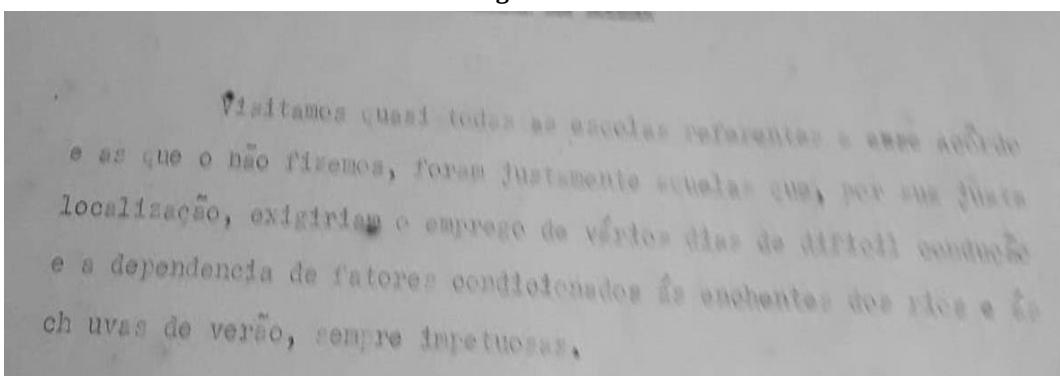
É nessa década que inaugura no país o constante apelo à educação técnico-profissionalizante das camadas subalternizadas da sociedade. Acortinados pelo regime autoritário do Estado Novo e, posteriormente pela democracia ilusória, governantes estaduais conduziam a sociedade à cristalização da desigualdade social pela educação.

O caminho escolar dos setores mais pobres da população, se chegassem à escola e, nela, escapassem de se transformarem em índice da evasão que não era pequeno, era o seguinte: do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Cada curso profissionalizante só dava acesso ao curso superior da mesma área. Era um sistema de engessamento vertical dos grupos sociais, de modo a dificultar o que nas democracias liberais chamamos de “ascensão social” pela escola, e isto vinha a calhar com o engessamento da estrutura sindical, que

não permitia uma reivindicação livre dos trabalhadores frente aos patrões, sem a mediação do Governo (GHIRALDELLI, 2001, p. 76).

Apesar da instauração desses novos preceitos, a realidade que se apresentava em muitos estados do país, estava longe de alcançar os objetivos modernizadores da elite que se encontrava no poder. Em Sergipe, os Inspectores da Educação, apresentava muitos entraves na realização das inspeções, muitas acabavam não acontecendo por razões diversas. Vejamos o que um inspetor escreve sobre isso:

**Figura 44 – Visita**



**Fonte:** Arquivo Público do Estado de Sergipe

Conforme a figura 44:

Visitamos quase todas as escolas referentes a esse estado e as que não fizemos, foram justamente aquelas que, por sua justa localização, exigiria o emprego de vários dias de difícil localização e a dependência de fatores condicionantes às enchentes dos rios e as chuvas de verão, sempre impetuosas (SERGIPE, Arquivo público do estado, 1931).

Mediante a obrigatoriedade de visitação às escolas pelo menos uma vez ao ano, observamos que talvez, isso muitas vezes não era cumprido. Assim, a dificuldade em compreender com exatidão o que ocorria na educação de Sergipe tornava-se deficitária. Mesmo com a reestruturação no Departamento de Educação em 1943 que, instituía os cargos Inspetor Escolar do Ensino Primário e de Inspetor Geral, separando as funções e suas imputações, as dificuldades de inspeção permaneciam. Vejamos quais eram essas novas atribuições:

- 1) ter a seu cargo a inspeção dos estabelecimentos de ensino primário da zona urbana e suburbana da capital;
- 2) realizar inspeções no interior, quando achar necessário o Diretor Geral;

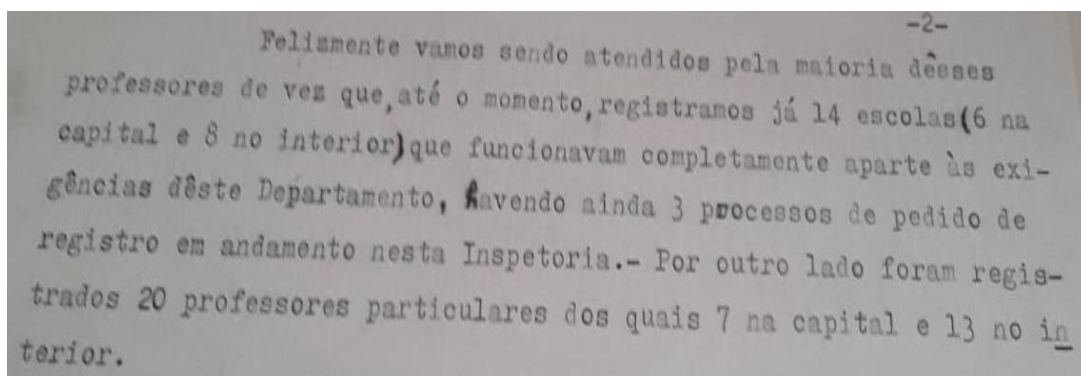


- 3) combinar com os inspetores escolares medidas necessárias do rendimento escolar;
- 4) estudar com os inspetores os problemas que estes apresentarem;
- 5) sugerir ao Diretor Geral as medidas necessárias para que se processem de acordo com os melhores métodos;
- 6) fazer reuniões de inspetores e orientadores de ensino submetendo previamente ao diretor geral o programa, e, posteriormente, os resultados de tais reuniões;
- 7) estudar os relatórios dos inspetores escolares, emitindo parecer sobre os mesmos;
- 8) providenciar o registro dos boletins escolares;
- 9) organizar exposição de trabalhos de estabelecimentos sob sua inspeção;
- 10) legalizar livros escolares;
- 11) visar os atestados de exercício do professorado da capital;
- 12) cumprir as determinações do Diretor Geral, bem como desincumbir-se das atribuições que lhe forem conferidas por lei (SERGIPE, Decreto-Lei de nº 121 de 2 de dezembro de 1943).

É claro que, muitas vezes o Inspetor não conseguia cumprir todas essas exigências. Mesmo Sergipe sendo um território pequeno, sem um sistema de organização educacional conciso e exigente, dada a grande oferta de professores que atuavam na informalidade, o trabalho de inspetoria ficava limitado.

Segue abaixo, um exemplo dessa afirmação:

**Figura 45** – Professores particulares



**Fonte:** Arquivo Público do Estado de Sergipe

Acreditamos que ao utilizar a denominação “professores particulares”, o inspetor esteja se referindo a alguém que leciona fora da instituição escolar, pois antes ele fala sobre o número de escolas anotadas e logo em seguida se refere ao quantitativo de professores registrados, inclusive, em um algarismo maior que escolas, mostra que sua prática ainda era bastante requisitada, mesmo após 1930, principalmente no interior, onde, de acordo com Santos (2016), já era chamada de banca escolar.

Segundo as pesquisas realizadas por Santos (2016), a professora que ensinasse em sua residência, poderia posteriormente ter sua aula particular tornada pública. Foi o que aconteceu com uma de suas entrevistadas no ano de 1957, na cidade de Tomar do Geru. A autora explica que ao atender um número significativo de alunos e funcionar em um local onde não havia outros tipos de instituições escolares, a iniciativa pessoal da docente, passou a ser fiscalizada e subsidiada pelo município e a professora, fora elevada à categoria de funcionária pública Municipal.

Com o objetivo de resgatar a memória oral de professoras de ensino primário no Centro e Sul do estado de Sergipe, nas décadas de 1930 a 1960, Santos (2016), em seu trabalho de dissertação de Mestrado, faz um apanhado minucioso das escolas primárias, bancas escolares, escolas-fazenda, escolas isoladas e colégios particulares, afim de descrever o funcionamento da educação na região sergipana escolhida para tal. Em sua obra, é comum os relatos do início de carreira de muitas docentes, neles, um ponto comum, a prática do ensino particular em domicílio.

No trecho a seguir, a autora narra quais haviam sido as motivações de uma de suas entrevistadas para a docência.

A primeira, como lembra Maria Eurides, estava ligada à necessidade econômica. Ao fazer parte de uma família composta por sete irmãos percebeu que sua mãe, por ser viúva, não podia sustentar sozinha “toda a casa” e por isso não tinha condições de “lhe dar as coisas”. Deste modo, Eurides, “dos 13 para os 14 anos”, com apenas o terceiro ano primário, “montou” uma banca escolar em sua própria residência a fim de garantir seu sustento. Sua banca, que foi criada no ano de 1945, tendo como demanda apenas um aluno, seu sobrinho “Aldevan”, encontrou na credibilidade dada pelos pais e pela sociedade a segunda motivação para seguir em frente como uma escola de iniciativa particular que chegou a atender mais de “80 crianças da cidade” em uma só turma.

A segunda motivação, como já mensurado, foi o incentivo dos pais dos alunos. Em meados da década de 1940, na cidade de Arauá, a entrevistada Janice dos Santos Silva, que “nem chegou à terceira série”, começou a ensinar. Ela lembra que, por conta do seu bom desempenho na escola, seu pai decidiu que ela já havia aprendido o suficiente e que por este motivo poderia ensinar a seus onze irmãos que “não estavam aprendendo nada nas outras escolas. Foi assim que comecei a fazer banca” (SANTOS, 2016, p. 73).

Nos chama atenção que as razões pelas quais a professora começou a lecionar em sua casa, algo reconhecido por todos a sua volta. E, mesmo não tendo sequer adentrado ao Curso Secundário, sua “credibilidade”, lhe dava passaporte para o ensino.

De acordo com a interpretação de Romanelli (1999), a conjuntura educacional da época permitia que várias brechas fossem abertas no sentido do desenvolvimento de um sistema de ensino atropelado e improvisado que, seria efetivado quantitativamente e qualitativamente muito aquém daquele idealizado um dia, algo que se perpetuaria ao longo da história nacional.

Nesta perspectiva, ressaltamos que o ofício de professor particular do curso primário, era algo previsto na lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946. Caracterizado como o exercício liberal da profissão docente, assim se encontrava conformada:

Art. 22. O ensino primário será ministrado pelos poderes públicos e o livre à iniciativa particular.

Art. 23. As pessoas naturais e pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimentos de ensino primário, serão consideradas no desempenho de função de caráter bíblico. Cabem-lhes em matéria educativa os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público (BRASIL, 1946).

Como consequência inevitável da informalidade dada ao ensino primário, este vai sendo precarizado e, se aproximando cada vez mais das repetências e evasões, revelando uma despreocupação com a sua organização.

Com ausência de um curso primário que não fosse deficiente, desarticulado e desorganizado, ou, como bem escrevem Cabral e Santos (2013), fruto de um descompasso social formado a partir de modelos pedagógicos provenientes de países estrangeiros, as contradições no *modus operandi* desse nível de ensino tornam-se eminentemente visíveis. Ainda de acordo com a autora, fica evidente que a existência de diferentes tipos de escolarização são consequência da escolarização no sistema capitalista.

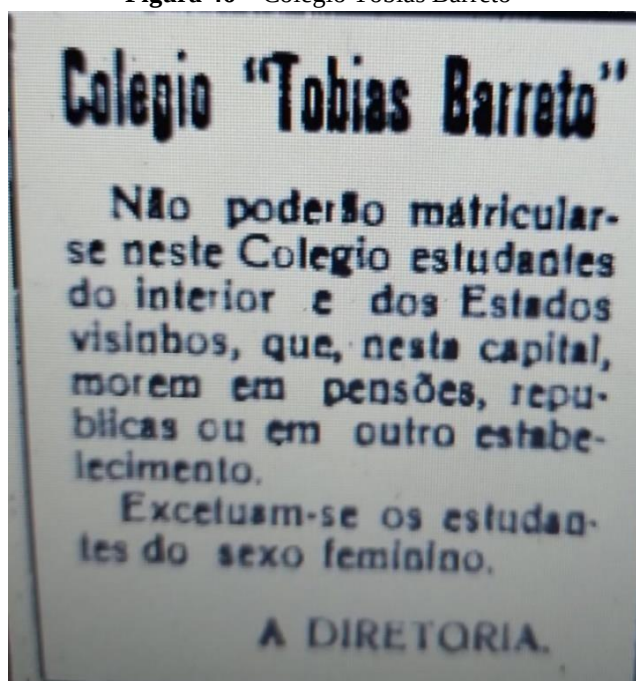
Para Santos (2016), as desigualdades nos processos de escolarização, sobretudo no curso primário estavam interligadas com as competências financeiras do Estado, com a cultura presente e com as políticas públicas empregadas (ou não) na educação. A autora então questiona a maneira pela qual todos esses fatores limitantes foram superados, ou driblados em Sergipe.

Se por um lado, as escolas estatais e municipais não conseguiam dar conta das necessidades educacionais de todo o estado, por outro, as práticas de educação privada que, invisíveis para o Departamento de Educação, funcionavam sob o julgo de cada professor, proporcionavam uma educação diferente das outras, fazendo com que muitos pais sentissem que as instituições mantidas pelo poder público não eram eficazes.

Como o número de professores que ofertavam a educação doméstica era significativo<sup>48</sup> era natural que os atrativos propostos por ela, abalizasse a ineficácia do ensino gratuito promovido pelo Estado. Para Bray (2014), “na conquista das décimas necessárias à entrada no curso tão desejado [...] vai limitar o acesso de um grande contingente de estudantes de classes sociais mais desfavorecidas a estes serviços (p. 33).” Isso, de acordo com o próprio autor cria uma desigualdade enorme de oportunidades, ou, em determinadas situações, impediria que, por questões geográficas, alguns jovens ficassem impossibilitados de acessar cursos subsequentes ao primário.

Confirmando a afirmativa dada por Mark Bray, encontramos abaixo, o seguinte recorte de jornal:

**Figura 46** – Colégio Tobias Barreto



**Fonte:** Folha da Manhã, 05/03/1940

Ora, como o Colégio poderia negar matrículas aos jovens que viviam num estado predominantemente agrícola, com a maioria da população vivendo na zona rural, na década de 1940?

Onde os estudantes que vinham do interior de Sergipe iriam ficar hospedados senão em pensões, ou repúblicas? É claro que vemos algo diferente em relação às

<sup>48</sup> Afirmamos isso mediante a quantidade de ofertas localizadas nos jornais sergipanos nas décadas de 1930 e 1940.

meninas, mas qual a razão para tal impedimento? Segundo Santos (2016), por ser difícil muitas vezes o acesso de muitos alunos às instituições, tanto da capital quanto do interior, a preferência por uma escola particular do próprio município, ou de outra forma de escolarização privada, era quem dava cabo ao ensino.

Para a mesma autora, no interior de Sergipe, havia também a prioridade pelas professoras já conhecidas pela população da cidade, fazia com que o número de alunos matriculados nas casas de educação particular, fosse por vezes, superior aos do Estado. Além disso, muitas dessas mulheres que iniciaram sua carreira lecionando em bancas escolares na própria residência, eram convocadas para se juntarem ao corpo docente de escolas municipais e estaduais, mediante a realização de uma avaliação prévia e de capacitação em cursos promovidos pelo Departamento de Educação do Estado de Sergipe.

Há também a justificativa de uma das entrevistadas de Santos (2016) que, ao repetir a quarta série quatro vezes, narrou que o fizera pois naquele tempo (1950), em sua cidade, não havia ginásio e ela não poderia se deslocar “de lá para cá”, mas não queria ficar parada, então continuou estudando como assistente da professora e mais tarde abriu sua própria banca particular.

É possível notar no relato da professorinha do interior, o quanto as estatísticas apresentadas nos relatórios da educação do Estado continham informações dissonantes da realidade, bem como as falas dos governantes sobre a melhoria do ensino e o crescente número de escolas na capital e interior ainda eram indubitavelmente insuficientes para atender a população do de Sergipe. Para Gil (2012), os quantitativos relativos à educação denunciavam índices indesejáveis e atestam relações que indicam a eficácia (ou não) dos estabelecimentos escolares.

Tomemos como exemplo a educação doméstica, nosso objeto de estudo. Não há referência a uma quantidade, nem aproximada do número de aulas particulares em domicílio em toda e qualquer época da educação em Sergipe. Sabemos que elas existiram pelos anúncios dos jornais, pelas falas de ex-alunos e ex-professores e pelas narrativas de algumas pessoas ligadas à administração da educação do Estado. Os desdobramentos dessa prática de ensino, estão restritas às poucas referências com a qual pudemos trabalhar.

De acordo com Censo de 1950, Sergipe contava com 42 municípios, 54 distritos, 42 cidades e 12 vilas e, uma população total de 644.361 habitantes, destes, 306.791 eram homens e 337.570 eram mulheres (IBGE, 1950). Destacamos o rápido

desenvolvimento populacional nesta época. Já as estatísticas educacionais, apesar de mostrarem evolução se comparada às décadas anteriores, apresenta a mesma tendência de analfabetismo, vislumbrada desde o Império, como veremos a seguir.

**Tabela 10** - A instrução das pessoas com 5 anos ou mais em Sergipe, segundo o sexo:

| <b>Ano</b>      | <b>Sabem ler e escrever</b> | <b>Não sabem ler e escrever</b> | <b>Sem declaração de instrução</b> |
|-----------------|-----------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| <b>Homens</b>   | <b>75.186</b>               | <b>176.095</b>                  | <b>376</b>                         |
| <b>Mulheres</b> | <b>82.086</b>               | <b>200.555</b>                  | <b>429</b>                         |
| <b>Total</b>    | <b>157.272</b>              | <b>376.650</b>                  | <b>805</b>                         |

Fonte: IBGE, 1950.

Podemos observar no quadro acima, a discrepância entre aqueles que possuem a instrução elementar de leitura e escrita e aqueles que não conhecem nem os rudimentos básicos das primeiras letras, algo em torno de 60% da população em idade escolar na década de 1950. Vemos também que, para as mulheres, esse percentual é ainda maior, mesmo em um período que a reflexões acerca da escolarização feminina despontava em vários lugares do país. Sabemos ainda que tendo a escola ao seu alcance, nela muitos se matriculavam, mas deixavam de frequentá-la durante o ano letivo e havia também aqueles que, dela se retiravam antes dos exames finais ou depois de após uma reprovação. Neste sentido, Patto (1993) assente que a reprovação escolar não é proveniente de problemas físicos ou psicológicos, mas uma síntese de obrigações sociais em que a escola seria a matriz causadora desse percalço educacional.

Mesmo não sendo um dos objetivos centrais deste trabalho, o entendimento da conjuntura educacional das décadas de 1930 a 1960, podem revelar as razões pelas quais o ensino da casa persistiu no estado de Sergipe.

Segundo Santos (2016), entre 1950 e 1960, havia no centro sul sergipano, “três escolas isoladas; cinco grupos escolares rurais; duas bancas escolares; duas escolas da fazenda; duas escolas particulares; seis escolas rurais e dois colégios particulares” (p. 140). Para fins de comparação, vejamos o total de matrículas em todo o sistema de ensino primário sergipano no ano de 1956:

**Tabela 11** – Matrícula da instrução primária em Sergipe (1956):

| <b>Ano</b>  | <b>Matrícula Geral das Escolas Primárias</b> |
|-------------|----------------------------------------------|
| <b>1956</b> | <b>34.799</b>                                |

Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe, 1956

Analizando os dados de matrícula geral em 1956, com os de 1948, percebemos uma redução de 6.719 matrículas, sendo assim, reafirmamos que a construção de locais apropriados para a escolarização da população sergipana, algo do qual os governadores do estado faziam questão de se gabar, não fora suficiente para manter os jovens na escola. Em mensagem no ano de 1951, o atual governante do estado informa que Sergipe atravessava um “desenvolvimento extraordinário”, pois a matrícula havia crescido de 23.613 em 1947 para 29.634 em 1950 (SERGIPE, 1951). Ainda informando sobre os louros de seu mandato, José Rollemberg Leite descreve que para a rede escolar rural conseguiu a construção de 218 escolas, 20 em vias de conclusão e 180 funcionando (SERGIPE, 1951).

Já no fim da década de 1950, o então comandante político de Sergipe, expõe orgulhoso que entre os anos de 1930 e 1960, foram construídas 603 escolas (isoladas e rurais), 25 Grupos Escolares e 15 Grupos Escolares Rurais (SERGIPE, 1959). O governante lograva seus êxitos educacionais, sobretudo na construção de escolas rurais, mas, como vimos na informação de Santos (2016), apenas 6 escolas rurais estavam localizadas nas 11 cidades do centro sul sergipano, ou seja, não havia motivo para tal lisonjeio. De acordo com Gil (2012, p.7), “nem todas as estatísticas são oficiais: há estatísticas produzidas sobre os mais diferentes temas cujos usos são estritamente científicos ou comerciais, por exemplo”

Já que não podemos quantificar a educação doméstica, relacionamos estas estatísticas com a existência e concomitância dessa prática em Sergipe, com a rede oficial de ensino. Ao demonstrarmos em nossas pesquisas, o quanto os números referentes a educação se mostravam incapazes de atender toda a população em idade escolar, compreendemos que o ritmo da expansão governamental para com a escolarização da sociedade, bem como o declínio da qualidade das instituições públicas, induziram famílias a buscar serviços de ensino privado para preencher as diferenças (BRAY, 2021).

Vemos no quadro a seguir, o quanto a preocupação apenas com os índices quantitativos influenciou o progresso da educação em Sergipe.

**Tabela 12** – Número de pessoas com curso completo em Sergipe (1950)

| <b>Grau de Ensino</b> | <b>Total</b>  |
|-----------------------|---------------|
| Primário              | 23.339        |
| Ginasial              | 2.278         |
| Colegial              | 195           |
| <b>Total</b>          | <b>25.812</b> |

Fonte: IBGE, 1956

De acordo com os dados acima, podemos identificar que o principal problema da educação brasileira era sua má qualidade e ineficiência, sobretudo no que diz respeito a continuidade dos estudos após a aprendizagem da instrução básica. Esta, com um número relativamente alto se comparado com os outros níveis de ensino, mas, lembremos que de toda a população com idade escolar presente em 1950, este valor não representa nem a metade.

Através dessas estatísticas, conseguimos observar algo já descrito anteriormente, a dificuldade da maioria dos jovens nos exames de admissão ao Secundário e, os obstáculos para permanecer nele.

A incapacidade da instituição educacional de ser imparcial e não privilegiar classes sociais mais pobres, ou seja, de ser “universal” assim como ansiavam os Pioneiros da Educação, ou “unitária”, como desejava Gramsci (1982), fomenta e dissemina preconceitos, estereótipos, capacidades e, termina por proporcionar o surgimento e a permanência de práticas de educação para se desenvolverem junto a ela, já que a mesma não é capaz de abarcar toda a sociedade de forma igualitária.

Pelo resultado de tal análise, faz sentido um estranhamento das distorções e desvios de rota em relação a uma escola que se revela não-neutra e que reproduz, contraditoriamente em sua própria organização, as desigualdades sociais que deveria eliminar, ou, ao menos, minimizar.

A análise da escola à luz do que ela deveria ser acaba, turvando o reconhecimento das bases sociais sobre as quais ela se assenta, as mesmas bases que a tornaram necessária, isto é, a sociedade capitalista (MINHOTO, 2007, p.162).

A sociedade capitalista citada por Minhoto (2007), desenvolve nos cursos Ginásial e Superior, o protótipo perfeito para a perpetuação das diferenças de classe pela



instrução. No quadro abaixo, podemos perceber o quanto o reduzido número de estabelecimentos e matrícula de Ensino Secundário, afirmam o que acabamos de ilustrar.

**Tabela 13** - Estabelecimentos de Ensino Secundário em Sergipe (Década de 1950)

| <b>Ano</b>  | <b>Número de estabelecimentos</b> | <b>Matrículas</b> |
|-------------|-----------------------------------|-------------------|
| <b>1950</b> | <b>13</b>                         | <b>2.579</b>      |
| <b>1951</b> | <b>14</b>                         | <b>2.846</b>      |
| <b>1952</b> | <b>15</b>                         | <b>3.124</b>      |
| <b>1953</b> | <b>16</b>                         | <b>3.462</b>      |
| <b>1954</b> | <b>18</b>                         | <b>3.728</b>      |
| <b>1955</b> | <b>17</b>                         | <b>3.871</b>      |
| <b>1956</b> | <b>21</b>                         | <b>4.572</b>      |
| <b>1957</b> | <b>21</b>                         | <b>4.718</b>      |
| <b>1958</b> | <b>25</b>                         | <b>5.202</b>      |
| <b>1959</b> | <b>24</b>                         | <b>5.707</b>      |

Fonte: INEP, 1959

Contando com uma matrícula relativamente baixa (se levarmos em consideração o número de estabelecimentos), concluiremos que a seletividade para esse nível de ensino era imprescindível para propagar as relações de poder entre a elite e os menos favorecidos socialmente. Os poucos escolhidos para adentrar às distintas instituições secundaristas, integrariam e manteriam o status quo socioeconômico do estado. Para aqueles que não conseguissem passe para a continuidade dos estudos havia a chamada de 2ª época, uma nova oportunidade para realizar o teste. Na capital, essa possibilidade fazia com que a educação doméstica particular viesse a se tornar uma excelente fonte de lucro para os professores que ofertavam o reforço de disciplinas específicas para este fim (algo que veremos posteriormente nesta tese).

A seletividade do curso secundarista, não era algo inerente ao conhecimento da sociedade, contudo, a responsabilidade por tal ocorrência consistia sempre no professor, na família, na falta de interesse do próprio aluno, algo evidenciado nas pesquisas de Patto (1993). Logo a seguir, vemos a opinião de um Inspetor da Educação, em seu relatório enviado ao Diretor do Departamento, Acrísio Cruz:

Figura 47 – Fora da escola

A instrução vive inteiramente ligada ao fator econômico. Regra geral, os que vivem fóra da capital e do trabalho assalariado, só consentem que seus filhos frequentem escola durante dois ou três anos, o necessário apenas para <sup>que</sup> saibam ler e escrever. Nestas condições arrancam-nos dos bancos escolares e levam-nos para o trabalho dos campos. É mais um braço no sustento da casa.

Esse o fator primordial que entrava o desenvolvimento da instrução, não permitindo que se eleve o número de alunos que concluem o curso primário.

Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe, 1947

O inspetor tem razão ao analisar esta questão sob o julgo da economia, todavia, a decisão de abandonar a escola, ou de não dar continuidade aos estudos após a conclusão do Primário, não pode estar sobre a responsabilidade do núcleo que sofre essa separação social, pelo contrário, essa diferenciação deve ser majoritariamente atribuída à administração pública que fez do Ensino Secundário e Superior “por quase toda a primeira metade do século XX, um tipo autônomo de ensino, que teve por função o controle e a reprodução das elites dirigentes” (MINHOTO, 2007, p. 7).

A culpabilidade pela baixa estatística de conclusão do ensino básico, demonstra a fragilidade da educação em não conseguir atrair e manter o aluno dentro da instituição por muitos anos. O plano dos governantes, era destituir de vez as antigas práticas de ensino, formalizando apenas a escola como detentora do poder de instruir as massas populares. Assim como interpreta a mesma autora:

[...] a educação moderna deveria se opor à estrutura educativa da “velha elite”, que pecava pela falta de formação necessária para a correta condução dos rumos da nação, tal era o “estado de atraso” que identificavam no país.

Nota-se, nesse movimento, a condenação das elites políticas liberais e ao mesmo tempo a defesa da constituição de uma nova elite para a direção do Brasil, elite que deveria se submeter a um processo de escolarização tecnicamente controlado e eficiente em outros termos, a defesa de uma nova instituição para a criação de uma nova elite<sup>49</sup>

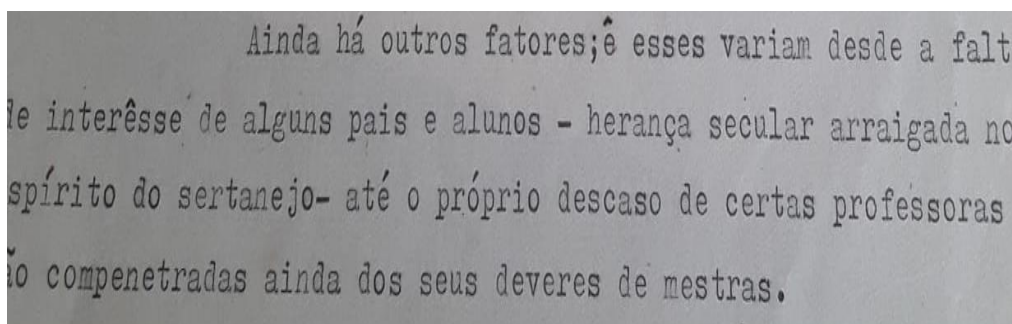
Porém, a nova elite a qual se refere a autora faz da modernização escolar, cortina para esconder a real situação da educação no país. Em Sergipe, por exemplo, o controle

<sup>49</sup> Ibidem, p. 125.

e a submissão não conseguem deter o ensino que acontece dentro das residências particulares de muitos professores, esses, passam a ser tratados com indiferença e passam a sobreviver à sombra do sistema formal de educação.

Na tentativa de arrumar culpados para a evasão escolar e os baixos índices de aprovação ao Secundário, o Inspetor continua discorrendo sobre o que acredita ser a razão dessa revelia.

**Figura 48 - Descaso**



**Fonte:** Arquivo Público do Estado de Sergipe, 1947

Nesse trecho, identificamos um pensamento que perpassava pela mente de muitos sergipanos. Para muitos, a razão pela má qualidade da educação estava na incapacidade dos professores e na leviandade de pais e alunos em relação aos estudos. O espírito sertanejo ao qual se refere o Inspetor, vem carregada de princípios estigmatizantes do “ser nordestino”. Na pesquisa empreendida por Patto (1993), o perfil ruralista caracterizado no personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, favoreceu a difusão dos estereótipos do homem do campo, pobre e analfabeto. Portanto, com a propagação da ideologia urbano-industrial e modernizante do início da República, a imagem do sujeito da zona rural adoecido pela falta de atenção das autoridades políticas locais, impregnaram a mente da sociedade com crenças preconceituosas de cidade em detrimento do interior.

Podemos entender da afirmação do inspetor que, se a escola fracassa, neste recorte percebido através das estatísticas referentes a repetência, evasão, matrículas, aprovação e reprovação, a solução estes males estaria na mudança da mentalidade “atrasada” de seus pais e do meio cultural em que o aluno vive. Somente por essa transformação, os jovens seriam capazes de superar tal fracasso.

De acordo com Bray (2021), mesmo com a instauração de novas ideias (no caso do Brasil, após a instauração da República) pelos governos de que a educação deveria

ser encarada como instrumento de desenvolvimento nacional e crescimento econômico, em muitos casos, fora o ensino ofertado nas casas dos mestres ou da família que manteve minimamente uma rede educacional vigente e, tornando a educação na sombra necessária.

Segundo nossas pesquisas, em Sergipe, é somente a partir da década de 1950 que a educação doméstica passa invariavelmente a declinar<sup>50</sup>. Mesmo ainda sendo necessária e sem dar indícios de que iria desaparecer, com o encaminhado ao Congresso Nacional do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino da casa precisa mais uma vez modificar-se para atender a nova demanda educacional que estava por vir<sup>51</sup>. Por ora, discutiremos um pouco sobre a nova fase que proposta dessa Carta traria para o desenvolvimento qualitativo das instituições de ensino, uma etapa fundamental para a política educacional brasileira.

Vazada nos moldes gerais, explicitamente preconizados pela Carta de 18 de setembro, que estabeleceu a necessidade de uma nova política de educação, com objetivos definidos, a coberto da influência de sistemas filosóficos contrários às tradições nacionais, há de ser uma lei que, a exemplo dos estatutos ingleses, necessitará mais de desenvolvimento do que de reformas. Será um flexível conjunto de princípios, de bases, de limites e de faculdades criadoras: uma verdadeira constituição do ensino, que suscitará e modelará os sistemas estaduais, cujas leis deverão obedecer ao seu espírito (REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1952, V. 17, nº 41, p. 75).

A Carta de 18 de setembro citada acima, faz referência a Constituição de 1946, que estabelecera uma nova legislação para os diversos setores do Estado e para a Educação. É bem verdade que sua tônica mantinha e reforçava preceitos da Carta anterior (1934), porém, havia algo inovador que seria discutido durante toda a década de 1950. O então ministro da educação Clemente Mariano forma um grupo de ex-participantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação para a elaboração de um Plano Educacional que regeria toda a federação, iniciando assim, os trabalhos para a formulação da LDB.

Formulado o anteprojeto que organizava a Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional e, enviado ao Congresso para avaliação, seu conteúdo obtivera uma resposta nada entusiasta do antigo ministro da educação durante o Estado Novo, Gustavo Capanema que, na ocasião descrevera o documento da seguinte forma:

<sup>50</sup> Essa afirmação pauta-se no número de anúncios encontrados nos periódicos sergipanos nessa década.

<sup>51</sup> Veremos quais foram essas alterações no capítulo 5 desta tese.

Não se iniciou ela (a proposta da lei) com intenções pedagógicas, como era tão natural que a nação desejasse esperar. É infeliz o projeto, porque nele não se contém apenas matéria de educação, mas uma atitude política. Foi lançado num certo dia de 29 de outubro quando então ministro de Educação, o eminente, o ilustre Clemente Mariani reuniu, no Palácio do Catete, os festejos do Governo Federal, com os aparelhos da propaganda, com ruídos do civismo e da política de então, para comemorar, com a apresentação deste projeto, a queda do presidente Getúlio Vargas (CAPANEMA, Diário do Congresso Nacional, 1957 apud CUNHA e FERNANDES, 2012, p. 859).

A partir daí, as discussões em torno da LDB e de sua possível aprovação, perpassou por definições de democracia, pluralismo e regionalidade, além claro, dos ensinamentos religiosos na educação, neste sentido, as relações entre poder público e setores privados na educação passaram a ter papel importante nos debates sobre a futura lei<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Abordaremos um pouco mais sobre as discussões envolvendo a LDB no capítulo 6 desta tese.

## 8.5. ENSAIOS PARA A ELABORAÇÃO DA LDB: ENTRE A LIBERDADE DO ENSINO E O ESTADO

Iniciado o período da industrialização pós Revolução de 1930, representantes do propósito de continuidade da hegemonia elitista no país agiam sob a influência nacional-desenvolvimentista inspirada de outras nações, rumo ao rápido progresso econômico do Brasil. Contudo, os altos índices de analfabetismo e os sérios problemas de cunho urbano e social enfrentados em todos os estados do Brasil, preconizava mudanças significativas nos assuntos relacionados a aplicação de recursos financeiros e nos assuntos relacionados às competências administrativas desses setores.

Em uma época em que o capitalismo estava sendo verdadeiramente instaurado e, passava a definir normas de divisão de trabalho, produção acelerada e consumismo exacerbado. Não obstante o ensino, imputado nas mãos de três esferas, privada (doméstica), pública (estatal e municipal) e religiosa (particular), seria a máquina perfeita para a ideologia liberalista em desenvolvimento.

De acordo com Vasconcelos (2005), a Igreja Católica desde seus primórdios era guardiã dos conhecimentos da leitura e da escrita, pois, a seus membros eclesiásticos era proibida a ignorância. Desse modo, a participação na Igreja, estava condicionada à instrução, algo restrito a uma pequena parcela da sociedade. Essa parte, formada pela burguesia, obtinha a educação por meio da educação doméstica, muitas vezes realizada por ações religiosas. Portanto, entre os séculos XIV e XVII, os discípulos educados em claustros de cunho católico populariza-se entre os mais abastados da sociedade.

No século XVIII, segundo a mesma autora,

tal modelo cultural e educativo, forjado a partir das práticas educacionais utilizadas pela Igreja, já não corresponde mais às exigências econômicas, políticas e sociais da população e o Estado, progressivamente, toma o lugar da Igreja, buscando a institucionalização e estatização da educação. Nessa perspectiva, desenvolve-se a forma escolar que, sob a tutela do Estado, pretende uniformizar e reunir a educação da população em espaços adequados para esse fim<sup>53</sup>

Para a autora, é a partir desse ponto que se inicia uma disputa pela obrigatoriedade ou pela liberdade dos familiares escolherem como se daria a instrução de seus filhos. Sob a alegação de os espaços adequados para a educação estarem intimamente ligados

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 26

com a vida religiosa e a “correção” dois rebentos, os eclesiásticos, colocam em pauta uma possível ruptura com o modo de ensino proposto pelo Estado.

Neste aspecto, a educação doméstica, enquanto uma escolarização de cunho privado e domiciliar terminou por beneficiar-se dos entraves que desencadearam o movimento pela liberdade das famílias na escolha da melhor forma de educação.

O debate acerca da escolha da educação a ser ministrada às crianças e aos jovens para prepará-los para a vida religiosa, para a carreira das letras ou das humanidades, ou como forma de distingui-los, de acordo com o estatuto social da época, vai, conseqüentemente, situando-se, então, no âmbito das possibilidades existentes: a educação “pública” e a educação “particular” ou doméstica<sup>54</sup>

Contudo, o debate citado pela autora, ao longo dos séculos XIX e XX, não será entre Igreja e Estado, mas sim entre Igreja e sociedade civil. A partir da instauração da República e nas três décadas seguintes, a Igreja Católica torna-se importante alicerce para o Governo, tendo como marco simbólico desse estreitamento a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, em 12 de outubro de 1931. Além disso, a luta contra a ameaça comunista proclamada pelo Estado, tinha como um dos principais aliados o segmento católico. Desse relacionamento brotou o decreto que permitia o ensino religioso nas escolas públicas (1931). Dava-se a partir daí, uma acalorada polarização entre o grupo a favor dessa medida e, os defensores da Igreja católica (PASINATO, 2014).

Segundo Pasinato (2014), os interesses da Igreja Católica iam além da implementação do ensino religiosos nas escolas, já que,

[...] estava enraizada no ensino secundário, o qual ela praticamente controlava através de sua rede de colégios e tinha forte presença entre intelectuais. Porém, não tinha praticamente nenhuma presença no ensino primário. Assim, ao lutar pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja estava lutando para garantir a sua influência sobre as classes populares urbanas (p. 30).

Como já explicitado nesta tese, a clientela do ensino secundário era proveniente das camadas privilegiadas da sociedade, oriundas da velha burguesia patriarcal oligarca das décadas anteriores a 1930 que buscavam distinção social por meio da educação, assim, o monopólio da iniciativa privada eclesiástica utilizava-se da necessidade de distribuição de verbas para a manutenção da sua rede de escolarização. Na realidade, as reivindicações e discussões quanto a laicidade do ensino a partir de 1930, culminando com a promulgação da LDB, de acordo com Buffa (1979), pautava-se muito mais na

---

<sup>54</sup> Ibidem, p. 27

destinação do financiamento público às instituições de ensino particulares do que a religiosidade em si.

Buffa (1979), vai além e afirma que a insistência pela liberdade ensino fora “desencadeada por interesses de grupos, os mais conservadores do país, com o objetivo de defender seus privilégios contra a virtualidade de ascensão das massas populares à vida nacional” (p. 40). Sendo assim, no centro dos confrontos entre defensores e críticos da laicidade do ensino, surgiam sorrateiramente pautas ideológicas e políticas.

Sergipe não destoava do restante do país e, a Igreja católica também agia ativamente na manutenção de seus interesses enquanto privilegiados, mesmo que enfraquecidos.

Depois que a Igreja foi despida de alguns privilégios com o advento do regime republicano, embora houvesse quem pregasse novo trabalho de evangelização de “baixo para cima”, como o Pe. Júlio Maria, na verdade isso pouco se realizou. Os religiosos permaneceram, em sua maioria, apegados aos valores e às posturas da classe dominante, reproduzindo as relações de dominação. Apesar dessa sintonia de ponto de vista com as forças dominantes, as relações da Igreja com o Estado não parecem ter sido das mais calorosas, inclusive em Sergipe. Pelo menos sua presença não é invocada com frequência, como seria mais tarde para referendar atos oficiais (DANTAS, 1989, p. 166).

Com a promulgação da Carta de 1934, a inclusão do ensino religiosos nas escolas dera a Igreja uma grande conquista no sistema educacional. Apesar de a frequência ser teoricamente facultativa, ele estava garantido na grade curricular escolar.

Vejamos o que estava proposto na lei:

Art. 153 – O ENSINO RELIGIOSO será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (BRASIL, 1934).

Contudo, este assunto não se encerra aí, a vitória dos católicos seria ainda razão para muitos debates no país. A Constituição de 1937, sentencia a hegemonia da Igreja católica ao determinar o seguinte:

Art. 133 – O ENSINO RELIGIOSO poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores nem de frequência compulsória por parte dos alunos (BRASIL, 1937).

Para Pasinato (2014), a Constituição de 1937 era inspirada nas constituições dos regimes fascistas europeus. Ao traçar diretrizes de formação física, intelectual e moral,



bem como determinar a liberdade de ensino à iniciativa individual, deixando as obrigações do Estado para com a educação em segundo plano, sendo este responsável quando e onde não houver recursos nas instituições privadas.

A Constituição de 1946, redigida e promulgada com o fim do Estado Novo diferenciava-se da Constituição de 1937, adotando características mais liberais.

Art. 168 Parágrafo 5º - O ENSINO RELIGIOSO constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo representante legal ou responsável (BRASIL, 1946).

Com o passar dos anos, os embates acabaram por tornar-se cada vez mais acalorados, sobretudo depois da apresentação do substitutivo do deputado Carlos Lacerda (UDN/DF), em 1958. O político, baseando-se em considerações cristãs (católicas) que, por dominarem o setor de Ensino Secundário, ansiavam pelo pleno monopólio das instituições particulares, deferiu inúmeras críticas a centralização estatal frente os assuntos educacionais.

Do outro lado, a comissão responsável pelo projeto de lei, rebatia as tentativas de permanência da ambiguidade do ensino e do monopólio educacional pretendido pelos opositores do documento que forjava a LDB. Um deles foi o encarregado da subcomissão do ensino primário, Almeida Júnior que, percebendo as intenções do grupo contrário ao projeto, tece algumas deliberações sobre as objeções feitas por Capanema e Carlos Lacerda, culminando no substitutivo chamado por ele de “projeto conciliador”.

Ao projeto liberal (e antes mesmo de ser levada à Câmara a contribuição do grupo de educadores) veio opor-se, em começos de 1959, um substitutivo inteiramente diverso. Assinava-o Carlos Lacerda, ilustre deputado cuja ideologia em matéria de educação, ajudada pelo brilho de sua palavra, atraiu em favor da nova fórmula adesões poderosíssimas, dentro e fora do Parlamento. Do choque entre as duas concepções resultou um “impasse”, e, para que este “impasse” se removeesse, foi redigido novo texto, o qual, tendo em vista a intenção dos seus autores, chamarei de “projeto conciliador”. Vou, através desta exposição, examinar o projeto conciliador; não, por certo, em todos os pormenores (o que nos levaria muito longe), mas nos aspectos de maior interesse para a educação nacional (JÚNIOR, 1959, p. 6).

Almeida Júnior começa então a expor o que propunha o documento apresentado por Lacerda que, em suma era favorável a liberdade de ensino e aos direitos de escolha da família, longe da burocracia estatal.

Eis o que ele escreve acerca do direito da família.

No que tange ao direito da família, elogia-se esta fórmula do projeto conciliador: "A educação da prole é direito da família".

*Data venia*, discordamos, pois o que nos parece exato é que a educação não constitui um "direito" e sim um "dever" da família. Dever de que esta se desincumbirá, a princípio, em seu próprio seio, e, mais tarde, também através da escola.

O direito que efetivamente cabe aos pais é, "por prioridade", o de "escolher o gênero de educação a ser dado aos filhos" — como se infere do texto constitucional brasileiro e como se lê na Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada em 1948, inclusive pelo Brasil. Se, no desempenho desse papel, durante os anos iniciais da infância, a família é insubstituível, tem esta, a partir dos sete anos, necessidade de recorrer à colaboração da escola. Começa nesse momento a interferência imprescindível do Estado, única entidade com força suficiente para, se necessário, compelir a família. Em relação a alguns pais dispensa-se a coerção; mas em nosso meio, infelizmente, a resistência é ainda poderosa (JÚNIOR, 1959, p. 8).

O objetivo do texto presente no substitutivo era assegurar o direito familiar de escolher e de “prover, com prioridade absoluta a educação dos filhos e o dos particulares comunicarem aos outros os seus conhecimentos (Diário do Congresso Nacional, 1958, p. 7622)”. Assim, as considerações de Almeida Júnior ao associar direitos e deveres familiares aos cuidados do Estado para com toda a população, compele os liberais a se contentarem com a colaboração e não com a dianteira.

Acerca do monopólio do ensino, Almeida Júnior acrescenta.

Houve no passado, e continua a haver no presente, por esse mundo afora, casos de monopólio do ensino pelo poder público. Mesmo nos Estados Unidos, tão profundamente liberais, o Michigan tentou modificar sua Constituição antes da última guerra, para poder fechar todas as escolas particulares: mas a proposta caiu. E o Oregon chegou a aprovar projeto análogo, que foi, todavia, invalidado em 1925 pela Corte Suprema norte-americana. Este alto Tribunal declarou então: **"a teoria fundamental de liberdade, sob a qual repousa o governo deste país, exclui qualquer poder geral do Estado de padronizar seus filhos obrigando-os a aceitar tão somente o ensino dos professores oficiais"**.<sup>55</sup>

O Brasil considera o ensino uma função do Estado, mas nunca o colocou sob monopólio, tanto que um levantamento estatístico de 1958 mostra que 12% dos alunos de curso primário, 60% dos de curso médio e 58% dos de curso superior faziam seus estudos, em nosso país, frequentando escolas particulares; e sabemos que seus certificados e diplomas gozam das mesmas regalias atribuídas aos equivalentes documentos oficiais. Tudo isso está fielmente consignado, embora com louvável singeleza, na Constituição vigente, ao declarar esta, em seu art. 167, que "o ensino dos diferentes ramos (...) é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem" (JÚNIOR, 1959, p. 9).

---

<sup>55</sup> Grifo nosso.

Levando-se em conta tais considerações, vale dizer que os valores aprendidos no seio de uma instituição escolhida pela família ao passo da realidade assentada na escola estatal, visavam neste sentido a diferenciação dos indivíduos em classes, grupos, crenças, dogmas, enfim, seria pautado numa finalidade não só de eliminar a competitividade, como também de descartar qualquer possibilidade de ascensão social das classes sem as mesmas regalias dos que podem frequentar um estabelecimento de ensino particular.

Anísio Teixeira descreve o cenário brasileiro caso o projeto substitutivo contasse com aprovação. Segundo ele as tendências serão,

as do desinteresse do poder público pela educação, do fortalecimento da iniciativa privada, da preferência pela educação de "classe", da expansão da educação para os já educados, ou seja, a expansão, sem plano, das formas de educação mais aptas a promover certo "aristocratismo educacional", eufemismo com que encobrimos a educação para lazer, o parasitismo burocrático e a promoção de status social (TEIXEIRA, 1959, p. 29).

De todos os jornais pesquisados ao longo desta tese, a maioria possuía notas esparsas sobre as disputas envolvendo o ensino religioso e os embates para a promulgação da LDB, entre eles há um que se destaca por ter sido estritamente de ordem religiosa. O periódico “A Cruzada”, elaborado e mantido pela Igreja Católica e durante muitos anos sob a direção do padre Luciano Duarte, por diversas vezes esteve no centro de conflitos educacionais que permeavam Sergipe e o país. A questão da implementação do ensino religiosos nas escolas e a liberdade de ensino, obviamente não seria um assunto que a ordem cristã estatal deixaria de expor e, é claro, incentivar. Posicionando-se a favor dessas duas prerrogativas, os eclesiásticos contribuíam para a permanência da educação doméstica que, como já visto anteriormente, passou a viver à sombra do sistema formal de ensino após a década de 1930. Afinal, sob pretextos de manutenção da moral, da família e da religião, as famílias podiam recusar a educação oferecida pelo Estado, considerada de péssima qualidade e à livre escolha, poderia matricular seus filhos em uma escola privada confessional, ou ainda, em uma aula particular doméstica.

Não nos esqueçamos que a aristocracia sergipana ao galgar espaços nos ginásios particulares e nas recém criadas Faculdades, almejavam títulos hierárquicos que os mantivesse dentro do padrão social ao qual foram habituados a ocupar. Dessa forma, um sistema privado de educação acabou por se constituir celeiro de ascensão social. Mas, em uma sociedade pautada na igualdade de direitos, diante da obrigatoriedade de um

sistema laico e universal, a ameaça de quebra da hierarquia se fazia constante, neste caso, entregar o controle da educação às famílias e a Igreja, manteria a dinâmica social de subordinação viva.

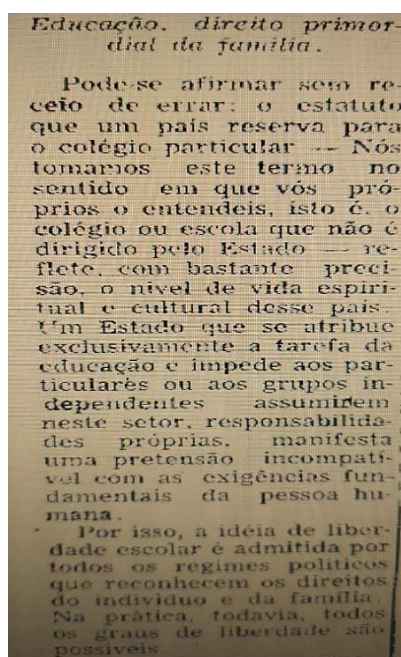
Acerca da liberdade de ensino proclamada pelas famílias, Anísio Teixeira escreve.

Nunca nos devemos esquecer que nas concessões que se fazem aos que pedem liberdade de ensino, aos que lutam contra a escola pública, aos que defendem a escola particular, estão em jogo todos os valores democráticos. Apoiar o ensino particular significa, num Estado que não tem recursos sequer para manter as próprias escolas, manter a educação como um privilégio de ricos; admitir a liberdade *da* escola significa cooperar com os que não querem liberdade *na* escola. \* 48

Para Teixeira, o estímulo a liberdade de ensino intimida a democracia e fere um dos princípios básicos dos deveres do Estado, o de criar e manter instituições de ensino gratuitas ao alcance de toda a população. Ao expor que não haverá liberdade *na* escola, acreditamos que ele esteja se referindo ao controle sobre ao conhecimento proferido dentro dos muros escolares e ao conservadorismo confessional que impediria a livre circulação de informação nos espaços de educação.

Vejamos a seguir o que o jornal A Cruzada exibia em suas páginas a respeito deste tema:

**Figura 49** – Direito primordial da família.



Fonte: A Cruzada, 15/02/1958

Conforme a figura 49:

Educação direito primordial da família

Pode-se afirmar sem receio de errar: o estatuto que um país reserva para o colégio particular - Nós tomamos esse termo no sentido em que vós próprios o entendeis, isto é, o colégio ou escola que não é dirigido pelo Estado - reflete com bastante precisão, o nível de vida espiritual e cultural desse país. Um Estado que se atribue exclusivamente a tarefa da educação e impede aos particulares ou aos grupos independentes assumirem nesse setor, responsabilidades próprias, manifestam a pretensão incompatível com as exigências fundamentais da pessoa humana.

Por isso, a ideia de liberdade escolar é admitida por todos os regimes políticos que reconhecem os direitos do indivíduo e da família. Na prática, todavia, todos os graus de liberdade são possíveis (A Cruzada, 15/02/1958).

Utilizando-se dos preceitos de espiritualidade e humanidade, bem como do respeito a individualidade, a crítica reforça os mandamentos da doutrina liberal católica instituída no país, visam combater as inovações, são contrários a fiscalização, a intervenção do Estado, a laicização, a coeducação e, enxergam a escola pública brasileira como um anto de formação revolucionária e da desagregação dos hábitos tradicionais (TEIXEIRA, 1959).

Que a escola pública vinha sofrendo críticas desde sua instauração não era novidade, contudo os projetos que visavam enfraquece-la em favor do ensino privado estava longe de servir aos interesses socioeconômicos do país. Além do mais, atribuir à realidade educacional vivenciada pela nação brasileira na década de 1950, à falta de liberdade de ensino aos particulares atende tão-somente aos desejos dos filhos da classe burguesa e do patriarcado clerical da época essa necessidade de “libertação.

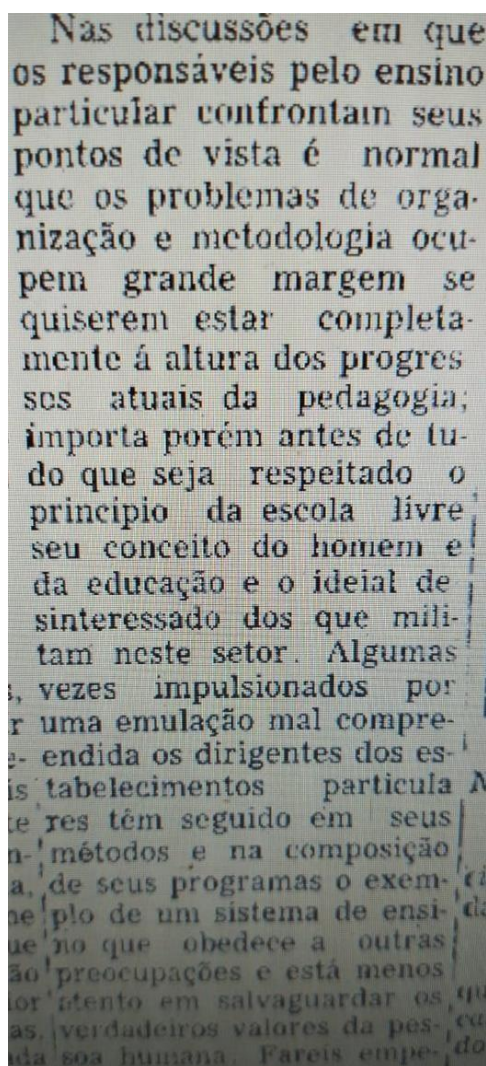
A insistência para que os particulares ou os grupos independentes possam ser responsáveis pela educação da população demonstra que as forças conservadoras contrárias ao ensino oferecido pelo Estado, sob o argumento de estarem agindo sob o princípio da democracia, temiam que as classes que frequentassem as escolas gratuitas pudessem fazer parte da vida econômica e política do Brasil. De acordo com Romanelli (1999), esse temor,

(...) consistia, sobretudo, no risco de extensão de educação escolarizada a todas as camadas, com evidente ameaça para os privilégios até então assegurados às elites. Insurgindo-se contra as reivindicações do movimento renovador, a Igreja Católica tomou o partido da velha ordem e, com isso, da educação tradicional (p. 144).

Ao preterir a educação tradicional, os católicos se utilizavam de justificativas que perpassavam pelo sucesso escolar nos moldes de outros países, de outros regimes políticos, como é citado no recorte jornalístico acima. Esse pensamento se desvinculava do contexto social do país e refletia a polarização industrial-desenvolvimentista educacional do Brasil. Além do objetivo de desmonte da educação estatal, entendemos que esses incentivos encorajavam também a educação particular doméstica, compactuando com a sua existência.

Vejamos a seguir, mais um recorte do jornal “A Cruzada”:

**Figura 50** – Escola livre



Nas discussões em que os responsáveis pelo ensino particular confrontam seus pontos de vista é normal que os problemas de organização e metodologia ocupem grande margem se quiserem estar completamente á altura dos progressos atuais da pedagogia; importa porém antes de tudo que seja respeitado o princípio da escola livre seu conceito do homem e da educação e o ideal de desinteressado dos que militam neste setor. Algumas vezes impulsionados por uma emulação mal compreendida os dirigentes dos estabelecimentos particulares têm seguido em seus métodos e na composição de seus programas o exemplo de um sistema de ensino que obedece a outras preocupações e está menos atento em salvaguardar os verdadeiros valores da pessoa humana. Fareis empe-

**Fonte:** A Cruzada, 05/04/1958

Anísio Teixeira descrevia esse “ideal desinteressado” citado no trecho jornalístico exposto acima como originário dos tempos coloniais onde, os primeiros donatários do país faziam das capitanias públicas, instituições privadas e agora, influenciados pela

*América* do Norte e presos aos falsos ideais de igualdade do século XIX, colocam em jogo o sistema público de ensino sob justificativas de estarem ao lado da moral e do humano. O desinteresse, segundo Anísio Teixeira, vem carregado de um anacronismo insolente, incapaz de trazer desenvolvimento para o país (TEIXEIRA, 1959).

Pode-se examinar o conflito acerca dos responsáveis pelo ensino através de vieses políticos e econômicos, segundo o qual o Estado e a Igreja católica se utilizariam, além de inúmeras prerrogativas de ordem renovadora e/ou sedimentadas na democracia. Como bem podemos ver no texto exposto no jornal, os defensores do ensino livre declaravam que estavam sendo mal compreendidos, já que a intencionalidade em apoiar as famílias provocara insurgências entre os intelectuais defensores do Projeto de Lei que criava a LDB.

Contudo, a principal razão pela qual os defensores da liberdade de ensino lutavam era a possibilidade de subvenção estatal caso a escolha da educação ficasse a cargo da família. Segundo Romanelli (1999), no substitutivo apresentado por Lacerda, ficava claro esse intuito, principalmente no seguinte artigo:

Art. 7º - O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e aos particulares:

- a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção de ensino;
- b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as escolas particulares, proporcionalmente ao número de alunos atendidos;
- c) pelo conhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares (p. 174).

Esses itens não só ocasionariam polêmicas, como também pretendia que o Estado continuasse prisioneiro de interesses privados na esfera da educação, abrindo mão de sua “autonomia na realização das tarefas educacionais que lhe competem administrativa e politicamente, e com devastação improdutiva dos recursos oficiais destinados à educação” (FERNANDES, 2020, p. 106).

Florestan Fernandes, defensor da escola pública contribuiu para os debates educacionais em prol de um ensino gratuito de qualidade, desde a década de 1950. Seu objetivo central, de acordo com o próprio, era a promoção de uma educação sem restrições de ideologia, de economia, de raça, social e religiosa, ofertada para todos, sem distinção de classe<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> Ibidem



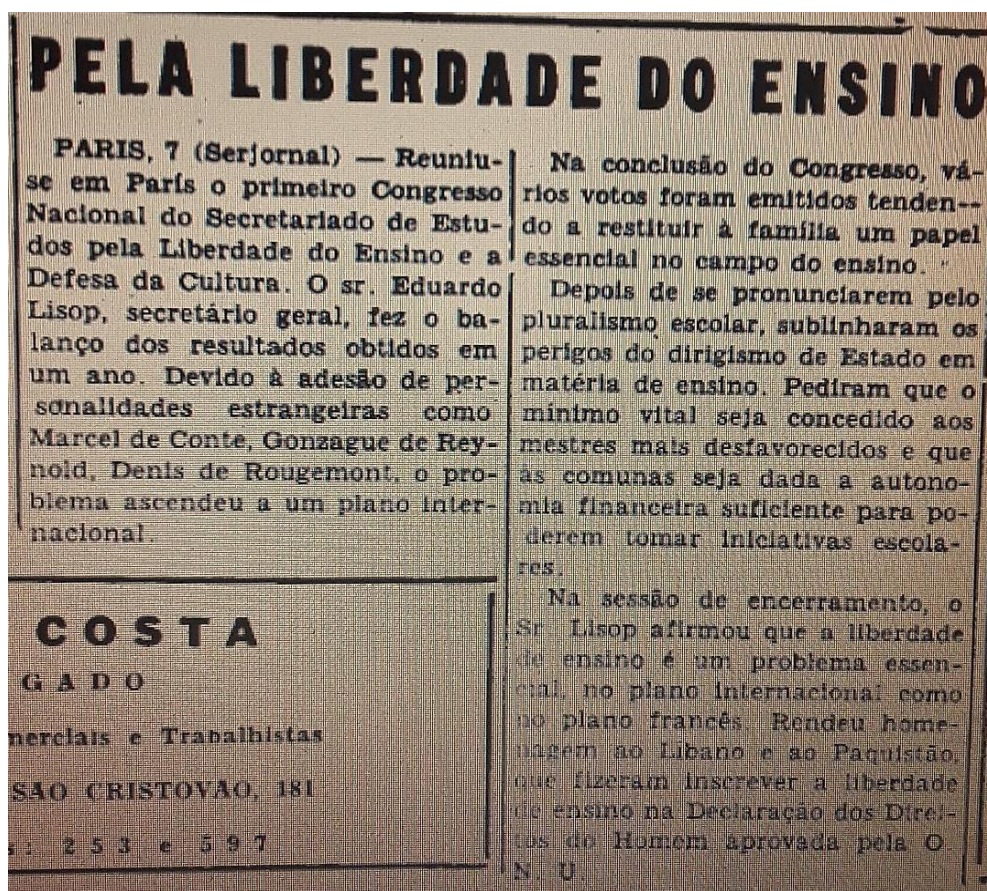
Segundo o autor, o projeto de lei que tramitava na Câmara, seria um retrocesso para a educação. Promoveria, entre outras subversões, a volta do mercantilismo pelo poder dos donos de estabelecimentos particulares de ensino, subjugando o Estado aos senhores que defendiam seus interesses privados (FERNANDES, 2020).

Transvestido de boas intencionalidades, o substitutivo propunha que a educação se tornasse um instrumento que poderia atuar como moralizadora da educação ou, como nas palavras de Carvalho (1987), servir como “obra de moldagem do povo” (p. 75). Neste sentido, os grupos liberais liderados pela Igreja Católica, pretendiam fomentar a desconfiança sobre a escola pública que supostamente se omitiam no papel de civilizar a sociedade pelo ensino.

Dessa forma, grupos liberais, sobretudo religiosos e parte da sociedade civil católica, se engendravam para que não apenas o substitutivo fosse aprovado, como para que a LDB pudesse contemplar seus anseios.

Observemos a seguir um recorte de jornal que prega essas prerrogativas:

Figura 51 – Pela liberdade do ensino



Fonte: A Cruzada, 14/03/1959



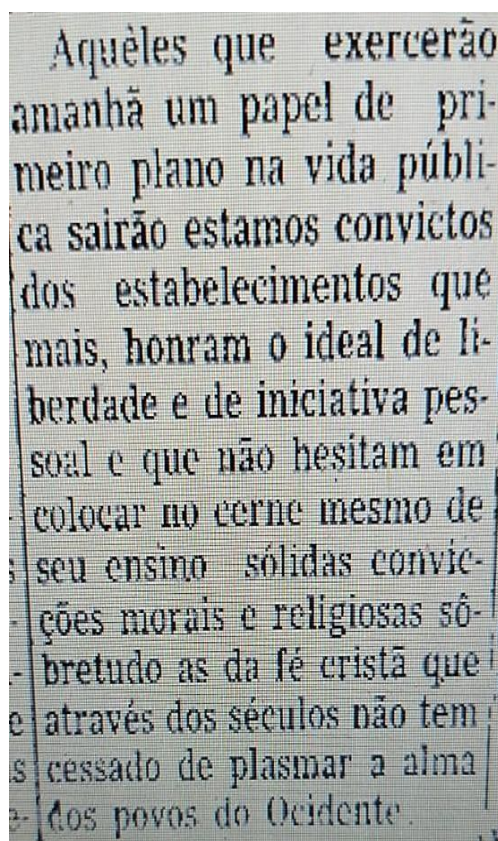
Podemos perceber na nota acima a defesa do papel da família na escolha do ensino, o pluralismo escolar e o apoio financeiro e autonomia aos mestres que desejassem promover uma educação de cunho privado. Ressaltamos que na década de 1950, como já foi possível identificar nesta tese, a oferta da educação doméstica nos periódicos sergipanos cai consideravelmente, se compararmos com a década de 1930, acreditamos que a constante defesa por uma escola pública acessível a toda a população tenha contribuído para que isto acontecesse. Desse modo, ao nos depararmos com as afirmações acima, compreendemos que o objetivo era manter a sociedade brasileira em uma sociedade de classes, de economia capitalista de subaproveitamento (FERNANDES, 2020).

Neste aspecto, percebemos que mesmo que a educação doméstica em Sergipe já se encontrasse limitada, forjada em moldes diferentes de décadas anteriores, afim de se adequar as novas necessidades da educação na década de 1950, os setores da sociedade que defendiam o ensino religioso e a liberdade de ensino, eram à favor da continuidade das tradicionais práticas de escolarização, e isso incluía o ensino particular que acontecia em âmbito domiciliar.

De acordo com Vasconcelos (2004), as discussões sobre a quem cabia o ensino, partiram de algumas prerrogativas que defendia a moralidade à ciência, a educação à instrução, algo que concernia à professora particular que mantinha sua aula doméstica.

Observemos mais um trecho do jornal A Cruzada acerca da liberdade de ensino:

Figura 52 - Convicção



Aquêles que exercerão  
 amanhã um papel de pri-  
 meiro plano na vida públi-  
 ca sairão estamos convictos  
 dos estabelecimentos que  
 mais, honram o ideal de li-  
 berdade e de iniciativa pes-  
 soal e que não hesitam em  
 colocar no cerne mesmo de  
 seu ensino sólidas convic-  
 ções morais e religiosas sô-  
 bretudo as da fé cristã que  
 e através dos séculos não tem  
 cessado de plasmar a alma  
 dos povos do Ocidente.

Fonte: A Cruzada, 05/04/1958

Vemos que as pautas pela liberdade de ensino e educação religiosa caminham juntas, para Fernandes (2020), as tentativas de ajustar os diferentes tipos de ensino aos processos que estavam transformando a sociedade brasileira são frutos diretos da indiferença da coletividade às iniciativas oficiais na instrução pública.

O projeto de lei sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seria o percussor da legitimação do papel do Estado na normatização e regulação da educação em todo o território nacional, portanto, a defesa da família e a representação da Igreja e dos educadores católicos em torno da alocação de verbas públicas na educação, era uma ameaça à centralização pedagógica e administrativa para o qual o país se encaminhava.

A conclusão de Pasinato (2019), é que,

na verdade, a Igreja temia que suas escolas fossem fiscalizadas pelo Estado, e que diante de eventuais irregularidades poderiam ser fechadas. Outra questão importante de se analisar é em relação às verbas para educação. Imaginemos o Brasil da década de 1950, ainda com um analfabetismo elevado, como já foi anteriormente assinalado, precisando urgentemente investir na educação pública para impulsionar o desenvolvimento e melhorar a vida da população mais pobre, ainda precisar repartir as verbas com a iniciativa privada, sendo

que, esta cobrava mensalidades de seus alunos para estes poderem estudar (s/p).

De acordo com Bray (2021), elevando a qualidade da educação pública, as famílias não precisariam recorrer aos estabelecimentos de iniciativa privada afim de assegurar um ensino satisfatório para seus filhos. Para o autor, “esta situação reflete o papel da educação como um bem para a posição social, pelo qual as famílias buscam maiores quantidades e maior qualidade do que os seus competidores.” (p. 73).

Embora os debates em torno do projeto da LDB tenham sido focados em escola particular versus escola pública, acreditamos que as práticas de ensino particulares presentes em Sergipe, por não se enquadrarem nos critérios dos estabelecimentos oficiais de educação, não apareciam nessas discussões. Contudo, a liberdade de ensino preterida pelas entidades privadas, perpassava também pelas aulas domésticas, já que, como bem demonstra Santos e Barreto (2019), no interior do estado, mesmo na década de 1950, ainda era comum que iniciativas particulares de educação acontecessem. É o que demonstra a narrativa a seguir:

os pais dos alunos foram na sua casa pedir para que ela abrisse uma escola. Assustada com o pedido, ela lembra que se indagou: “- Como vou abrir essa escola se não tem colégio [espaço] aqui?” Os pais então sugeriram que ela usasse o “salãozinho” que tinha na sua casa. Depois de “falar com seu esposo”, decidiu aceitar. (p. 472).

Mesmo recebendo o nome de “escola”, sabemos que o espaço de educação aberto pela professora, não se encaixava nos moldes das instituições formais de ensino, visto que, não se encontrava nos liames da legislação vigente.

Para que as tentativas de que a família pudesse escolher a melhor forma de escolarização para seus filhos desse certo, era necessário que os argumentos fossem sólidos e convencessem a sociedade. Vemos a seguir um recorte de jornal que mostra uma dessas estratégias.

Figura 53 – Alunos pobres versus alunos ricos

# Alunos Pobres Versus Alunos Ricos

Estatísticas muito significativas são as que obteve a nossa reportagem junto à Direção do Colégio Estadual de Sergipe, sobre resultados de exames de admissão ao curso ginásial, de alunos vindos de outros colégios, referentes ao ano corrente.

Separados, numa turma de 225 alunos submetidos a exame, dois grupos A e B, classificados, segundo a situação econômica das respectivas famílias a que pertenciam estes alunos, sendo do grupo A, os alunos de classe rica e do grupo B, os de classe pobre, os resultados apresentados foram os seguintes:

**Grupo A — 39 alunos. Reprovados — 10 (25%); Aprovados 29 (74%)**

**Grupo B — 186 alunos. Reprovados 127 (68%); Aprovados — 59 (32%).**

As estatísticas dão lugar a diferentes interpretação do fenômeno, sendo duas deste tipo: Os alunos pobres que fazem o curso primário ~~gradualmente~~ em grupos escolares ou escolas oficiais, apresentam baixo índice de aproveitamento, o que traduz baixo nível do ensino ministrado nesses estabelecimentos; ou: Os alunos pobres, mal alimentados e mal assistidos no ambiente familiar, apresentam baixo índice de progresso escolar, o que traduz situação de penúria.

Sejam quais forem as causas, o fenômeno merece ser meditado.

Fonte: A Cruzada, 18/04/1959

De acordo com a nota, o fenômeno que faz os alunos pobres, apresentarem maiores índices de reprovação nos exames de admissão ao secundário consiste no fato de terem tido frequentado curso primário em grupos escolares e escolas oficiais (provavelmente públicas). Ora, se havia a campanha em favor da escola pública, também existia a campanha em prol das escolas particulares e cada uma utilizava as afirmações que considerava mais coerente. Segundo Fernandes (2020), a preferência “pela eficácia, extensão e rendimento da rede de estabelecimentos de ensino privado.” (p. 131), assinalaria definitivamente seu *modus operandi* enquanto uma empresa econômica parasitária nos recursos financeiros do Estado.

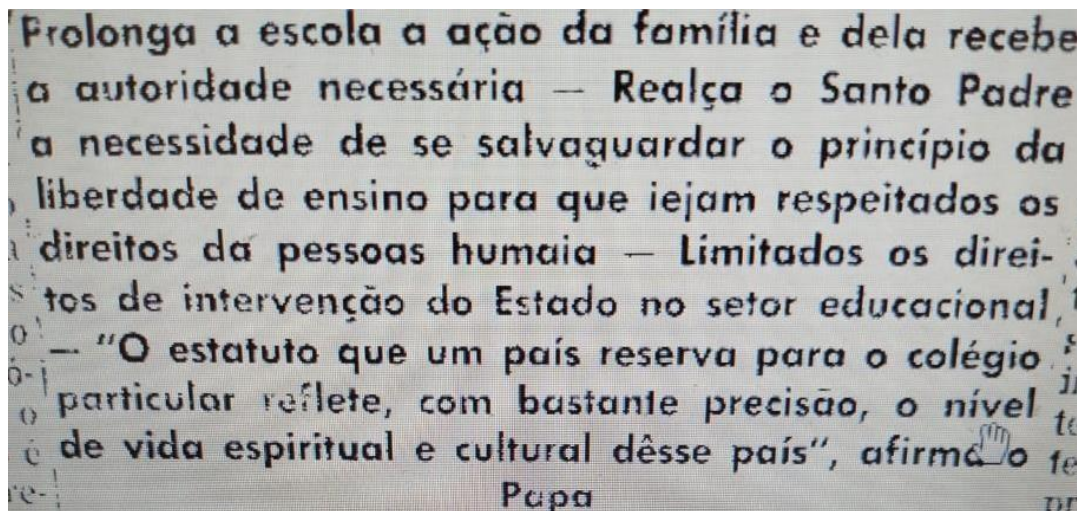
Ao pressupor que os estudantes que frequentam a escola mantida pelo governo estadual apresentam dificuldade em alcançar outros níveis de ensino, inclusive expondo dados estatísticos sobre essa afirmativa, há um incentivo claro não somente aos



estabelecimentos particulares, mas, podemos também alocar nesta perspectiva, as práticas de educação privada que ocorriam na casa do professor ou do aluno. O atestado que a notícia impressa dá mostra que os sistemas de avaliação e seleção são assuntos estratégicos tanto para a demanda quanto para a oferta da educação particular doméstica (BRAY, 2021).

Acerca desta mesma temática, observemos abaixo mais uma nota de jornal:

**Figura 54 – Intervenção**



**Fonte:** A Cruzada 15/02/1958

Na defesa pelo direito de o ensino religioso adentrar às escolas, bem como a livre escolha da educação, havia ainda a necessidade de “salvaguardar” as pessoas da intervenção estatal, de seu monopólio.

Em meio a essas disputas de interesses o verdadeiro problema educacional era deixado de lado. Os problemas estavam nas relações materiais da sociedade, ou seja, de cunho campo social, político e econômico (PASINATO, 2019).

Para Pasinato, mesmo com toda discussão em torno da LDB, a educação no país não se modificaria nunca se as raízes do problema do ensino no país não fossem tratadas, segundo ele,

[...] o Brasil das décadas de 1950 e 1960 era um país que estava passando por mudanças na política, economia e educação. O sistema de ensino não estava em condições para atender às mínimas exigências de escolarização. Além disso, as oportunidades educacionais de ascensão social eram oferecidas como se fossem benefícios e não como direitos conquistados pelo homem livre. Era uma situação lamentável, porque os poderes públicos ainda diante de

todas as campanhas realizadas, não enxergavam a importância da educação pública, gratuita e universal<sup>57</sup>

A interpretação feita por Pasinato, do que estava acontecendo e do que deveria acontecer suscita que os argumentos tanto de um lado quanto de outro, estavam sendo proferidos com “os olhos pregados no passado” (FERNANDES, 2020), ignorando a real situação da educação naquele momento. Em Sergipe, a situação do ensino era a mesma de décadas anteriores, mesmo com a construção de prédios próprios para a educação, a realidade, de acordo com as narrativas das entrevistas realizadas por Santos (2016), era a seguinte:

A gente fazia tabuada na pedra é como se fosse um quadro-negro agora em pedra sabe, com uma moldura. Aí passava duas vezes duas, aí copiava e respondia e limpava com uma vegetaçãozinha chamada vidro. A gente tirava as folhas e passava assim... (Antônio Barros Vasconcelos, 2012, apud SANTOS, 2016, p. 97).

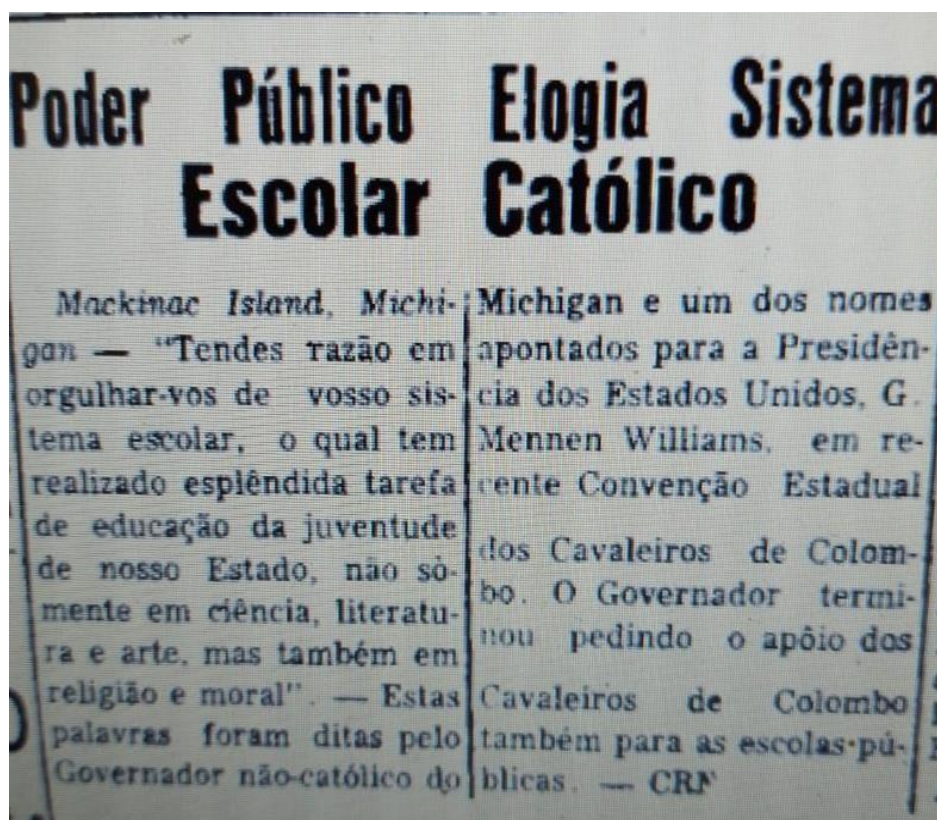
Nesses termos, por mais que os grupos envolvidos nas discussões do projeto de lei estivessem pautados na melhoria da educação no país, ficava claro que para que houvesse significativa mudança, muito mais precisava ser feito. Outrossim, percebemos pela fala acima que a educação “universal”, estava longe de ser algo concreto.

Segue abaixo, mais uma nota impressa:

---

<sup>57</sup> Ibidem

Figura 55 – Sistema escolar católico



Fonte: A Cruzada, 29/08/1959

Percebe-se neste recorte, mais uma propaganda em favor da escola particular, neste caso em específico, um estabelecimento confessional. Impressiona que neste é visível o esforço em demonstrar que a educação religiosa era o ingrediente essencial para a educação plena do ser humano (CARVALHO, 1987). E mais, a crítica à instituição pública que deveria também estar seguindo os passos do sistema escolar moralista e religioso ao qual se elogia desvenda as ambições que subvertem por completo a política educacional, transformando o Estado republicano em instrumento dócil de suas vontades (FERNANDES, 2020, p. 111).

O papel moralizador da educação e a sua importância para a convivência no meio social, fazia com que a implementação dos princípios de moralização fosse um recurso utilizado pelos apoiadores da liberdade de ensino de “disciplinarização dos costumes, viabilizando a convivência interclasses no espaço urbano e no tempo da produção/expropriação capitalista” (CARVALHO, 1987, p. 74). Ou seja, a integridade, a honestidade e a dignidade comporiam o caráter dos jovens alunos, estes por sua vez,

estariam aptos a contribuir para o progresso da sociedade e, as famílias estariam satisfeitas com as mudanças de ordem que se anunciavam no país.

Após todas as polêmicas envolvendo o projeto que criava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 20 de dezembro de 1961, ela fora finalmente promulgada. Quem vencera então os debates e discussões? Qual grupo foi mais convincente em seus argumentos e opiniões?

A Lei 4.024/61, estabelecia:

Art. 95. A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de: a) subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;

b) assistência técnica, mediante convênio visando ao aperfeiçoamento do magistério à pesquisa pedagógica e à promoção de congressos e seminários;

c) financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor.

[...]

§ 2º Os estabelecimentos particulares de ensino, que receberem subvenção ou auxílio para sua manutenção, ficam obrigados a conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres, no valor correspondente ao montante recebido.

§ 3º Não será concedida subvenção nem financiamento ao estabelecimento de ensino que, sob falso pretexto, recusar matrícula a alunos, por motivo de raça, cor ou condição social. (BRASIL, 1961).

Podemos Perceber no recorte da legislação que em termos de financiamento da educação nem um lado, nem o outro saiu vitorioso, pois, os valores e repasses, aportaram em discussões e debates que analisarão se em determinada situação cabe a subvenção ao estabelecimento de ensino particular.

Já em relação à liberdade da educação, vitória para os privatistas e católicos, pois, o Art. 2º determina que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (BRASIL, 1961). Enquanto no parágrafo único do mesmo artigo, é estabelecido o seguinte: “à família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos” (BRASIL, 1961). Desse modo, em uma época em que os defensores da escola pública fomentavam a ideia da frequência obrigatória em instituições oficiais de ensino, a LDB, contemplava a iniciativa particular de educação. Dando passe livre também, aos professores que lecionavam em âmbito doméstico.

Quanto ao ensino religiosos, o Art. 97. Determinou que a disciplina seria de “matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno” (BRASIL, 1961). A interpretação da Lei beneficia os católicos que, além de ter em seus colégios confessionais a possibilidade de ser



subsidiada pelo governo (por meio de bolsas de estudos, por exemplo) conseguira que o ensino religioso fosse fornecido também nas escolas públicas. Assim, temos apenas um vencedor em todo esse processo: a Igreja.

## **8.6. PROFESSORES PARTICULARES: ENTRE MÉTODOS E VICISSITUDES**

Nos capítulos anteriores, pudemos perceber algumas similaridades entre os anúncios de oferta de ensino particular nos impressos. A maioria dos professores expunha as disciplinas que pretendia lecionar ou, determinavam que preparavam para o exame de admissão ao Secundário. Havia ainda, aqueles que comentavam acerca de suas habilidades e formação. Tudo isso com o objetivo de atrair seu público-alvo, os alunos. Além disso, num período em que a incompetência dos docentes era evidenciada como umas das causas principais do fracasso escolar, responsabilizando-o muitas vezes pela má-qualidade do ensino, por esta razão, para os docentes da educação doméstica, era imperativo afastar-se das velhas práticas de educação, mesmo que eles próprios, fossem um dos pilares destas.

Já para aqueles que exerciam também uma função oficial numa escola pública ou particular, os anos que sucederam a década de 1930, consolidara novas formas de pensar o professor. O Movimento da Escola Nova, foi fundamental para que mudanças na formação profissional dessa categoria fosse concretizada.

Portanto, responder o questionamento que encabeça esse capítulo constitui-se em algo descomplicado: a maioria dos professores particulares que atendiam em âmbito domiciliar, também faziam parte do rol de docentes das escolas públicas e particulares do estado. Ainda, de acordo com Santos (2016), aqueles que não se encaixavam nesta categoria, possivelmente um dia poderia ser convocado para adentrar a essa classe.

O escolanovismo definira, entre outras assertivas, a profissionalização do trabalho docente. Com os cargos administrativos de supervisão e inspeção atuando nos planejamentos das funções pedagógicas e nas orientações didáticas do professor, planejamento e organização das atividades escolares passaram a entrar nas pautas das ações que levariam a melhoria da educação brasileira.

A ideia de treinamento para o trabalho docente, tinha entre outros aspectos, afastar-se da velha profissão de mestre, deixada para trás junto com o Império. De acordo com Teixeira (1966), o intuito era acabar com paradoxal imediatismo escolar que, preconizava a educação mínima, com um maior número de alunos e de escolas.

Para o professor particular que lecionava em âmbito doméstico, as ideias escolanovistas, exigiram um modo diferente de pensar a profissão. Como vimos, para aqueles que atuavam em Sergipe, a educação doméstica se convertera, principalmente, em reforço de disciplinas específicas, geralmente no preparo para os exames de

admissão aos Colégios. Para estes docentes, a era republicana preconizava industrialização, urbanização e modernidade, desse modo, exigia um professor moderno, que ensinasse com métodos modernos, afim de agradar seu público-alvo, centro de todas as atenções, futuro cidadão industrial (BRAGHINI, 2005).

Assim, se muitos professores da educação doméstica eram também funcionários de escolas públicas e/ou particulares, a escola moderna e a casa, tornavam-se uma dupla interligada pelos princípios da modernização. Formar o professor moderno consistia em “fazê-lo ver os novos métodos em funcionamento, pois seria inútil pensar em adquirir sem ter visto praticar” (CARVALHO, 1989, p. 29). Para tal, segundo a autora mencionada, a solução fora trazer professores de outros países e importar material didático, subsidiando assim, a formação docente no país.

Com o processo de instalação do capitalismo no país, a industrialização e a crescente taxas de urbanização permitiram a expansão da oferta de emprego, inclusive para os profissionais de educação, mudando substancialmente o panorama socioeconômico do Brasil.

A primeira feitoria rumo a essa prerrogativa, talvez tenha sido a reforma de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932<sup>58</sup>, com o objetivo de extirpar as falhas presentes nas metodologias empregadas na Escola Normal, Teixeira, descreve em carta ao Interventor suas razões para propor tais mudanças.

Na Escola de Professores, que se crea no presente projecto, é que se processa, realmente, a profunda renovação dos nossos methods de formação do mestre.

Estivemos, até hoje, a preparar os nossos professores primarios em escolas secundarias em que se introduziam, para aquelle fim especial, cursos de pedagogia e de psychologia e uma pratica nominal do ensino.

Confundiamos, assim, finalidades culturaes e profissionaes em um só instituto, servindo mal a umas e outras.

Instituto de educação geral ou de cultura é o instituto em que se ministra o ensino para o proveito individual do alumno na formação de sua personalidade. Instituto de educação profissional é o instituto que ministra o ensino, tendo em vista a necessidade do aluno no exercício de sua futura profissão. No primeiro a materia é absorvida pelo alumno para sua formação cultural; no segundo a materia é o seu futuro instrumento especial de trabalho.

Parece-me que essa simples distincção viria subtrair muitas das nossas escolas superiores à permanente confusão em que vivem os seus cursos, que não são nem legitimamente profissionaes, nem verdadeiramente culturaes.

---

<sup>58</sup> Decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932.

As nossas escolas normaes soffrem egualmente desse vício de constituição. Pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falham lamentavelmente aos dous objectivos.

É em obediencia às solicitações imperiosas de uma formação aprimorada do mestre, bem como às inevitáveis contingencias de finalidades uniformes para os estabelecimentos de ensino, que o projecto ora submettido à apreciação de V. Ex. eleva, definitivamente, o preparo dos professores ao nivel universitario, criando, na Escola de Professores, que se segue à Escola Secundaria, cursos nitidamente profissionaes para o preparo do mestre. A primeira necessidade desse preparo profissional está na differenciação dos programmas, de accordo com os diversos typos e grãos de professores de que precisa um systema escolar (TEIXEIRA, 1932, p. 114).

Percebemos a defesa de Teixeira aos princípios norteadores de preparo técnico e cultural, que segundo o próprio, não estavam sendo bem aplicadas. Para ele, formar profissionais capacitados a nível universitário, incluindo as duas vertentes que não estavam sendo postas em prática, modificaria o sistema de escolarização já instituído.

Para Anísio Teixeira, era necessário investir na formação docente, no preparo dos profissionais de educação face às novas exigências do ensino. Afim de capacitar técnica e culturalmente o professorado do país, a primeira estratégia utilizada seria voltada para a Escola Normal que, há muito se tornara um reduto do desenvolvimento de jovens mestras aptas à docência.

Para alcançar tal fim e acabar com a improvisação do professorado brasileiro,

a reformulação de todo o problema de formação do magistério, em face da transformação educacional, desde a fase primária até a superior, não chegou a se efetivar. Sobretudo, não se percebeu que a formação do professor secundário teria de acompanhar, senão antecipar, a formação do professor primário e, na formação do professor secundário, a universidade teria de assumir a responsabilidade principal. Com esta nova função dominante, sem perder as suas preocupações pela formação dos profissionais liberais e pelas novas ocupações de caráter técnico e científico da sociedade em vias de modernização, a universidade teria de se fazer a instituição, por excelência, de formação e professores, primeiro dos seus próprios, pela escola pós-graduada, e depois dos professores das escolas secundárias e das escolas normais para a grande expansão e consequente mudança, radical mudança, do sistema educacional. Não aos ministérios de educação, mas às universidades, caberia o estudo e a crítica dos sistemas escolares em expansão, a formação em massa dos professores necessários para conduzir a reformulação do ensino médio, e dos professores do ensino normal para a preparação em grande número do professor primário<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Ibidem, 1966, p. 280

O professorado primário, se tornara uma das poucas opções para as mulheres que desejavam continuar os estudos após a conclusão da educação básica. Além do mais, o emprego em uma escola de nível primário, por exemplo, era algo quase certo. E, como já demonstrado nesta tese, para aquelas que por algum motivo não fossem em busca da profissionalização da docência, havia a possibilidade de lecionar particularmente em sua residência, mediante comprovação de suas habilidades com o ensino.

A Reforma de Anísio Teixeira, fora o pontapé inicial para que os primeiros incentivos à formação profissional docente fossem oficialmente implementados no país. Destacamos nesse sentido, as Conferências Nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Educação e a Organização dos Institutos de Educação (1932), idealizado também, por Anísio Teixeira. De acordo com Saviani (2009), os Institutos de Educação eram ambientes de produção da educação, focados não somente no ensino, mas também na pesquisa, buscando assim, dar à profissão docente, um caráter científico.

Após essas primeiras iniciativas, em 1933, criou-se o primeiro Instituto de Educação do estado de São Paulo<sup>60</sup>. Estabelecido sob a Reforma Fernando Azevedo, teve como finalidade criar diretrizes para a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares e, reformulou as Escolas Normais do estado (SAVIANI, 2009).

Em Sergipe, fora desenvolvido inicialmente o programa de viagens pedagógicas. Promovida pela ABE, essas viagens eram realizadas pelos profissionais da educação tanto em nível internacional quanto nacional, e objetivavam o conhecimento e a divulgação de métodos e práticas de ensino utilizados nas escolas do Brasil e do mundo (SANTOS, 2011).

Participar dessas “missões” era motivo de orgulho e a imprensa fazia questão de destacar as visitas e os seus visitantes. Veremos a seguir um exemplo dessa empreitada:

---

<sup>60</sup> Decreto estadual nº 5846, de 21 de fevereiro de 1933.

Figura 56 – Visitante ilustre

## Visitante ilustre

Encontra-se nesta Capital, e concedeu-nos, hoje, pela manhã, o prazer de sua honrosa visita, a distinta e festejada escriptora patricia, senhorita Mercedes Dantas, que está percorrendo o norte do Brasil em propaganda dos ideaes educativos, defendidos pela «Federação Nacional das Sociedades de Educação», com sede no Rio de Janeiro.

A senhorita Mercedes Dantas é um dos nomes mais brilhantes do meio intellectual brasileiro, já tendo publicado duas obras de valor: NÓS premiada pela Academia Brasileira de Letras, e ADÃO E EVA, ambas muito elogiadas pela critica. É, também, socia correspondente da Academia Bahiana de Letras, da Academia Fluminense de Letras e do Instituto Historico Alagoano.

Além de educadora na Capital da Republica, a senhorita Mercedes Dantas é collaboradora assidua dos melhores jornaes e revistas do Rio, em cuja «Associação Brasileira de Imprensa» exerce sua actividade como um dos membros do seu Conselho Deliberativo.

A illustre visitante, que se demorou em longa palestra com o corpo redatorial do CORREIO, prometeu-nos para a edição de amanhã, uma importante entrevista sobre os objectivos de sua patriótica excursão ao norte do país.

Acompanharam a digna escriptora até a redacção deste jornal o Conego Carlos Costa, a Dra. Maria Ritta e o preparatorio Paulo Costa.

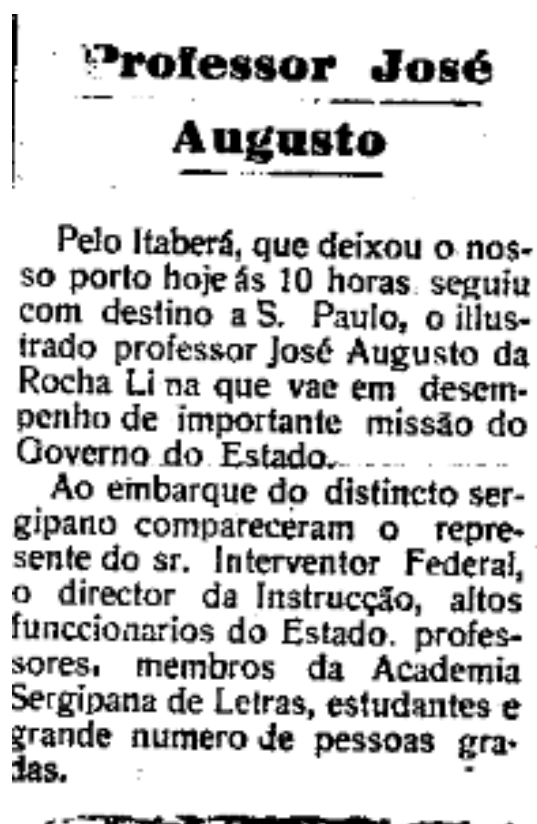
Fonte: Correio de Aracaju, 11/08/1930

Conhecendo as diferentes estratégias de instrução pública nos diversos estados da federação e divulgando os novos métodos pedagógicos propostos pela Escola Nova, percebemos pela notícia, que a educadora era tida como uma visitante importante pois, encabeçava o seletto grupo de docentes escolhidos para colaborar com a renovação da educação no país e, Sergipe tinha a honra de fazer parte desse seletto grupo de locais escolhidos.

De acordo com Santos (2011), nas viagens os professores participavam de eventos e reuniões, davam entrevistas, conheciam instituições escolares e, posteriormente, o resultado dessas excursões eram publicadas em forma de relatório.

Se a visita de uma professora de outro estado proporcionou tamanha honra para a imprensa sergipana, imagine então quando o educador conterrâneo José Augusto da Rocha Lima fez parte desse limitado grupo. Em março de 1931, seu embarque a São Paulo fora noticiado pelo impresso Sergipe Jornal:

**Figura 57 – Professor José Augusto**



**Fonte:** Sergipe Jornal, 28/03/1931

Pelo número de pessoas admiráveis que compareceram ao embarque do professor Rocha Lima, podemos perceber o quão importante era para a sociedade sergipana, buscar um novo horizonte para o ensino no estado. Na sua volta, José Augusto descreveu em seu relatório “a organização e os métodos empregados nas instituições de ensino visitadas, sugerindo que tais modelos fossem adotados pela Instrução Pública de Sergipe” (SOBRAL, 2010 apud SANTOS, 2010, p. 36).

Em meio a essas jornadas docentes, houveram também iniciativas que ao invés de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no país, serviam como mais um obstáculo para tal. Podemos citar, por exemplo, as Reformas realizadas em âmbito federal, já expostas nesta tese.

A Reforma Francisco Campos (1931), dava aos professores que atuavam no Secundário, o status de profissional liberal, dessa forma, eles podiam organizar melhor o seu tempo de exercício da docência entre vários estabelecimentos, além de lecionar no espaço domiciliar ou em salas alugadas e, ninguém os fiscalizava. “Porém, não viviam apenas das aulas particulares. Lecionavam em cursos e colégios, nos quais recebiam por aula ministrada, sem pagamento em feriados e período de férias escolares. Eram autônomos e empregados [...] (MINHOTO, 2007, p. 56).”

Acreditamos que por esta razão, muitos professores acabaram deixando o ensino das primeiras letras de lado e focaram no que estava em voga, o Ensino secundário e a formação técnica e profissional, algo que já pôde ser constatado nesta tese. E, como demonstraremos neste capítulo, os docentes que davam aulas particulares domésticas mais conhecidos da capital, lecionavam também nos Colégios Secundaristas, algo que lhes conferia certo prestígio frente a clientela do ensino privado.

A Reforma Francisco Campos (1931) fez com que a frequência ao Ensino Secundário fosse obrigatória, ao passo que liberava a propagação de estabelecimentos de ensino particular e, remodelava os ofícios dentro das instituições escolares (inspeção, docência, administração), privilegiando os profissionais com formação acadêmica e/ou, como cursos de formação em sua área de atuação.

Em Sergipe, por exemplo, pelo que constatamos muitos professores do ensino secundário não tinha formação específica na disciplina a qual lecionavam, muitas vezes, eram formados em áreas correlatas à matéria, por exemplo, engenheiros civis estavam aptos a ensinar Matemática.

Fazendo parte da categoria dos profissionais liberais, os docentes necessitavam provar que possuíam capacidade para exercer o ofício. De acordo com Anísio Teixeira (1952), o profissional do ensino deveria ser formado, a partir da prática de ensino, porque...

será o novo professor que irá dar consistência e sentido às tendências de popularização da educação primária e do primeiro ciclo da escola média; que irá tornar possível e eficiente o curso de colégio (segundo ciclo da educação média), com suas preocupações de dar cultura técnica, cultura preparatória ao ingresso na universidade e cultura geral de natureza predominantemente científica e que irá preparar a



transformação da universidade para as suas novas funções de introduzir a escola pós-graduada para a formação dos cientistas e a formação do magistério, tendo em vista as transformações em curso no sistema escolar, sem esquecer que lhe caberá, inevitavelmente, uma grande responsabilidade na difusão da nova cultura geral, que a atual fase de conhecimentos humanos está a exigir (p. 130).

Anísio Teixeira coloca o professor como o principal responsável pelo fim da ineficiência escolar e o põe como o ser capaz de formar nos jovens a nova cultura brasileira.

Mas será que os docentes estavam realmente prontos para assumir tal responsabilidade?

Percebemos que o discurso político dispunha que os docentes deveriam ser um dos pilares da melhoria educacional no país, mas, pelo menos em Sergipe, o que se via era “a aprendizagem das primeiras letras ainda se dava em prédios improvisados nas casas de famílias, com recursos materiais insuficientes e programas de ensino não observados” (SANTOS, 2016, p. 55). De uma coisa sabemos, não estava apenas nas mãos do professorado sergipano salvaguardar o ensino republicano, pois, a modernização do sistema educativo vigente estava ainda arraigado em problemas de infraestrutura, em demandas curriculares ultrapassadas e de inúmeras limitações em seus regulamentos.

Bom, já que o problema e a solução eram estritamente pedagógicos, na década de 1940, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.539/1946, tentava modernizar de vez o professorado brasileiro. Em seu artigo 1º, havia as seguintes prerrogativas: “1 – Promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; 2 – Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; 3 – Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância” (BRASIL, 1946).

De acordo com Santos, algumas professoras do centro-sul sergipano tiveram a oportunidade de participar de cursos de formação oferecidos pelo governo do estado, contudo, a narrativa de uma docente ao ser indagada sobre o que aprendera é a seguinte: “Nada! Acho que eles misturavam em outra matéria e como todas faziam parte do currículo, como está aí no diploma, a nota era uma só” ((Eleonora Leite Pereira, 2012, apud SANTOS, 2016, p. 72).

Encontramos nas notas jornalísticas, uma referência a um curso oferecido pelo Departamento de Educação, talvez, um dos quais a professora acima menciona, vejamos.

Figura 58 – Curso de férias

# Diário Escolar

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>O Departamento de Educação, no desejo de sempre bem servir à causa do ensino em Sergipe, ainda este ano, está fazendo funcionar um Curso de Férias para as nossas professoras municipais.</p> <p>Trata-se evidentemente de uma medida salutar, que deve ser repetida anualmente, para que, deste modo, cada vez mais se melhore o nível intelectual das jovens professoras, que dirigem as escolas primárias dos Municípios.</p> <p>Estando o ensino primário sob a orientação do Departamento de Educação, quer seja ele patrocinado pelo Estado quer pelos Municípios ou por particulares, justo é que o Departamento procure melhorar o grau de eficiência do professorado, independentemente, do setor a que ele serve.</p> <p>Em atenção a esse objetivo, é que o Curso de</p> | <p>Férias está funcionando regularmente, com uma matrícula bem elevada e com um corpo docente que se recomenda, pela cultura intelectual de cada um dos seus membros.</p> <p>A's professoras, cabe apenas compreender o elevado sentido da medida tomada pelo Departamento procurando frequentar, com assiduidade, o aludido Curso e, se esforçando para melhorar os seus conhecimentos intelectuais, que serão oportunamente transmitidos aos seus jovens discípulos.</p> <p>Todos sabemos que bem nobre é a missão de ensinar e educar, mas para o professor e educador, a nobreza de tal missão só é verdadeira, quando está ele apto para exercê-la moral e intelectualmente, e isto é o que pretende o órgão que superintende e administra a educação primária entre nós.</p> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Diário de Sergipe, 02/01/1945

Para Bray (2021), o impacto das políticas públicas, como é o caso do curso de férias visualizado acima, para a educação doméstica consiste na concretização de melhores e mais efetivas regulamentações e monitoração dos envolvidos no funcionamento da escola. Ao assumirem as falhas do sistema formal de ensino e tentar consertá-las, provendo subsídios para tal, o governo inibe a tutoria privada.

Ainda que o curso realizado pela professora não tenha sido proveitoso para ela, percebemos que havia a iniciativa pública, mesmo que ainda sob o julgo de interesses particulares.

Figura 59– Curso de férias



Fonte: O Nordeste<sup>61</sup>, 25/02/1948

Podemos perceber no recorte acima que, a improvisação mencionada diz respeito às práticas de atuação docente na década de 1940 e nas décadas anteriores. A referência aos autodidatas, corrobora com a afirmação de que muitos professores que atuavam em Sergipe, não possuíam sequer um diploma da Escola Normal (no caso das mulheres), e no caso dos homens, formação específica em licenciatura. No ensino doméstico particular, de acordo com Santos (2016), muitas professoras “começaram a ensinar sem formação para o ensino primário e, ao longo da carreira profissional, que se estendeu na década de 1940, foram realizando cursos de capacitação e aperfeiçoamento” (p. 74).

Na nota, não há especificação sobre que tipo de curso seria esse, se para o professorado primário ou para o secundário, contudo, como já exposto anteriormente, a grande maioria desses docentes, fora atraído pela eminência educacional presente nas décadas de 1940 e 1950, os exames de admissão aos colégios. Essas provas irão se

<sup>61</sup> Impresso que circulou em Sergipe entre os anos de 1930 a 1960, sob a direção de Tancredo Gomes que tinha como lema: “as aspirações coletivas e os anseios da pátria, são a razão da existência deste vespertino”.

transformar em fator determinante para a elevação ou manutenção do status social para os pertencentes as elites. E para aqueles que não pertenciam a tal classe, a oportunidade de ascender profissionalmente dava ainda mais prestígio aos exames.

Mais que um instrumento de controle e seleção social para a preservação do status quo, o exame se configura como técnica que organiza, disciplina e prepara os indivíduos – alunos, professores, inspetores, pais – de distintas maneiras para uma integração “naturalmente” hierarquizada na sociedade. Além disso, a sua realização estandardizada acaba por auxiliar a transformação gradual de diferentes estruturas escolares em unidades comparáveis, bem como a padronização gradual de diferentes estruturas mentais (MINHOTO, 2007, P. 36).

A autora mencionada acima que, em sua tese de doutoramento faz uma crítica aos exames de admissão ao ginásio<sup>62</sup>, relata que as transformações estruturais na escola, acabam por gerar competições de cunho laudatório, já que o controle social exercido pela função professor-escola, exigia que houvesse a divulgação de:

[...] viagens (nacionais e internacionais), torneios esportivos, encontros, comemorações cívicas; atividades religiosas ocorridas ao longo do ano, tais como encontros, missões, retiros e congressos; homenagens a pessoas importantes para a comunidade, tais como o reitor, o inspetor federal, sacerdotes, paraninfos, formandos, alunos, ex-alunos, times esportivos; premiações e condecorações de alunos e de pessoas importantes à comunidade; as matrículas e a formatura de alunos; a própria religião, com fotos de celebrações e ritos, ícones, membros da corporação; a instituição, com fotos e divulgação de benfeitorias realizadas; propagandas de empresas como tipografias, livrarias, bem como a oferta de serviços, como os de **professores particulares**<sup>63</sup> (MINHOTO, 2007, P. 134).

Cabe destacar que para afirmar o texto acima, a autora analisara em sua pesquisa, um impresso denominado Guia das Escolas (1935), neste ela encontrara menção à oferta de professores particulares, demonstrando assim, que a instituição escolar não apenas coexistia e dividia alunos com as casas privadas de educação, como também faziam propaganda desta prática, provavelmente, escolhiam os docentes que já conheciam, ou mesmo aqueles que trabalhavam em determinada escola.

Vemos que essas iniciativas, a partir de 1930, não era condizente com a veracidade, contudo, se tornava excelente estratégia na garantia de captação de alunos e no sucesso escolar a longo prazo. Essas táticas visavam entre outras coisas, reverenciar o trabalho do professor, um novo empregado, pronto para uma nova era. De acordo com

<sup>62</sup> Ver: MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Da Progressão do Ensino Elementar ao Ensino Secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007.

<sup>63</sup> Grifo nosso.

Ghiraldelli (2001), diante da realidade dos professores do Primário e do Secundário, os primeiros, mal remunerados, já não mais podiam adquirir o *status* que era conferido ao professor do Ensino Médio (e porque não nos arriscar a dizer dos particulares também?) Sendo assim, segundo o autor, aí estaria uma das causas do insucesso das ações governamentais para a qualidade do ensino básico.

Apesar das diversas ações planejadas, realizadas e propostas pela ABE e os Institutos Pedagógicos, no sentido de capacitar os profissionais docentes afim de que se dedicassem o máximo possível em sua profissão, em território sergipano os baixos salários faziam com que os professores continuassem se revezando entre a docência nos Colégios de Ensino Secundário e o ensino particular na própria residência ou na casa do educando.

Segundo Bray (2021), O fato de muitos professores em oferecerem seus serviços de aula particular em domicílio se deve aos salários inadequados recebidos nas escolas do sistema formal, essa é uma das causas que, para nós, fazia com que os docentes mais prestigiados de Sergipe, acabavam por acumular funções, dividindo-se entre lecionar em casa e lecionar na escola. Temos como exemplo: Penelope Magalhães, Glorita Portugal, Francisco Portugal, Rocha Lima, Misael Viana, Tenyson Ribeiro, Cecílio Cunha, Zilda Galrão Leite, entre outros.<sup>64</sup>

Para estes docentes, “os interesses estabelecidos, as tentadoras oportunidades do mercado e as deficiências vigentes, tornam a educação sombra necessária”<sup>65</sup>. Alguns deles podia até ter certa estabilidade financeira e desejava prestígio profissional, mas, havia os que tiravam das aulas particulares seu único sustento.

É o que veremos no recorte abaixo:

---

<sup>64</sup> Em nossas pesquisas foi possível identificar os nomes destes professores em alguns trabalhos acadêmicos da História da Educação em Sergipe, bem como em algumas notas jornalísticas em que ficava exposto o corpo docente de Colégios, Ginásios e escolas particulares. Consultar: Souza, S. C. S. (2014). Os Professores de Matemática do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (1929-1940). *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, (11), 37-46; BARROSO, Cristiane. A ação dos intelectuais da educação na conformação das reformas educacionais sergipanas (1911-1931). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 9.

Figura 60 – Professoras diplomadas

**Curso Particular**

Professoras diplomadas pela "Escola Normal" de Pernambuco, com longa pratica de ensino, tendo transferido residencia para esta capital. abrirao um curso particular para meninas de ambos os sexos, lecionando as materias referentes á exames de Admissao, das Escolas Normal, Conselheiro Orlando e Athenas; assim como francez, ingles, piano, desenho, pintura a oleo, japoneza, oriental, bico de pena, americana e todos os trabalhos manuaes. Preparam alunos, mediante contrato.

**RUA PROPRIA' N. 40**

Fonte: O Nordeste, 03/01/1939

Percebemos que as professoras tentam ofertar o máximo possível de serviços, não apenas de aula doméstica. Para Santos (2016), a primeira motivação estava ligada à necessidade econômica, a segunda encontrava-se na credibilidade dada pelos pais e pela sociedade. Assim, afim de seduzir sua clientela, os anunciantes utilizavam-se de mecanismos que estivessem em seu alcance.

Desse modo, as estratégias utilizadas pelo Estado quanto a formação docente, à modernização de métodos e ao prestígio dado ao professorado, pode ter feito com que muitos professores sentissem a necessidade de aperfeiçoamento e, com essa nova percepção, suas práticas tenham se modificado. Contudo, concordamos com Bray (2021), quando ele assume que, mesmo com os avanços em relação às políticas públicas educacionais em diversos países, a rede de desregulamentação que firmou a educação na sombra, não permitirá que ela desapareça por completo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] “objeto essencial da história não é o que ocorreu, mas como isso que ocorreu afeta os membros de um grupo em particular. De modo geral, o que conta para esse tipo de história não é a explicação racional, mas a “significação”; não o que ocorreu, mas como sentem o que ocorreu os membros de uma coletividade que se define por oposição às demais em termos de religião, de etnia, de nação, de sexo, de modo de vida, ou de outras características” (HOBBSAWN, 2004, p. 6).

“Propor as perguntas do por que”, segundo Hobsbawn (2004, p. 3), deveria ser o objeto da história. Para o autor, ver a história como uma pesquisa lógica acerca do fluxo das modificações na sociedade humana, lutando em oposição aos que a desfiguram e a relativizam em prol de fins políticos, é necessário para a reconstrução da frente da razão. Dessa forma, a compreensão dos acontecimentos humanos deve ser realizada de acordo com as subjetividades envoltas nas forças materiais, culturais e produtivas do meio social ao qual estamos inseridos. A história, portanto, não é simplesmente a ciência que estuda o passado, mas a ciência da transformação humana.

A proposta de Hobsbawn (2004) de dar significação aos fatos históricos, despertou em nós uma nova maneira de apreender a sociedade. Através do cruzamento das ofertas dos jornais e dos documentos oficiais, conseguimos realizar uma análise questionadora das configurações sociais de um período do passado sergipano (1930 – 1960).

Os dados analisados nesta pesquisa confirmam a hipótese de que as fragilidades educacionais no estado de Sergipe, fora a razão pela qual a educação doméstica conseguira sobreviver à sombra dos sistemas oficiais de ensino, durante muito tempo. Nota-se que a insuficiência de políticas públicas para o ensino primário, bem como a elitização dos cursos secundário e superior, “manteve e ampliou as desigualdades sociais (urbanas e rurais)” (BRAY, 2021, p. 80).

As características das ofertas que figuravam os jornais sergipanos, nos deram a convicção de que no período compreendido entre 1930 a 1960, a educação particular realizada em âmbito doméstico, alterou seu padrão de recrutamento frente à nova fase do processo de urbanização e industrialização do país. Como indicam os dados estudados nesta tese, à medida que o secundário expandiu seu atendimento às elites que ansiavam aprovação nos exames de acesso a esse nível de ensino, os anúncios de aula

alocados por professores nos impressos passam a apresentar contornos cada vez mais consistentes de uma rede de métodos e práticas de facilitação à admissão dos jovens privilegiados.

Um dos resultados dessa empreitada, associado às mudanças pragmáticas na política e na legislação educacional vigente, gerou “mecanismos de difusão e circulação de valores e fomentaram a crença de que o sucesso (ou o fracasso) no percurso escolar, se devia ao próprio mérito (ou incompetência pessoal)” (MINHOTO, 2007, P. 221). Além disso, o papel do estado enquanto formador de regulamentação de padrões e normas, ao conservar esses mecanismos, legitimou definitivamente o legado da educação doméstica em Sergipe.

As tentativas de monopolização da educação, principalmente face aos apelos da Igreja Católica e dos defensores da liberdade do ensino na elaboração da LDB, constituiu-se num camuflado jogo de interesses em que o público e privado se entrelaçaram de diferentes maneiras, isentando o Estado de sua função primordial de garantia do direito à educação para toda a população. Assim, as conjunturas historiograficamente estabelecidas na Segunda República sublinharam a atividade da educação doméstica enquanto parte dos processos gerais de escolarização e da vida cotidiana da sociedade sergipana.



## 8. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XIX**. Salvador, 2013. 193 p. Tese (Doutorado em História), PPGH/UFBA.
- AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. – São Cristóvão, 2012.
- ANDRÉ, Marli. **A pesquisa no cotidiano escolar**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Celebração do civismo e promoção da educação: o cotidiano ritualizado dos Grupos Escolares de Sergipe no início do século XX**. In: **Rev. Bras. Hist.** 31, Dez 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em 23 de abril de 2021.
- AZEVEDO, Fernando de. **Carta a Anísio Teixeira**, São Paulo, 14 mar. 1932. Disponível em: . Acesso em: 10 mai. 2011.
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SANTOS, Laísa Dias. **Por entre narrativas e documentos escritos: Uma história da escola primária no sul de Sergipe (1930-1960)**. *História & Ensino*, Londrina, v. 25, n. 1, p. 453-483, jan./jun. 2019.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República de 1889 a 1930*. 4ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981.
- BISPO, Alessandra Barbosa. **A política educacional em Aracaju durante o Estado Novo**. João Pessoa: ANPUH, 2003.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos um ministério: A propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (ORG). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino**. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BRASIL. Decreto – lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Brasil: 1946.SE
- BRASIL. Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932.
- BRAY, Mark. (2021). **Educação sombra na África: tutoria privada e suas implicações para as políticas públicas**. Comparative Education Research Centre (CERC), University

of Hong Kong. <https://cerc.edu.hku.hk/books/educacao-sombra-na-africa-tutoria-privada-e-suas-implicacoes-para-as-politicas-publicas/>.

BRAY, M. **Confrontando o Sistema educacional na sombra:** políticas públicas governamentais para qual tutoria privada? Paris, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 132 p.

CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida; SANTOS, Mariângela Dias. A educação sob o olhar vigilante: as práticas educativas dos inspetores escolares nos registros da legislação. Anais do VII **Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão – SE. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10332/16/15.pdf>> Acesso em: 23/01/2021.

CARVALHO, M. M. C. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. In: **Perspectiva** v.14, n.1, p.111-120, 2000. Disponível em: Acesso em: 11 abr. 2021.

CARVALHO, Marta Maria C. de. **A Escola e a República e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História; 127).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pelo ensino público, leigo e gratuito. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo, nº6: 71-83, Jul./set.1987.

CASTANHO, Sérgio. **Teoria da história e história da educação:** por uma história cultural não culturalista. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Espaços arquitetônicos dos internatos em Sergipe. In: **Interfaces da Educ. Paranaíba**, v.11, n.31, p. 68-92, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br>. Acesso em 30 de maio de 2021.

CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES, Vânia. **Um acordo insólito:** ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 849-864, out./dez. 2012.

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira** - católicos e liberais. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: **Educação**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A revolução de 1930 em Sergipe:** dos tenentes aos coronéis. São Paulo: Cortez; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1989.

Diário do Congresso Nacional, 12 dez. 1957, p. 128.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe:** da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda. 2004.

Discurso do deputado Carlos Lacerda no plenário da Câmara dos Deputados. Anais da Câmara dos Deputados, 01/06/1958, p. 126-127. Disponível em: [https://imagem.camara.leg.br/dc\\_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=1/6/1959#/](https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=1/6/1959#/) Acesso em: 01.09.2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de & VIDAL, Diana Gonçalves. **As lentes da história**: Estudos de história e historiografia da educação no Brasil, Campinas, Autores Associados, 2005.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em perspectiva**. 9ª ed. Rio ; São Paulo : DIFEL, 1989

FAZENDA, Ivani (org.). **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas-SP: Papirus, 1995. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>. Acesso em: 02/11/2014.

FENELON, Dea. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, Ivani (Org. ). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. A conspiração contra a escola pública. Julio Okumura (org.) [et al.] – Marília: Lutas Anticapital, 2020. 135 p.

FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. 7 ed. São Paulo: Centauro: 2005.

FREITAS, M.T.A. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cad. Pesq., n.116, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KnJW3strdps6dvxPyNjmvvyq/?lang=pt>. Acesso em 09/07/2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org. ). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. Uma Pedagogia Histórica: caminhos para uma história da disciplina escolar. In: **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 105-125, jan./abr., 2011. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](https://www.ufrgs.br/edu_realidade).

GIL, Natalia de Lacerda. **Campo educacional e campo estatístico**: diferentes apropriações dos números do ensino. Educ. Real. [online]. 2012, vol.37, n.02

GHIRALDELLI, P. J. **História da Educação Brasileira**. São Paulo. Cortez, 2001.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil**: Algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA,

Maria de Fátima S. (Orgs.). **Culturas políticas: ensaio de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **Manifesto para a renovação da história**. Colóquio da Academia Britânica sobre Historiografia Marxista, em 13 de novembro de 2004. Cf. El Diplo-Rebellion de 06/01/2004.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos>. Acesso em: 08/02/2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos>. Acesso em: 08/02/2022.

JUNIOR, A. Almeida. **Ainda as diretrizes bases da educação nacional** (Reparos ao projeto conciliador), 1959. Disponível em < <https://revistas.ufpr.br> > direito > article > download > Acesso em 5/11/2021.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. In: **ESCRITAS**. Vol. 7 n.1 (2015), p. 3-17.

LEITE, José Rollemberg. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1948.

LIMA, Maria José Torres. **A oferta de ensino através dos anúncios de jornais sergipanos: a educação doméstica na casa do mestre e da família (1880-1930)**. Dissertação (mestrado em Educação) – São Cristóvão, 2018. 131 f.

LIMA, Cristiane de S. S. **Curso complementar do Atheneu “Pedro II”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888394> Acesso em 17/04/2022.

MATTOS, Ilmar. Do Império à República. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p. 163-171. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/>.

MEDEIROS NETA, O. M. et al. **Organização e estrutura da educação profissional no Brasil: da Reforma Capanema às Leis de Equivalência**. Holos, Natal, ano 34, v. 4, p. 223-235, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>. Acesso

em: 19 ago. 2022.

MÉRIDA, Alexandre Pereira. **Quando a casa é a escola: a educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX**. Petrópolis, 2013.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. **Da Progressão do Ensino Elementar ao Ensino Secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007.

MUNIZ, Bruno Tamancoldi. **A educação visitada pelo Imperador D. Pedro II: casas e escolas públicas/privadas na Petrópolis do século XIX**. Petrópolis, 2013.

NOSELLA, Paolo; Buffa, Ester As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. In: **EccoS Revista Científica**, vol. 7, núm. 2, julho-dezembro, 2005, pp. 351-368.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984. 320p. (Coleção Educação e Comunicação).

OLIVEIRA, Yolanda Dantas de. **Educação da criança à luz da ciência: a contribuição de Helvécio de Andrade, em Sergipe (1911-1935)**. PUC-SP- 2008 (Tese de doutorado).

PASINATO, Darciel. **O público e o privado nas revistas Vozes e Anhembi nas décadas de 1950 e 1960**. Revista Educere Et Educare, Vol. 14, N. 31, jan./abr. 2019.

Patto, M. H. S. (2015). **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia** (4ª ed). São Paulo: Casa do Psicólogo

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: historias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. **Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954)**. In: **R. Educ. Pública**. Cuiabá v. 23 n. 54 p. 877-896 set./dez. 2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. **ESTADO X SOCIEDADE: A Gazeta de Sergipe e o governo de Leandro Maciel (1955-1959)**. São Cristovão: UFS, 2013. In: SANTOS, B. J. **Formação inicial de professores em sergipe estadonovista: mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa (1930 – 1949)**. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIT-SE, 109 p. 2015.

REMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999.:

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Á. **Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador**. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa, Editorial Magisterio, 1998. p.144.

SANTOS, Daniela Gardênia Vieira. **Os discursos pedagógicos em impressos sergipanos: a viagem de Mercedes Dantas a Sergipe (1930)**. Monografia – universidade federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011, 44 p.

SANTOS, Eliane Natiane dos; AMORIM, Simone Silveira; DIAS, Tatiane de Carvalho. **O fazer docente através dos jornais (XIX) e do Facebook (XXI): primeiras aproximações**. Comunicação apresentada no 7º SIMEDUC. 14 a 16 de setembro de 2016 – UNIT, AracajuSE.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013a.

SANTOS, Isabela Cristina de Moraes; SUCUPIRA, Maria Inês Stamatto. **O cargo de diretor geral e sua importância para instrução pública do Estado**. Research, Society and Development, 2018, vol. 7, núm. 2. Universidade Federal de Itajubá, Brasil.

SANTOS, B. J. Formação inicial de professores em sergipe estadonovista: mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa (1930 – 1949). Dissertação (Mestrado em Educação), UNIT-SE, 109 p. 2015

SANTOS, Ana Paula dos; CARDOSO, Helma de Melo; CARDOSO, Maria Heloísa de Melo. **Educação infantil em Sergipe** – a história em construção do jardim de infância municipal José Garcez Vieira. Congresso Nacional de Educação, [s/d]. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016>. Acesso em 13/09/2021.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas (SP): Autores Associados, 2006, p. 1-12.

SCHWARTZMAN, Simon, BONEMY, Helena Maria & COSTA, Vanda Maria R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 2000.

SERGIPE (Estado). Lei n. 508 de 16 de Junho de 1858. Collecção de Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe – 1853 a 1858. Typ. Provincial. No Largo do Palacio. S/d. (pag. 27e 34).

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho. Sergipe: Arquivo público do estado, 1937.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Governador do estado José Rollemberg Leite. Sergipe: Arquivo público do estado, 1951.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Governador do estado Luiz Garcia. Sergipe: Arquivo público do estado, 1959.

SERGIPE. Relatório apresentado ao governo interventorial em 1931 pelo diretor da instrução pública Helvécio de Andrade. Sergipe: Arquivo público do estado, 1931.

SILVA, Geraldo Bastos. A educação secundária: perspectiva histórica e teoria. In: ABREU, Geysa; MINHOTO, Maria Angélica. **Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário**. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.46, p. 107-118, jun-2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>

SILVA, Ladislau Aldenize da. **Educação Doméstica na Parahyba do Norte: O Ensino no Espaço da Casa (1880-1889)**. - João Pessoa, 2020.

SOBRAL, Maria Neide. **José Augusto da Rocha Lima: uma biografia (1897-1969)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 9ª ed. Rio ; São Paulo : DIFEL, 1989

TEIXEIRA, Anísio. A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional. Comentário. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./mar. 1959. p.16-20.

TEIXEIRA, Anísio. O problema de formação do magistério. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.46, n.104, out./dez. 1966. p.278-287.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres: A educação no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

ZOTTI, Solange Aparecida. “O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar”. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação - CBHE**, 2006, Goiânia.

## JORNAIS DE SERGIPE

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) Jornais

*A Tribuna*. Aracaju/SE: 1932

*Gazeta de Sergipe*. Aracaju/SE: 1958

*O Estado de Sergipe*. Aracaju/SE: 1935-1937; 1939

*A Cruzada*. Aracaju/SE: 1958 – 1959.

*Correio de Aracaju*. Aracaju/SE: 1930; 1945 – 1946; 1952; 1954; 1956.

*Vida Laranjeirense*. Laranjeiras/SE: 1931.

*Diário da Tarde*. Aracaju/SE: 1937.

*Diário de Sergipe*. Aracaju/SE: 1931 – 1932; 1935; 1945; 1947; 1948.

*Diário Oficial*. Aracaju/SE: 1937.

*Sergipe Jornal*. Aracaju/SE: 1931 – 1934; 1941; 1945; 1947.

*A República*. Aracaju/SE: 1935

*O Nordeste*. Aracaju/SE: 1939; 1948.

*Folha da Manhã*. Aracaju/SE: 1932 – 1934; 1939; 1943; 1948.



**Acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)**

Demonstrativo dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas e nomes dos respectivos diretores, bem como Escolas Municipais e particulares (1930 - 1936) – E6, V. 858

Demonstrativo dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas e nomes dos respectivos diretores, bem como Escolas Municipais e particulares (1948) – E6, V.812

Demonstrativo dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas e nomes dos respectivos diretores, bem como Escolas Municipais e particulares (1956) - E6, V. 1146

Relatório apresentado pelo Chefe do Departamento de Estatística Educacional (1947) - E6, V.947 a 949

Relatório do professor Acrísio Cruz, Diretor Geral do Departamento de Educação (1949) – E6, V.1215

Relatório apresentado pelo Chefe do Departamento de Estatística Educacional (1950) – E6, V. 1218.